

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 22

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO: Elísio de Campos — EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 22

15 de Agosto de 1917

SUMÁRIO

<i>Portugal na Guerra</i>	Augusto Casimiro
<i>Aux Soldats Portugais</i>	Pierre Halary
<i>Porque resistiram os belgas aos alemães</i> . . .	Emílio Costa
<i>Para a História da Numismática Portuguesa</i>	J. Leitê de Vasconcelos
<i>Frei Satanás</i>	Wenceslau de Queiroz
<i>Ceuta</i>	Vieira Guimarães
<i>O Carreiro</i> (conclusão)	Séves de Oliveira
<i>Rubayet para Nur-Bi de Amédabad</i>	Alberto Osorio de Castro
<i>O Inquérito da «Atlantida» — Confederação Lu-</i>	Dr. Betencourt Rodrigues
<i>so-brasileira</i>	Magalhães Lima
<i>O autor oculto do «Crisfal»</i> (continuação) . . .	Patrocínio Ribeiro
<i>No man's land</i>	Augusto Casimiro
<i>Mealheiros</i>	Luís Chaves
<i>Aproximação artística entre Portugal e Brasil</i>	Navarro da Costa
<i>Morte florida</i>	João Saraiva
<i>Os Sinos</i>	Severo Portela
<i>Relatório do Consul de Portugal no Maranhão</i>	
(conclusão)	F. P.

REVISTA DO MÊS

<i>Conferência</i>	G. Dumas
<i>Mês literário</i>	Júlio Brandão
<i>De relance</i>	Eduardo de Noronha

Desenhos de: Santos Silva, Morais, Alberto de Souza, Raul Lino, Saavedra Machado e Manoel Gustavo.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 numeros)	3\$50
Seis meses	1\$80

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 numeros)	Frs. 15
---------------------------	---------

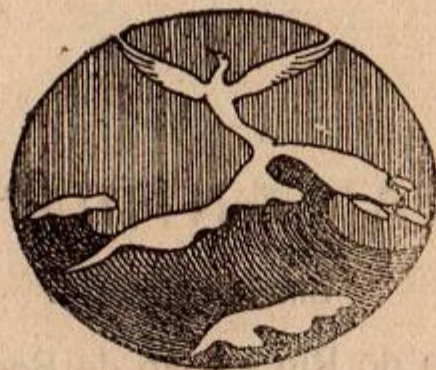
Número avulso em Portugal \$30

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO.
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



VOLUME VI

COMPANHIA DE SEGUROS IRIS

SÉDE
Rua Arco do Bandeira, 231, 1.º
(AO RÓCIO)
Telefone { Direcção 235 Central
 { Expediente 386 Central
 Telegramas IRIS
Codigos RIBEIRO e A. B. C.
LISBOA



AGENCIA
Rua Trindade Coelho, 1-C, 2.º
Telefone N.º 1516
Telegramas: SEGURIRIS
Codigo RIBEIRO
PORTO

Capital: 1:000.000 \$ 00 Escudos
(Mil contos de réis)

*Seguros
contra riscos de Fogo,
Maritimo e Guerra*

CORRESPONDENTES EM TODAS AS TERRAS DO PAIZ

ATLANTIDA

DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

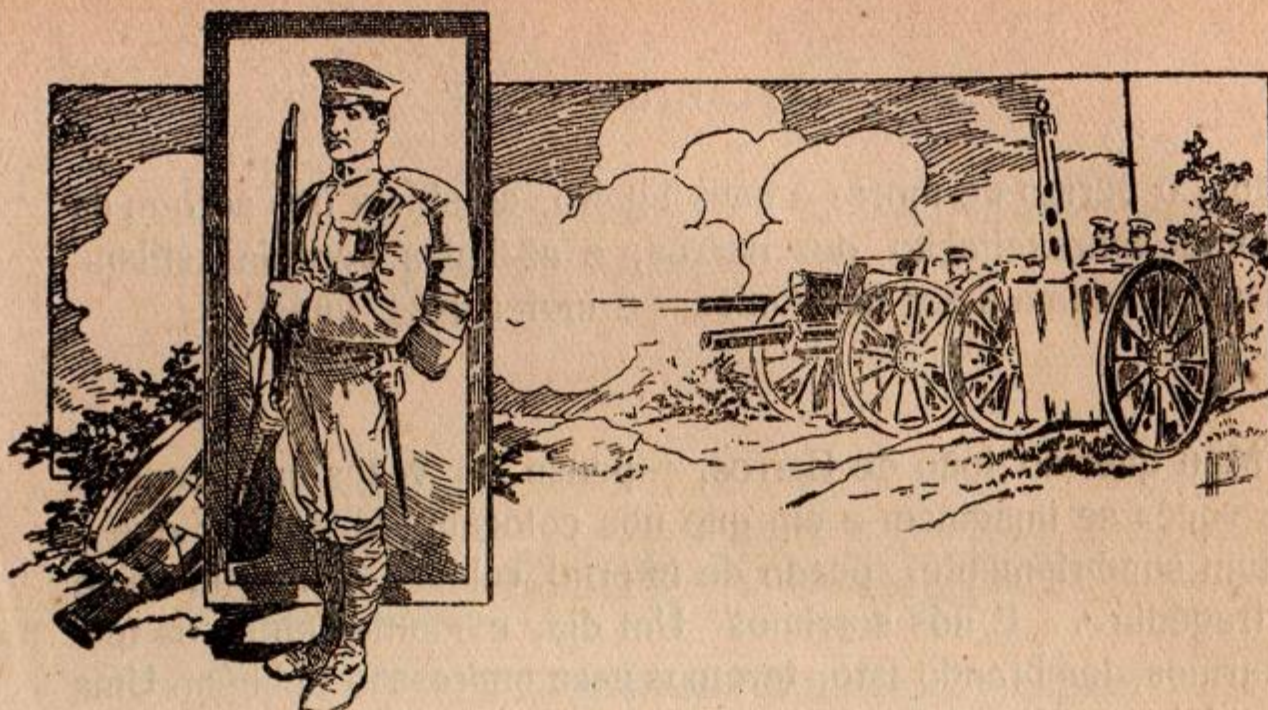
EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



GENERAL TAMAGNINI DE ABREU



Portugal na Guerra

UMA CARTA DO POETA AUGUSTO CASIMIRO

A carta de Augusto Casimiro, que hoje publicamos, constitui uma das mais belas impressões da guerra que da frente portuguesa nos tem chegado. Augusto Casimiro, poeta e soldado, é daqueles raros homens que soube realizar o seu idealismo. Eis o admirável documento :

Meu querido amigo :

É das trincheiras, do meu abrigo pobrezinho e humilde perante as grandes granadas e morteiros, do meu abrigo onde se fanam as flores colhidas sôbre túmulos de desconhecidos heróis, vitoriosas flores que vivem sôbre a Morte e se abrem em face da tragédia porque a primavera manda . . .

É de noite. Gargalham as metralhadoras insultando-se de linha a linha. De vez em quando uma explosão abala o meu abrigo, sobressalta-nos, quebra a relativa calma. E há pedaços de silêncio que ficam, sôbre o campo vasto, como águias suspensas, ameaçando . . .

Depois de novo, um morteiro que vem, ouço-o largar da linha «boche» e tombar no cemitério dos morteiros, onde só êles morrem, estes ruidosos suicidas.

Na primeira linha, atenta, a nossa gente vigia.

De aqui a pouco a lua vai levantar-se, enorme, iluminando tudo. E, ao luar, neste convento da Morte, tornam-se mais claros os

ruídos, o perigo de morte é mais ligeiro, as almas não sofrem da inquieta sobreexcitação dos nervos, e as balas perdidas siflam, passam, chegam a ser harmoniosas e inofensivas, quási.

Meu querido João de Barros, — penso às vezes no cenário que vocês se imaginam e em que nos colocam. Ia a jurar que o pintam sombriamente, tocado de inferno, ruído de morte, cheio de tragédia... E nós sorrimos. Um dia, evidentemente, os que voltarmos, lembrando isto, teremos essa impressão também. Uma das minhas ordenanças, há pouco, entre as ruínas disformes do que foi uma linda povoaçãozinha, dizia: — «Se chegarmos a Portugal e contarmos o que por aqui passamos, — não nos acreditam...»

E outra: — «Lá, na terra, passamos a ser gente rara. Pegam em nós e mostram-nos nas feiras...»

Mas como isto é banal e monótono, meu amigo! Como há horas de morte sem teatro, sem gesto... Calcule um desgraçado, cedendo à natureza, numa latrina de trincheira... Vem um morteiro e liquida-o... Não se ria. É um herói, meu caro. Como todos o são, quantos aqui andam.

O que se expõe, o que se mostra, o que arde, e quer fazer beleza, e sendo Quixote amarfanha o Pança que nêle protesta.

Interrompi... Foi um pequeno ataque... Repeliram-no já os meus camaradas da direita. Julguei que era comigo... Mas acabo de ver um ferido... «Então, meu rapaz, que é isso?... Fizeste o teu dever, deves ter orgulho dêsse sangue... Vales mais que os outros já...» E êle só me diz: — «Nunca tive mêdo, meu tenente...»

Sangue de Portugal, que vermelho, que vivo! Tenho lágrimas nos olhos. E aquele homem beijou-o a minha alma.

Sossêgo, calma de novo.

A ameaçar-me, perigosa porque não sei a lei por que se rege, — mais perigosa porque sofre dos excessos honrados dos que a praticam — está a censura. Oxalá ela deixe passar esta carta que vai de um soldado para um homem que ama a sua pátria, esta carta que só diz o orgulho de Portugal!

Seu

A. CASIMIRO.

Aux Soldats Portugais

Anniversaire de Camoëns — 10 Juin 1917

*La tempête a brisé le vaisseau du poète . . .
Ses compagnons ? Noyés. Subira-t-il leur sort ?
S'il consent, son poème avec lui sera mort,
Aucun homme n'ayant connu l'oeuvre parfaite.*

*Camoëns se raidit. Au dessus de sa tête
Un bras tient les feuillets que le flot cruel mord . . .
Il nage, s'épuise, il nage et . . . saisit le bord !
La sublime épopée a vaincu la tempête !*

*Tels, gardant l'héritage accru par vous, Latins,
À la ruée abjecte opposez-vous, hautains
Sous le fracas formidable des canonnades.*

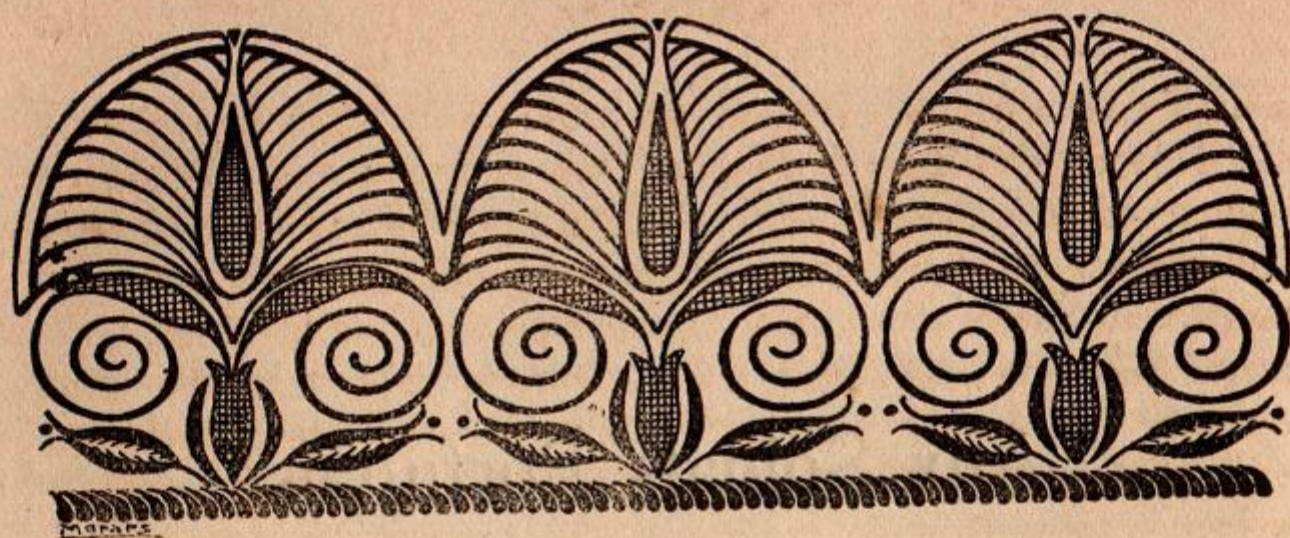
*Lutte aujourd'hui, demain triomphe . . . Oh Combattants !
E'gaux de vous aïeux en exploits éclatants,
Comme eux vous revivrez dans d'autres Lusiades !*

Paris.

PIERRE HALARY

(Este poeta francês foi em Paris durante anos o grande amigo do lusófilo Marc Legrand, tradutor dos versos de Garrett. O Sr. Halary é o secretário da *Société des Poètes Français* que celebrou Camões no dia 10 de Junho último, nos jardins da Casa histórica de Balzac, em Passy, no elegante bairro de Paris.

Este soneto aos SOLDADOS PORTUGUESES foi-nos enviado pelo nosso colega Xavier de Carvalho, cronista parisiense do *Diário de Notícias*).



Porque resistiram os belgas aos alemães

«É um povo que digere alegremente», disse-me um dia alguém, um ano antes da guerra, de volta de Bruxelas. Resumia-me assim a impressão que o progresso material do povo belga e a sua psicologia lhe tinham deixado. Procurei desenganá-lo; vira apenas à superfície, sem olhar para o que estava por detrás dos aspectos impressionantes do formidável desenvolvimento económico da Bélgica e sem pensar no passado dêsse povo de quermesses que, por um nada, canta, ri e dança, comendo e bebendo na mais aparente das despreocupações.

Foi assim que os belgas, em Agosto de 1914, surpreenderam muita gente. Pois quê?! Arriscar e perder o fruto de tantos anos de trabalho, tanta riqueza acumulada, tanto bem-estar conquistado; arriscar e perder a própria vida, quando tudo isso se poderia evitar sem vergonha, com um protesto solene contra a violação pelo mais forte, tão forte que um gesto de resistência armada seria o martírio, o suicídio e quem sabe se, para muitos, um acto quixotesco?

E teria um govêrno o direito de sacrificar milhões de sêres e todas as riquezas por êles produzidas, um material imenso de produção, um soberbo património artístico, em holocausto a uma concepção do direito e da dignidade nacional, que podia bem não ser a da massa da população, que era, em última análise, o supremo juiz?

A surprêsa era legítima, pois bem se sabe como a prudência

e mais qualidades de conservação estão na razão directa do bem e sobretudo dos bens adquiridos. Aparecia uma contradição tão grande entre o procedimento idealista dos belgas e o seu mais indiscutível interesse, que a surpresa foi uma estupefacção e um verdadeiro desconcerto para muitos espíritos, que não compreendiam, quasi não admitiam tão estranha attitude, tanto ela ia de encontro ao que se pensava do povo belga e à moral corrente nos indivíduos e sobretudo nas colectividades, onde o direito se subordina à defesa do interesse. Tão grande e perturbadora a contradição se apresentava, que a muita gente não repugnou admitir o que os alemães, mais tarde, espalharam: possuírem provas de uma subordinação da Bélgica à política da *Entente*, com acôrdos militares dirigidos contra a Alemanha. Toda essa maquinação alemã, tendente a melhorar a triste situação moral que a invasão da Bélgica lhes trouxe, está hoje desfeita. Mas em certos espíritos continua a dúvida, porque ela, mais do que nas românticas revelações dos alemães, apoia-se na incompreensão dessa attitude que tão profundamente feriu a moral corrente, para a qual idealismos são manias perigosas ou fantasias ridículas.

Sobre se o govêrno belga tinha o direito de resistir à Alemanha, não há que discutir, pois a attitude do país, passados três anos, inutiliza toda a discussão. De resto, o govêrno belga, nos terríveis primeiros dias de Agosto de 1914, tinha uma obra a fazer mais importante que a de usar de direitos exarados em constituições ou tratados: tinha que compreender o sentir do país, irmanando-se com êle na conduta a seguir. Acertou, como se viu; se assim não fôsse, se tivesse interpretado erradamente, se não tivesse sentido a alma da nação, esta lho faria ver desde as primeiras horas e o mundo teria assistido a um espectáculo bem diferente. Nos grandes momentos da vida dos povos, a fôrça dos governos, as praxes, o princípio da autoridade, as próprias convenções escritas nada são, nada decidem. Acima de tudo isso há o sentir da massa da população, que se impõe implacavelmente, cedo ou tarde.

Se o sentir do povo belga fôsse o que tantos observadores superficiais julgavam dever ser, podia o idealismo dos governantes ser muito grande ou a sua noção do direito muito justa, e grande a fôrça de que dispusessem, que nunca poderiam levar os belgas a assumir a attitude que êles, desde as primeiras horas, assumiram. É por isto que, nem que fôsse verdadeira a tardia

acusação dos alemães sobre o acôrdo do govêrno belga com a Inglaterra, o facto teria valor, porque não seria certamente por êsse motivo que o país se levantaria em massa contra os invasores; não são sacrifícios que se façam em obediência a acôrds que, àlêm disso, iriam contrariar outro mais importante: o da neutralidade. Podia haver um ou mil acôrds, que não fariam mover o povo belga se êle não sentisse um impulso irresistível contra o invâsor. É isto apenas: *um sentimento colectivo*, que importa para a questão da attitude dos belgas; é no seu estudo que pode estar a explicação dessa attitude e o desaparecimento da surprêsa e até da desconfiança que ela suscitou em tanta gente.

* * *

Não basta, para se compreender o sacrificio dos belgas, o que na grande imprensa de todos os países se disse para enaltecer o seu gesto heróico. Isso é produto de sentimentos vários, muito simpáticos e elevados, quero bem acreditar, mas de sentimentos apenas; e não é com êles que outro sentimento se estuda e se explica, para tirar da explicação um ensinamento proveitoso.

A resistênciã dos belgas à invasão alemã é mais uma das muitas manifestações de independência popular, de que se compõe a sua história há muitos séculos. De estranhar seria que êles se tivessem submetido, sem revolta, às imposições alemãs. Não é a primeira vez que os belgas vêm, defendendo as suas liberdades e os seus bens, as suas cidades destruídas, as suas riquezas arrebatadas, os seus direitos espezinhados.

O povo belga não é rico de há pouco tempo e não tem por isso os defeitos dos povos *arrivistes*; é rico há muitos séculos. Essa riqueza conquistou-a êle sempre à custa de muito trabalho e em constantes lutas com os senhores de toda a espécie, de dentro e de fora do país, cujo parasitismo invejava a prosperidade daqueles burgueses fabricantes e comerciantes, tenazes no trabalho e audazes nos negócios. Mas esta prosperidade só se mantinha — por isso mesmo que era filha dum trabalho aturado — com a posse de liberdades políticas, de direitos civis.

Terra apetecida de todos os dominadores, porque era rica pelo trabalho dos homens, e vantajosamente situada, a cubiça fez dela um tradicional campo de batalha da Europa. Assim os

belgas se habituaram bem cedo a estas duas coisas : a trabalhar com tenacidade e a lutar, em defesa dos frutos do trabalho, contra a cobiça dos outros. Estas duas manifestações de fôrça são lhas, desta forma, tão familiares, que, com o tempo, formaram carácter dominante, aparecendo sempre através das vicissitudes da sua agitada existência.

Pelas liberdades políticas e pela independência nacional tem os belgas sempre lutado, como condições necessárias para manter a abundância, a prosperidade, fruto do seu persistente labor. Assim andam ligados, na vida dos belgas, riqueza colectiva e espírito de independência. Para ser independente, tem lutado êste povo, pelos séculos fora, contra os vários dominadores que a política da Europa lhe tem sucessivamente imposto, passando de uns para os outros, sempre indómito e sempre a trabalhar, a produzir riqueza. Quando, em 1830, a Bélgica se tornou um país independente, ganhou com a independência a melhor condição do desenvolvimento das suas poderosas faculdades de trabalho e portanto de prosperidade.

Que era assim, viu-se durante os oitenta anos desde então decorridos. Durante êsse tempo, a actividade, o método, a tenacidade, o espírito associativo fizeram prodígios, colocando o pequenino país na fila das nações da vanguarda, entre as chamadas nações dirigentes.

Ganhara a independência ; e senhora da sua orientação internacional, consciente da sua fôrça económica, sentindo-se um factor importante na obra de civilização mundial, a Bélgica tratava de completar a sua vida política e social, preparando-se para resolver os dois grandes problemas que a agitavam e que tinham atingido, nos últimos tempos, o período agudo, constituindo uma crise política e uma crise nacional.

A primeira, a conquista do sufrágio universal, estava prestes a ser resolvida, com a derrota das fôrças conservadoras, chamadas partido católico, que só pela fôrça e com subterfúgios se mantinham.

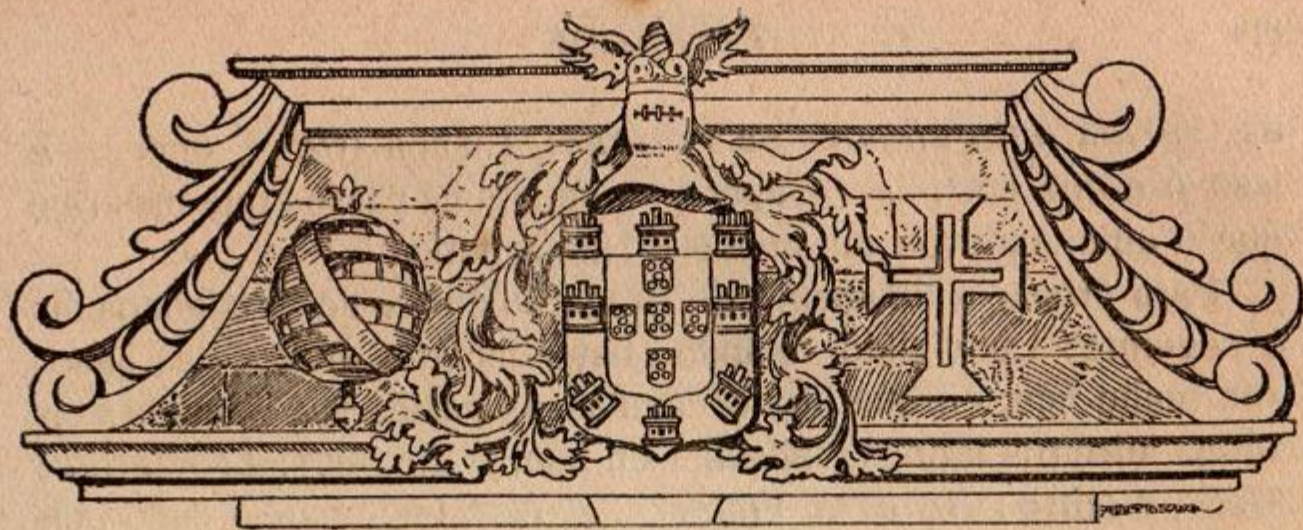
A segunda, mais difícil, era a desinteligência existente entre a parte flamenga e a parte walon do país, em virtude das pretenções dos flamengos a exercerem o papel hegemónico. Esta questão atingira uma grande agudeza e tornara-se uma crise de difícil solução, em grande parte porque era hábilmente explorada pelos alemães, que viam, nas divisões produzidas entre os

belgas, uma boa preparação para se apoderarem completamente da vida económica da Flandres, pelo menos, onde a sua influência era já enorme, como acontecia em tantas outras partes. Os alemães sabiam estimular as ambições dos flamengos e as suas susceptibilidades, acentuando as diferenças de língua, de raça, de costumes, de tudo quanto separa flamengos e walons, procurando apagar, pouco a pouco, a ideia da necessidade, que todo o belga inteligente sente, duma estreita união entre as duas populações, e habituando os flamengos à ideia duma comunhão cada vez maior com a Alemanha, caminho natural para uma futura integração e também — a guerra o veio revelar — para aplanar dificuldades em caso de violação do país.

Todavia, apesar das dificuldades que a questão apresentava, o bom senso acabaria por vencer, tanto mais certamente, quanto se manifestava já uma corrente, entre os melhores elementos do país, para o impôr. Como se apresentarão estes dois problemas depois da guerra? O futuro o dirá, pois que fazer previsões políticas nos tempos que vão correndo, é bandarrismo que todos devemos evitar.

Uma coisa todavia é fácil de prever, pelos exemplos do passado: é que, uma vez a Bélgica livre e senhora dos seus destinos, ha-de nos dar o espectáculo duma ressurreição económica que será, para muita gente, uma causa de espanto como foi o da resistência ao invasor. É que uma e outra são as modalidades principais, e inter-dependentes, da vida dos belgas: lutar pela liberdade para produzir riqueza colectiva.

EMILIO COSTA.



Para a História da Numismática Portuguesa¹

UM COLECCIONADOR DO SEC. XVII: GASPAR ESTAÇO

De Gaspar Estaço, natural de Évora, ignora-se o ano do nascimento e o da morte; apenas se pode dizer que viveu da segunda metade do século XVI para a primeira do XVII.

Sabe-se porém que aprendeu na Universidade da sua pátria, então criada de fresco², as letras amenas; que residiu algum tempo em Roma, onde foi acolhido dos Farneses, e que desfrutou uma conezia em Guimarães³.

Évora, Roma, Guimarães, — eis aqui três terras que certa influência deviam exercer em um espírito bem nascido para o estudo: uma com a tradição dos Rêsendes; outra, vivíssimo foco de ciência humanística; outra, regaço de verdura em que adormecem os cuidados da vida (se na de um cónego cuidados há!): e todas elas possuidoras de monumentos arcaicos, que alimentam sempre a imaginação de quem se deleita em praticar com o passado.

Gaspar Estaço consagrou, de facto, muitos dos seus ócios a desquisições históricas. Do seu labor dão principalmente prova

¹ O presente artigo faz parte de um livro inédito, o qual, porém, não aparecerá ainda tão cedo à luz.

² Em 1559. Vid. *Evora gloriosa*, § 724.

³ Barbosa Machado, *Bibl. Lusit.*, II, 349; G. Estaço, *Varias antig.*, cap. I, 44 etc.

as *Várias antiguidades de Portugal*, Lisboa 1625 ¹, onde, — e isso é o que nos importa agora —, há alguns passos que mostram que o autor cultivou um pouco a Numismática ².

Para provar o luzimento de Braga na época dos Visigodos diz o seguinte: Leovigildo «mandou bater moedas douro, das quaes »eu tenho hũa, en que poz de ambas as partes sua imagem com »dous letreiros latinos, cadahum en sua, e diz hum: *Leovigildus »Rex*, e outro: *Bracara Victor*» ³. A êste testemunho dado pela moeda adiciona outro: «Colligesse d'esta moeda, que o proprio »nome d'este Rei era *Leouigildo* e nam *Leuigildo*» ⁴. Quanto ao primeiro testemunho, notarei que não existe mais nenhum de moedas de Leovigildo cunhadas em Braga, o que fez que Heiss a julgasse duvidosa ⁵, embora talvez sem motivo, pois as palavras de Estaço parecem sinceras. Quanto ao segundo, o nosso autor não tinha razão completa: se há realmente moedas com *LEOVIGILDVS*, há-as também com *LEVVIGILDVS*, e até com *LIVVIGILDVS* ⁶.

Évora não ficava inferior a Braga em glória visigótica. Estaço o reconhecia, e por isso, ao falar do escritor espanhol Ambrosio de Morales, que possuía uma moeda de Recaredo em que se lia *Elbora*, nota-lhe: «E eu tenho outra, tambem de ouro, »do mesmo Rei, com seu rosto en ambas as partes, e en hũa diz, »*Reccaretus Rex*, e na outra, *Iustus Eluora*, com a letra *u* en lugar do *b*. . . Donde se collige que esta cidade era muito conhecida en Hespanha ⁷, pois seu nome andaua en moedas, que corriam en toda ella» ⁸. Àcêrca da moeda vid. Heiss, *Monn. des rois wisig.*, pág. 91, e Florez, *Medallas*, III, 205-206.

¹ Esta ed., que é a de que me sirvo, foi feita pouco depois da conclusão do livro, porque em 1625 ainda êle o estava escrevendo: vid. cap. 30, § 1. Há 2.ª ed., Lx.ª 1754. — O mesmo autor é-o também do *Tratado da linhagem dos Estaços*, que tem as mesmas edd. que as *Varias Antiguidades*.

² Das obras de Estaço transcreveu Sousa na *Hist. Genealog.*, IV, 151-157, os cap. 27 e 95, que são os mais importantes. Há outros porém, como veremos, respeitantes ao assunto.

³ *Varias antiguid.*, cap. 68, § 13.

⁴ *Ob. cit.*, cap. 68, § 14.

⁵ *Monnaies des rois wisigoths*, p. 82. Heiss conheceu a moeda por intermédio de Florez, que nas *Medallas de España*, III (1773), 185, transcreveu a notícia de Estaço.

⁶ Heiss, *Monn. des rois wisig.*, p. 81-84.

⁷ Os nossos antigos chamavam *Hespanha* à Península Hispânica. Melhor dizemos hoje *Hispânia* ou *Ibéria* nesse sentido.

⁸ *Varias Antig.*, cap. 47, § 1.

Guardava G. Estaço nos seus escrínios não só moedas visigóticas, senão também moedas portuguesas: de D. Sancho I, de ouro ¹; de D. Afonso V, de prata ²; de D. João I, êle diz «de cobre», seria porêem provávelmente «de bolhão» ³. Estas moedas cita-as Estaço para mostrar a evolução do escudo das armas riais portuguesas, e descreve com particular minúcia o morabitino de D. Sancho, juntando no remate uma observação estética: «a scul- »ptura naquelle tempo estava tam rude, que pera achar estas cou- »sas nesta moeda quasi nam basta ver sem adiunhar»; isto é, são precisos os «olhos da fé», como Martins Sarmiento costumava dizer, quando decifrava uma inscrição romana difícil, das muitas que coligiu no seu museu vimaranense. A descrição do morabitino acompanhou-a Estaço de um desenho, o primeiro, creio eu, que em Portugal se publicou pela imprensa com intuito numismático ⁴.

Assim se justifica plenamente o falar eu aqui de Gaspar Estaço. Possuidor de algumas moedas, que reputava raras, não alardeia a posse, não faz delas ostentação balofa, e muito pelo contrário utiliza-as como documentos arqueológicos. As moedas já não servem apenas de objectos de luxo em mãos de magnates, como em tempos passados; constituem fontes de erudição, quando se encontram ao alcance dos investigadores. E tanto o nosso autor tem consciência do que faz, que algures escreveu: «como »ellas sejam messageiras, que vem de longe, e nos tragam noti- »cia de muitas cousas que nam sabemos, que engenho nobre ou »alto spirito as nam estimará muito, pois tam natural é ao homem »o desejo de saber?» ⁵.

Às vezes Estaço, na sua febre de bem se informar, até recorre a estranhos. A propósito dos cinco pontos de cada um dos escudetes do brasão portuguez escreve: «na mam de hũ curioso »d'esta Villa ⁶ vi hũa moeda de cobre ⁷ d'el-Rei dom Fernando »com os mesmos cinco» ⁸. Seria êste «curioso» mais um amador-coleccionador, ou teria êle a moeda por acaso?

¹ Cap. 95, § 1.

² Cap. 95, § 8.

³ Cap. 95, § 8.

⁴ A esta moeda e desenho se refere Severim de Faria nas *Notícias de Portugal*, Lisboa, 1655, fl. 176.

⁵ Cap. 68, § 17.

⁶ Guimarães, hoje cidade.

⁷ Queria dizer «de bolhão».

⁸ Cap. 95, § 8.

Do que o nosso autor nos conta inferiremos que ainda ao tempo não existiam entre nós colecções regulares de moedas; só existiam «curiosos», como êle mesmo o era, e como o seu patrício André de Rêsende, no século XVI.

Atèqui Gaspar Estaço recorreu a moedas especiais e desconhecidas do vulgo, umas pertencentes a êle próprio, outras a amigos. Agora falará de moedas que, por provirem de reis mais próximos do momento em que escrevia, não apresentam segredos para ninguém, que por isso mesmo poderão, no seu entender, apoiar uma lenda muito acreditada em Lisboa, qual a da vinda do corpo de S. Vicente no século XII em uma nau guiada por dois corvos, desde o Algarve até o Tejo: «testificam isto mesmo as »moedas, que alguns Reis depois mandaram bater com as ar- »mas reaes de hũa parte, e da outra a imagem de Sam Vicente »com hũa palma en hũa mam.. e na outra hũa nao»¹. Estas moedas são os *sanvicentes*, de ouro, cunhados por D. João III e D. Sebastião². Elas *testificam*, sim, a lenda; nada porêm provam a favor, porque datam de uma época posterior quatro séculos àquela a que o acontecimento se atribue: tem o mesmo nulo valôr dos brasões de várias terras em que há referênciã à fundação das mesmas, — brasões demasiado tardios, e que foram fabricados por a tradição já existir —, de modo que os historiadores que os invocam andam num círculo vicioso. Quando Estaço descreve os *sanvicentes*, aproveita a ocasião para estabelecer um confronto mitológico-numismático, porque acrescenta que os reis que os emitiram «parece quiseraõ imitar os antigos Romanos, os quaes, pera mostrar que Saturno viera a Italia em tempo »d'el-Rei Jano, mandaram bater moeda, que tinha de hũa parte a »imagem de Iano, que eram dous rostros, e da outra a nao em »que Saturno veio,.. das quaes moedas nós temos hũa de pra- »ta»³. A moeda que creio que êle tem em mente é o asse; todavia o asse é de bronze.

¹ Cap. 27, § 6.

² Nas *Moedas de Portugal*, I, 268, diz Teixeira de Aragão, que os desenhos dos *sanvicentes* de D. João III foram feitos por António e Francisco de Holanda, como êste refere na obra intitulada *Da fabrica que fallae à cidade de Lisboa*. Há confusão. A obra em que Holanda faz aquela referênciã é a *Sciencia do Desenho* (cap. IV).

³ Cap. 27, § 6. Esta era efectivamente a lenda romana. Assim a expõe Macrobio: «Regionem istam, quae nunc vocatur Italia, regno Ianus obti-

No cap. 18, §§ 5-6, dá Estaço mais umas notícias a respeito do assunto que me ocupa, e com ela termino os meus extractos. Ao demolir-se em Guimarães, no seu tempo, a igreja de S. Tiago, appareceu uma «moeda» que êle adquiriu, e «em que se vê de hũa parte hũa molher esculpida de meio releuo tangendo em hũ instrumento de cordas, e outra que lhe poẽ hũa coroa na cabeça com a mam direita, e na esquerda tem hũa cornucopia com esta letra no circuito, *Honor alit artes*; e da outra parte está Minerua com hũa lança na mam direita, e hũ escudo na esquerda com outra letra, que diz, *Seu pacem, seu bella geras*, a qual moeda está tambem ¹ estampada em todas as suas partes, que parece ser feita em tempo dos Romanos, em que a arte da sculptura estaua naquella perfeiçam em que nam estava no tempo dos antigos Reis de Portugal, nem dos Godos, como se vê en moedas d'estes tempos, que eu tenho». Suponho que na classificação da peça há novo equívoco, e que esta não é moeda, mas medalha, tanto mais que uma das legendas provêm de Cícero, *Tusculanas*, I, II, 4: *HONOS ALIT ARTES omnesque incenduntur ad studia gloria* (só diferem *honor* e *honos*, variantes de uma mesma palavra), e a outra é adaptação de um passo da *Eneida*, IX, 279, que diz *seu pacem, seu bella geram*.

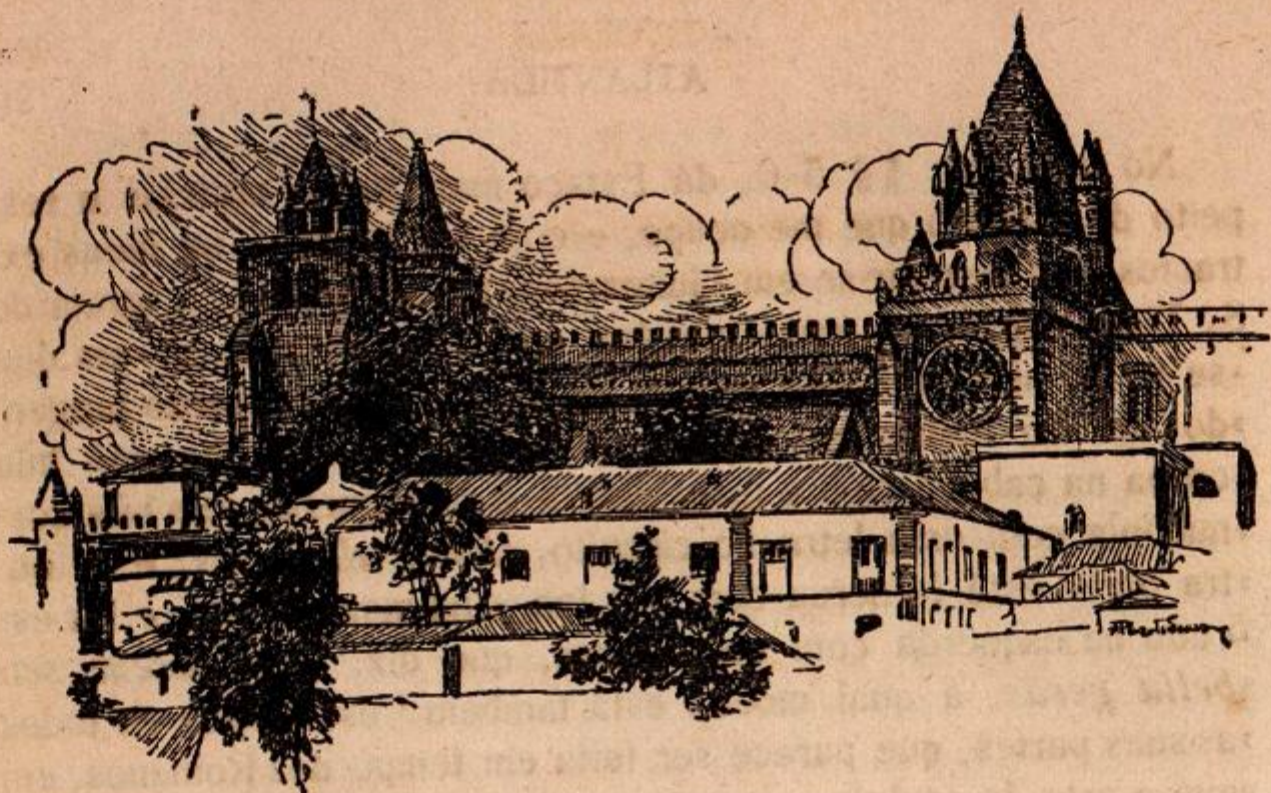
O mealheiro de Estaço não posso avaliar que grandeza tivesse. Provavelmente era modesto. Viam-se nêle contudo moedas romanas, visigóticas e portuguesas, e pelo menos, como julgo, uma medalha. Estaço, organizando-o, obedecia ao seu instinto e ao seu gôsto de erudito, e ao mesmo tempo, como já observei, tirava dêle proveito para documentar asserções históricas: isto mostra que êle não coleccionava por mero prazer, mas para se instruir e instruir os outros, o que, em tese, deveria ser sempre o fito de todos os coleccionadores.

Campolide, 7 de Julho de 1917.

J. LEITE DE VASCONCELLOS

nuit.. Hic igitur Ianus, cum Saturnum classe peruectum excepisset hospitio.. regni eum societate muneravit. Cum primus quoque aera signaret, servavit et in hoc Saturni reuerentiam, ut, quoniam ille navi fuerat aduectus, ex una quidem parte sui capitis effigies, ex altera vero navis exprimeretur». *Saturnal.*, I, 7.

¹ = *tam bem* ou «tão bem».



Frei Satanás

(LENDA MEDIEVAL)

A Paulo Barreto

I

*Na bibiloteca de um convento (um frade
Da Idade Média narra em manuscrito)
Achou-se um livro pelo Diabo escrito
Quando fez parte da comunidade . . .*

*Era a novela de um amor maldito
Que teve Satanás na Média Idade
Por uma Santa, que na mocidade
Votou a Deus seu coração contrito.*

*Esse livro foi pôsto num braseiro
Diante dos monges do exemplar mosteiro
E reduzido a cinzas num momento . . .*

*E para que do livro não ficasse
Nem um argueiro, da irmandade em face,
As próprias cinzas dispersou o vento . . .*

II

*Mas pelo manuscrito do indiscreto
Cronista irmão soube-se logo, um dia,
Que existiu numa cela estreita e fria
O herói da história dêsse estranho affecto.*

*E ninguém houve nessa confraria
Que não tivesse compaixão do quieto
E triste frade (lívido esqueleto!)
Que só em preces e jejuns vivia . . .*

*Conta-se até que as fôlhas do breviário
Em que rezava o Diabo solitário
Tinham sinais de lágrimas . . . Coitado!*

*E que numa manhã de frio inverno
Foi encontrado o Tentador eterno
No seu genuflexório — desmaiado . . .*

III

*Numa noite de horrível catadura,
— Noite sem astros, noite de procela, —
Começaram os sinos da capela
A dobrar . . . a dobrar . . . na tórre escura.*

*Alguém agonizava numa cela:
Era o frade tristonho e sem ventura
Que em sua mão gelada e mal segura
Premia, em ânsias, uma cruz singela . . .*

*Por entre os uivos da nortada intensa
Ouviu-se então, dentro da noite imensa,
O Miserere num clamor profundo . . .*

*E a confraria o mísero fitava,
Entre os fuzis da tempestade brava
Que parecia destruir o mundo . . .*

IV

*Foi pôsto na capela êrma, deserta,
Frei Satanás, tão triste como outrora,
Alumiado sómente, noite em fóra,
Do alampadário pela luz incerta . . .*

*E no outro dia, mal rompia a aurora,
Dobrava o carrilhão: Alerta! Alerta!
E a confraria ainda mal desperta
Entrava na capela sem demora.*

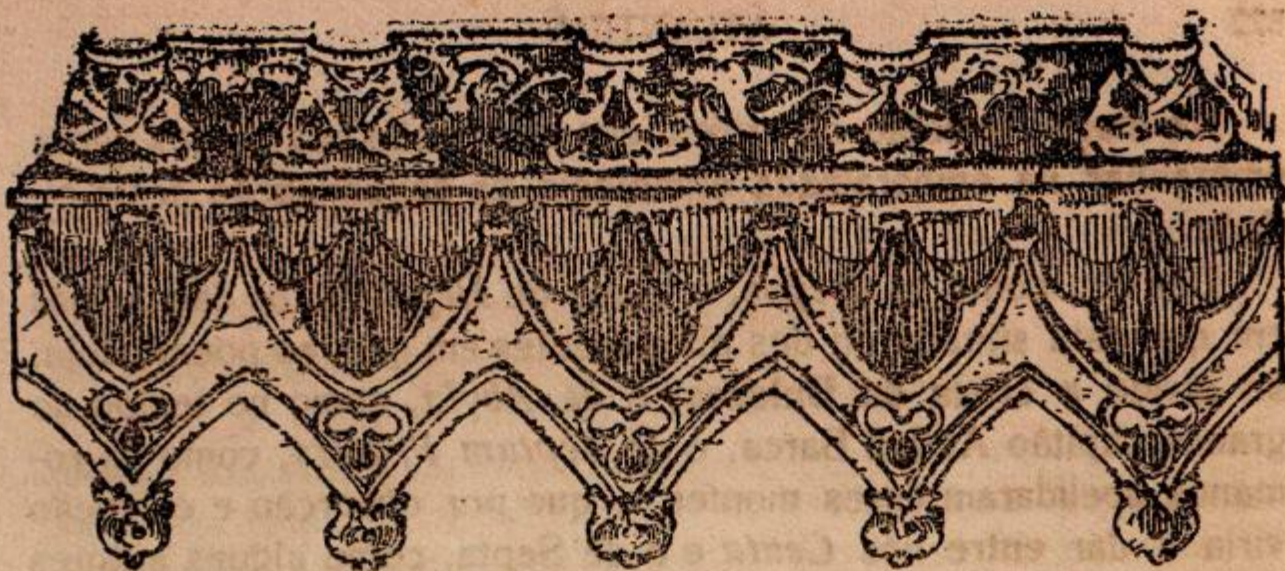
*Mas qual não foi de cada monge o espanto
Quando se viu sob o mortuário manto
Sen esquife vazio e desconjunto . . .*

*Refere a lenda que da igreja as portas
Se abriram de repente às horas mortas
E os anjos conduziram o defunto.*

S. Paulo.

WENCESLAU DE QUEIROZ





Ceuta

Na ampla baía de Algeciras que lindo espectáculo deviam oferecer essas galés, naus, fustas, etc., empanadas de gala, breadas de novo, pintadas de fresco e guarnecidas por um brilhante exército que, pela tática do tempo, iria no dia seguinte assaltar a famosa rainha do Estreito!!

Como esta, reclinada no pequeno declive de seus montes, no sopé da atormentada e escura Djebel Mussa, se devia de ali ver bem num ímpeto furioso de conquista pelas gentes bisonhas da Estrêla, Suajo, Monchique, Caldeirão e pelos marítimos das praias e rios de Portugal!!

Como os 22 quilómetros de distância pareceriam longos a êsses ansiosos e valorosos soldados prestes a entrar na liça, no antegôzo de serem senhores de riquezas inumeráveis e inarráveis que os instigadores, ao incitá-los, lhes faziam passar por suas broncas imaginações!!

De longo tempo vinha a fama à então importante e rica cidade cuja origem parece perder-se nos remotos tempos das civilizações¹.

¹ Com que alvoroço nos levantámos no dia 12-4-1914, domingo de Páscoa, por ir ter realidade uma grande aspiração da nossa vida, tal era a de podermos ver e pisar essa terra tão cheia de recordações históricas das mais famosas dos tempos áureos do nosso poderio e grandeza!!

Com que entusiasmo enfrámos no excelente barco da Companhia Valenciana que nos devia transportar a êsse pedaço de terra, cujo nome refulge intensamente nos fastos nacionais e nos enche de orgulho por pertencermos à

Na magna questão da origem das coisas não nos iremos agora embrenhar na embaralhada etimologia da denominação desta cidade.

Dar-lhe, como os gregos, o nome de *Heptadelfos* das colinas em que está situada ou dos altos montes em que, ao poente dela, se divide a crista da Bulones, o de *Abyla*, como no tempo do grande capitão Aníbal Barca, o de *Septum Fratres*, como os romanos apelidaram êsses montes e que por obsorção e corrução viria a dar entre nós *Ceuta* e o de *Septa*, como alguns autores árabes dizem ser-lhe dado por *Ceta* ou *Ceite* seu fundador, um neto de Noé, e que significa formosura, não seremos nós que iremos pronunciar-nos sôbre tal materia, deixando-a a quem com competência o faça.

raça heróica que de novo o inscreveu no livro sublime da civilização europeia!!

Como todos nós vibrámos à mesma emoção de prazer por começar a ver rasgar êsse sonho de longos anos que as façanhas homéricas, os actos épicos dos imortais soldados de D. João I em nós criaram, ao ler pela primeira vez a sua narração intensamente aumentada na sua dramatização por uma mocidade que já vai longe!!

Como passavam vivas ao nosso espírito, qual luz do relâmpago, as saudades queridas dêsse tempo longínquo, passado na ávida contemplação e interpretação das eloquentes pedras rendilhadas do grandioso e patriótico monumento que tanto ennobrece Tomar e cuja fachada ocidental da sua notabilíssima igreja é, por assim dizer, a síntese gloriosamente epopaica dessa nobilíssima cadeia de excelsos fastos que começam precisamente na insigne conquista da famosa cidade que a breve têrmo íamos visitar!!

Como abençoámos a hora de ter vindo ao mundo nessa célebre terra que encerra tão sublime relíquia e que tão interessantemente brilhou na história pátria do século XV em que ela era a gloriosa séde da heróica falange que ao supremo mando dum Lopo Dias de Sousa foi à famigerada conquista, onde com tanta galhardia e valor se portou nêsse imortal dia!!

O navio, impellido pela sua potente hélice, vogava impávido pela espaçosa baía de Algeciras, na direcção sul, sem que o seu balanço fôsse de maior, embora o tempo estivesse borrascoso.

Todavia, transportada a famosa abra, passada a linha Ponta da Europa à Ponta del Carnero, começa a sentir-se o efeito das fortes correntes que de través cortávamos e nos faziam subir a respeitáveis alturas e afundarmo nos em abismos profundos cavados por vagas enormes. Três horas levou a travessia, sem que a borrasca nos alargasse o horizonte que limitava uma pequena faixa de mar, onde dezenas de golfinhos saltavam seguindo o barco, como que chamados pelos silvos agudos, soltados pelos passageiros conhecedores daquele costume.

Ao chegarmos a Ceuta, o dia abria-sè algum tanto, fazendo-nos antego-

Todavia não faremos ascender a fundação dela sómente à época dos gregos, pois escritores há que a elevam ao mais remoto tempo da navegação levantisca, não deixando de a assinalar como uma antiga colónia egípcia ou fenícia, passando naturalmente das mãos destes para a dos cartagineses, quando senhores do Mediterrâneo ocidental.

Após as célebres guerras púnicas que originaram a queda da grande República africana, passou, como todas as suas irmãs, à mão dos romanos a fazer parte da província de África, sendo mais tarde, sob o título de cidade, a capital da *Mauritânia Tingitana*.

Como costume era, dos romanos, amuralharem as suas cidades, esta decerto o foi atenta a sua importante posição, aprovei-

zar um dia de rosas, que não chegou a ser, porque, de quando em quando, borrifos impertinentes nos fizeram experimentar a fôrça intensa da nossa vontade.

A cidade, ao aproximarmo-nos, vai-se desenhando mais nítida na sua postura de arte e de natureza, vendo-se claramente a topografia de suas ruas e praças que a casaria aglomerada orla e forma, e esmaltando-se seus contornos com o arvoredado de seus bosques e com a verdura de seus mimosos campos.

Não é grande e, completamente desarabizado o seu aspecto dá-nos à primeira impressão a ideia de que vamos entrar numa das muitas terras ribeirinhas do nosso Portugal.

Atracado o vapor a um dos molhes do pôrto, o que vai do sopé do monte Acho ao mar, rápidos transpusemos a prancha na ânsia suprema de pisar, para nós portugueses, aquele glorioso solo que tantos heróis humedeceram com o seu rubro e patriótico sangue. A nossa visita foi demorada, vendo, observando e estudando o que pudemos, mas que não descrevemos longamente por se oporem as dimensões que demos a êste trabalho; visto um dos principais interesses que tirámos foi podermos interpretar o, nalgumas passagens, confuso Azurara, que foi pena de, à sua viagem a África, não ter ido a Ceuta, por lhe ter negado licença D. Afonso V*, para melhor a descrever e mais claro narrar os heróicos feitos do célebre dia 21 de Agosto de 1415.

Bem sabemos que La Sala esteve em Ceuta no dia da conquista, e que a sua narração secundária dêsse feito, ao contar a dedicação duma mãe portuguesa, em parte ou no todo, se conforma com a de Azurara, mas quem nos diz que êste a não copiasse?

Como também a obra de Mateus de Pisano, que foi chamado expressamente a Portugal para compor a crónica da conquista de Ceuta**, e que já lêmos ter traduzido a narração de Azurara, será ela essa tradução?

Os críticos literários, depois de terem ido a Ceuta, que respondam.

* Azurara, *Chronica de D. Duarte de Menezes*, cap. II.

** Pinheiro Chagas, *História de Portugal* vol. III, pág. 491.

tando os árabes, ao conquistá-la e fortificá-la, os restos que as guerras vandálicas tinham poupado. A sua antiguidade, a sua formosura, a sua riqueza, a sua florescência, os seus templos, as suas tôrres e os seus edificios a afamaram tanto que às mãos dos visigodos veio, sem que não corresse muito tempo que Musa ben Nossoeir a fizesse passagem do aguerrido exército de Tarik na vertiginosa conquista das Espanhas.

Nunca mais saíu das mãos dos árabes que dela fizeram um empório comercial, qual outra Cartago, e por bem perto estar da Espanha, o seu belo pôrto foi base de operações de todas as suas emprêsas militares que se dirigiram à península, chegando a ser côrte de um dos muitos reinos mouros e dos mais povoados pelas delícias dos seus campos, pela amenidade dos seus vales e pela benignidade do seu clima.

Realmente numa situação invejável de posição e exposição, a ela haviam de afluir e fixar-se grande número de gentes que, nos intervalos das guerras, grande comércio haviam de desenvolver, dando saída aos abundantes produtos do interior e entrada aos carregamentos que uma navegação intensíssima lhe trazia das longínquas paragens do Oriente.

Genoveses, pisanos, venezianos, provençais ali teem cônsules e uma grande indústria de artigos de sêda, algodão e arame se desenvolve, conjuntamente com a pesca do atum e do coral, chegando estas a ser fluorescentíssimas.

Também o papel, se diz, teve ali a primeira fábrica construída no ocidente, tendo sido um árabe o seu introdutor por ter estado na China, onde aprendeu êsse importantíssimo fabrico ¹.

Por tudo isto, a fama da sua grandeza e riqueza alastrou-se pelo mundo então conhecido e perpetuou-se através os séculos até nós.

Contudo, estamos em crer, atento o pequeno âmbito de sua cêrca, devia ter sido mais um empório comercial do que uma cidade de grande e sedentária população.

Comerciantes e industriais seriam os seus homens, que, fóra das lides de um labor intenso, viveriam exteriormente, como no famoso vale de Bulhões, que da fralda da serra ia ao mar e onde os habitantes de Ceuta tinham suas quintas com muitos pomares e jardins deleitosos, acompanhadas de tôrres e casarias formosas,

¹ Meyer, *Lexicon*, pág. 329.

pintadas para acrescentamento da sua deleitação, e tão bastas eram em aquêlê vale que quási pareciam uma vila ¹.

Situada numa pequena península, como a sua mãe ou irmã Cartago, cujo istmo medirá de largura uns cem metros da Porta de Almina à outra costa, e que no tempo da conquista devia ter aí a sua extremidade oriental, começando também aí o seu ancoradouro que outra coisa não significa a palavra Almina, acompanha hoje a casaria as ondulações do terreno dum e doutro lado daquele.

É esta península um suave contraforte que a portentosa Bulones lança para o oriente, não apresentando grandes altitudes, a não ser na sua extremidade livre, no monte Acho (escarpado), que atinge uns cento e noventa e quatro metros.

A cidade em anfiteatro, no fim duma ampla e segura baía, olha ao norte, subindo com suas largas e estreitas ruas da beiramar, que fortes, mas baixas, muralhas deteem, até ao alto de pequenas colinas, onde morre no abrupto escarpado que por êste lado a defende.

Ocupando dois terços da superfície da península e começando a oeste na arrancada dela, lindamente se reclina, tendo do mar uma vista que encanta e atrai pelo alvo dos seus prédios, pela verdura dos seus arvoredos, pela elegância dos seus mirantes, pelo conjunto enfim do seu garrido panorama que tanto se destaca no fundo negro da massa informe, do caos de rochas, onde apenas alguns carvalhos, oliveiras e cedros florescem sôbre os flancos dos precipícios da recessora Mussa, a coluna de Hércules meridional.

Esta eleva-se-lhe nos seus 900 metros a pouca distância, fazendo-lhe, como que abrigo, aos ardentes calores do continente e de poderoso condensador da humidade, que, caindo em chuva e rocío, vai alimentar e florir seus jardins e laranjais, tão afamados desde séculos passados.

Servida nos dois lados pelo mesmo mar — o Mediterrâneo — forma êste duas bafas: a do Norte e a do Sul, sendo esta pouco ou nada acessível pelo revoltoso da água e pelas linhas de cachopos que, aflorando à superfície, a tornam perigosa, impondo-se-lhe também a perpendicularidade da riba.

Aquela, a do Norte, descrevendo uma elegante curva, que,

¹ Azurara, *Crónica de D. Pedro de Menezes*, cap. LXVI.

começando nos ilhéus de S.^{ta} Catarina ao oriente, fruto erosivo das vagas sôbre o monte Acho, vai morrer ao longe nos contrafortes poentes da montanha, dos quais, o mais saliente, forma a ponta Bermeja, é ampla, sossegada, funda e de águas tão claras que a sua fauna é bem sensível e seu sólo bem observável, de certo devido a êste ser rochoso.

É esta a famosa e formosa cidade, cuja descrição a traços largos aqui deixamos, que pouco mais ou menos deveria ser a do princípio do século xv, se lhe tirarmos hoje um ar de caserna que se respira por toda a parte; os restos das obras dos mestres portugueses Rodrigues Anes ¹, Lourenço Franco ², Luís Gomes ³, Fernão Álvares ⁴ e outros que por nós são ignorados e os da Muralha Rial que o Marquês de Sanceda, o primeiro governador espanhol levantou sob o seu mando e direcção, com seu fôssocanal que a converte numa ilha; as grandes obras do seu pôrto; os muitos quartéis e baterias da sua guarnição; os telhados às suas casas; os sinos às suas tôrres; as cruzes às suas outrora mesquitas; os corpos das igrejas que a fé cristã acrescentou àquelas; as árvores a algumas das suas ruas, praças e jardins; a elegância a alguns dos seus prédios, como o *Casino Militar*; os monumentos às suas praças (estátua a Ruiz e a memória levantada em honra dos heróis das guerras africanas); os nomes queridos para nós de algumas das suas ruas, como o de Camões, D. João I, D. Pedro de Menezes e D. Sebastião; a consoladora e extensa tradição portuguesa que vai desde o olhar de admiração e respeito do mouro por nós, passando pela delicadeza e deferência com que nos trataram os espanhóis ⁵ até à veneração oficial pelas riais quinas — brasão de Ceuta — que com toda a alegria e orgulho vimos pintadas sôbre as belíssimas côres azul e branca na taboleta dum pôsto de polícia e esculpida nas ombreiras do portão do jardim público; pela adoração da imagem

¹ Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, L. 33, fl. 211 v.

² Idem — Chancelaria de D. Sebastião, L. 1 *Doações*, fl. 373.

³ Idem — Idem, L. 37 *Legitimações*, fl. 251.

⁴ Idem — Armário 26 do Interior da Corôa, *Maço I* n.º 222.

⁵ Tivemos a felicidade de falar num regimento de engenharia com alguns oficiais e ainda hoje não nos esquecem as gentilezas e amabilidades que nos dispensaram a nós obscuro e humilde descendente dos heróis da conquista e, principalmente, sem que nenhuma recomendação nos apresentasse ou nos fizesse conhecidos.

da *Conquistadora* ou *la Portuguesa*; e pelo respeito ao pendão camarário, que se diz ser do tempo de D. João I e que ainda hoje sai levado pelo governador militar na procissão do corpo de Deus, tributando-se-lhe honras de capitão-general; e se lhe dermos um ar de arabização que se perdeu; se elevarmos uma alta e quadrada torre da sua alcáçova; se vestirmos os seus 10:000 habitantes do albornoz muslime; se para o poente a contornarmos de hortas e pomares com suas casas de campo, a que sobressaem os amuralhados e torreados Paços de Algazira, ricos de pinturas, de mármore, de azulejos, de pomares e jardins que os reis de Fez ali fizeram para seu regalo, e que D. Pedro de Menezes mandou arrasar, para que os mouros neles se não defendessem mais alguma vez; e se confinarmos suas casarias no âmbito de suas antigas muralhas que, aqui e ali, já estalaram aos empurrões delas para as galgar ao ocidente pouco, mas ao oriente bastante ¹.

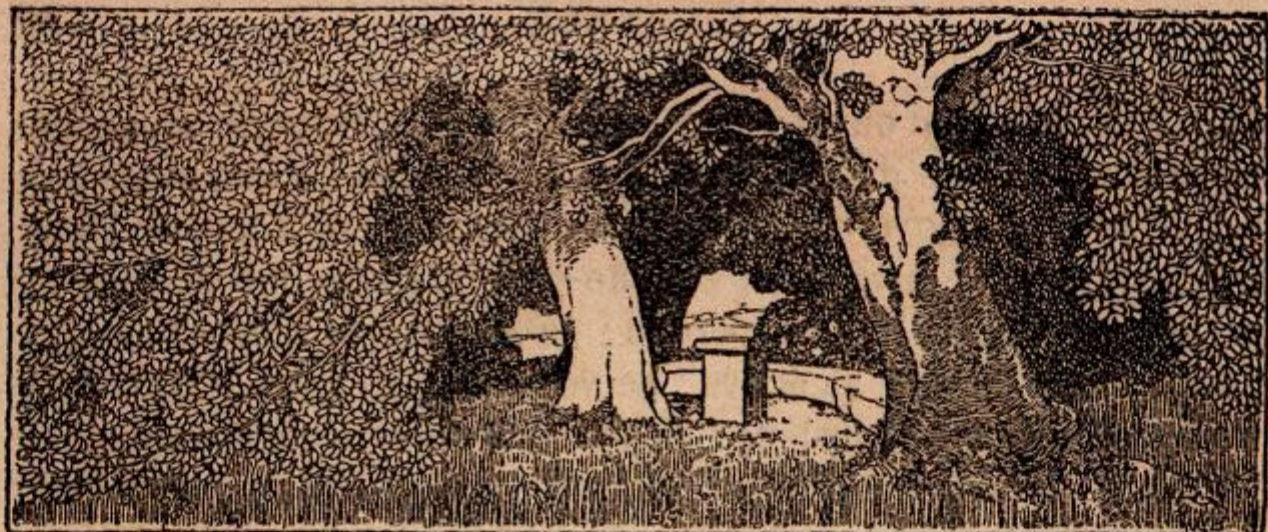
Europeizada hoje, pouco ou nada resta da antiga cidade árabe que tenha resistido à secular transformação, sendo a célebre Porta de Fez e a velha Torre de Salabensala as últimas relíquias que o camartelo municipal e a picareta militar ainda há pouco derruíram.

Contudo estamos certos que ainda hoje em parte de seus vestustos e arruinados muros nós iríamos, se êles pudessem falar, ouvir narrar as verídicas histórias dêsses heróis que as salpicaram com seu ardente sangue e que, na sucessão do nosso humilde trabalho, agora fazem levantar ferro à espantosa esquadra, na obediência cega ao seu rei e senhor.

VIEIRA GUIMARÃES

(De *Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo*, memória em via de publicação pela Academia das Ciências de Lisboa em comemoração do centenário da tomada de Ceuta).

¹ Duma demolição que se fazia perto do sítio da célebre Porta de Almina, para alargamento do molhe comercial, trouxemos nós um fragmento da vestusta muralha, como sagrada relíquia que guardamos, a bom recado na nossa quinta de *Marmelais*, em Tomar, onde temos um pequeno museu de objectos recordativos das nossas digressões turísticas.



O Carreiro

(EXCERTO)

(Conclusão)

A meu Pai

Aquele fresco da noite, pelos modos, fizera-lhe bem. A zoadada cabeça passara-lhe, como que por encanto. E desatara a reparar nos bois, como se nunca os houvesse visto. Iam numa descida, abanando as cabeças, muito à vontade, como se não levassem pêso. As franjas das molhêlhas batiam-lhe nos olhos, as campainhas badalavam-lhe na barbela, muito a compasso. Todos os eixos gemiam como gente. Tudo aquilo, p'los vistos, causara-lhe mossas no interior. Achara-se *scismátigo*, sem mais nem p'ra quê. Os bois, a cabecear daquela maneira, também se lhe representavam tristes. Muito antes de chegar a Roças, ao dar a volta da estrada, o escomungado dum môcho piara, de arrepiar, no galho dum castanheiro. No vale, da banda esquerda da estrada, havia um nevoeirozinho muito alvo. E, lá no fundo, o Castelo de S. Vicente metera-lhe certo susto. Estava muito negro, erguendo-se no meio do luar e da névoa como uma *coisa ruim*. Ele nunca fôra homem p'ra grandes aquelas... E o luar tão claro, mesmo de feiticeiras... o piar do môcho... o Castelo muito negro, lá no fundo... o badalar das campainhas... o chiar dos eixos — não lhe saíam do sentido... Topava-se acobardado; afigurava-se-lhe um pecado t'er-se desfeito duns animais tão mansos, tão maneiros p'r'à sua vida. Sabia lá o que êles iam padecer?! Sabia lá se tornariam a entrar-lhe outros na loja?! E, sem poder ter mão em si por mais tempo, largara a rogar muitas pragas a si e aos seus com-

panheiros. Eles é que tinham sido os causadores. . . que fôsem assoprar aos ouvidos do milhão de diabos que os levasse. Mas. . . êle. . . não devia ter anuído a semelhante desconchavo. E era essa ideia que o amofinava a valer! Nem alma tivera de rabijar o ferrão p'las costelas dos bois, em toda a santíssima noite. Sentira mesmo remorsos, só de botar nisso a ideia. Nunca sofrera daquela maneira! Um castigo! Uns atrás doutros, até à Granja Nova, fumara um vintêm de cigarros. Inda era de escuro quando lá chegaram. Estava a terra toda im sossêgo. Só se via brilhar a luzinha da venda do Manel Coireiro, à beira da estrada. Os companheiros apertaram com êle quanto podiam, p'ra que matasse o bicho. Mas — se trazia fome — minguava-lhe a vontade de comer. Sentia as gùelas tapadas por uma bugalha que lhe trepara da boquinha do *estâ-mado* até aos *gregomilos*. Mas mais apertado ainda sentira-se êle quando, do Alto do Sarzedo, avistara em baixo, no outeirinho, no meio de terras de granjeio, soitos e pinheirais, Leomil, a sua terra, onde ia entrar já sem os seus bois. Pensara que arreben-tava! Era manhã clara. O sol nascia na serra de Penedono, quási na direitura do Castelo. E consolava a gente largar a vista por aquelas redondezas. A casa, chegara mais morto que vivo. Quem o visse podia pensar que tinha matado homem ou roubado igreja. Uma mágoa das maiores! . . . Passados os dois dias combinados, lá se apresentara o homem, a chamar por êle, com as mesmas calças de saragoça aos quadrinhos brancos e melados, as mesmas esporas de metal amarelo. . . im riba do macho reiúno, que trazia a retranca das sete coroas. Só traçada debaixo da perna esquerda, no lugar da vara de marmeleiro, trazia uma aguilhada de *lódo*, ferrada na ponta a lata amarela e com um grande ferrão, a saír de três solas. Ele estava em mangas de camisa, sentado nas escaleiras, a ageitar uma larga fita de coiro para fazer um tomoeiro novo. Morava então no cimo da Picota, numa casa mal assoalhada, cheia de buracos por todos os lados, que tinha balcão e escaleiras p'r'à quintã — uma grande quintã qu'era a única regalia. Pertencia à Marquinhas do Padre. Pagava dez alqueires de renda. Quando pusera os olhos no homem, ficara como se lhe tivesse aparecido o *Inimigo*. Ainda não tinha jantado. Estaria p'r'a dar meio dia. Os ares também andavam cobertos. «Ora viva!» — dissera-lhe o lavrador, puxando a bôlsa do dinheiro da parte de dentro do colete. «Ora viva! Então não se apeia?» voltara-lhe êle. «Bem haja. Não

posso dilatar-me. Receba o seu dinheiro e bote-me cá os bois, que tenho pressa.» — retrucara-lhe o outro contando-lhe, na palma da mão, as vinte e sete libras em oiro, com o quarto em pintos. Inda era no tempo das libras!... Um lindo dinheiro! — e êle nunca se havia achado com tanto junto. Estava quási zorato, a olhar p'ra êle. «Livres e quites. Bote-me cá os bois.» — tornara-lhe o outro, amarrando a bôlsa, mal acabara de contar o dinheiro. A alma com que êle desincravelhara a porta da loja! Os bois saltaram p'r'à quintã, a brincar, cuidando que iam p'r'ò pasto. Nunca lhe tinham parecido tão bonitos, tão parelhos, tão maneiros p'r'à sua vida! Nunca gostara tanto dêles! As bem feitas cabeças que êles tinham!... Galhadura alta, vergada na perfeição, toda branca, roliça, adelgacando por igual, e retinta como amoras nas pontas viradas p'ra cima. *Galheiros* legítimos! «Você parece qu'está capaz de chorar p'los bois!» — dissera-lhe ainda o outro, com ares de mangação. «Quer o seu dinheiro?» respondera-lhe êle, com o coração apertado. «Agora inda qu'êles sejam cães, em vez de bois!» — e, sem mais palavras, o filho duma égua, chegara as esporas ao macho e botara os bois diante. Ele fôra até à porta, até ao meio da rua, vê-los desaparecer. Pareceram-lhe estranhos. Já não brincavam como na quintã. Roçavam-se p'las paredes, cada um de seu lado, muito murchos, sem fazerem caso dos *tomáli* do homem... Ao voltar p'ra dentro, olhara p'r'à porta da loja como se a visse ensilvada! Mas... — tudo passava neste mundo... o morgado de Cota, contentíssimo com o ganho, depressa lhe metera na loja dois *mirandeses* como duas tôrres. Por sinal, a êsses tivera-os tempo im meda. Eram duas lamas. Muito corpo, muita fôrça, mas génio nem de grilo. Picar nêles e em cortiça vinha a dar na mesma. Vira-se doido p'ra se livrar dêles. Os Trás-de-Serra — êsses sim! — lembravam-lhe sempre, de tempos a tempos! Mas aos anos que tudo aquilo ia! E, mesmo assim, retratava-se-lhe tudo na memória, melhor que se tivesse acontecido um dia atrás. Raio do tempo dava-lhe volta à cabeça! Entontecia a gente como o girar das mós... E a Teresa sem aparecer até àquelas horas?! Onde se ficaria ela a trarmelar? Umas cabeças de vento, as mulheres! Desgraçado de quem precisasse delas! A do Amaro, todas as vezes que passava à porta do fôrno, já não fazia outra coisa senão provar as bôlas das amigas e dar na língua quantas novidades sabia ou inventava. Só deitando-as à margem. Uma desgraça!... O mundo, como

Deus dissera, ia cada vez a pior. Mas aquela demora da Teresa passava das marcas! P'los modos trazia o corpo a pedir-lhe m'ho. Olha! Olha! Olha!... Só enforcando a!

— Então tua madrinha?

— Disse que viesse depressa, que se está a fazer tarde.

— Não virem mil raios que a partissem. Que ficou ela a fazer?

— Ficou à porta da quintã, a falar co'a senhora Teresa da Leonarda, p'r'amor dumas galinhas que num põem há mais de quanto.

— E não tinha mais ninguém em casa? Foi preciso ocupar uma pessoa estranha? Então o Manuel?

— Diz que tinha ido a Valongo, deitar a água ao lameiro.

— E os outros?

— Parece que andam p'ra Toimil, co'as cabras e co'os bezeros.

— Nem bois junguidos, nem erva segada!... Cada um risca de seu modo! Que vida a minha! Num vir um diabo que os levasse a todos. — E, num repente, ripando o oleado e as mantas do ombro da rapariga, subiu a uma das rodas e começou a cobrir a carrada.

A *Solidade*, vendo o padrinho tão arrenegado, meia atarantada, encostou-se à esquina da casa do sr. Francisco Vieira, torcendo uma das pontas do avental azul com barra aos olhos brancos, que a Emília, p'la Páscoa, lhe mandara de Lisboa.

O João esbracejava por cima do carro, sem alcance bastante para o cobrir, duma banda a outra, com a pressa que mostrava querer.

— Tenho uma casa de gente... mas é o mesmo que nada!

A rapariga, com mêdo que o padrinho se agastasse mais, lá saíu do seu silêncio.

— Se o padrinho quer... eu ajudo...

— Pois sim, filha. Sempre se adianta um pouco. Tem paciência. Trepas a essa roda.

A *Solidade* deixou os socos, trepou a roda do carro, entalou as saias entre as pernas, cruzou o chaile no peito — e principiou a estender o oleado e a atar-lhe os nagalhos aos estadulhos.

— Aí está pouco esticado. Olha essa ponta da manta, que ficou de fora. Puxa p'r'à frente um quási nada.

— E agora?

— Arremedeia. Deixa ficar. . . — E desceu da roda para ir passar ainda os olhos p'la carrada.

Estava toda coberta em redondo, mais alta na frente, a imitar o caniçado duma carroça alentejana.

— Parece que não choverá nas sacas.

— Estou que não, padrinho.

— Vai fazer pêso nas chêdas. — E foi à dianteira erguer a cabeçalha às mãos ambas.

— Desta feita, o *Cabano* não terá de que se queixar. Tentado como se quer. . . — E balanceava o carro, co'a rapariga dobrada p'la cintura numa das chêdas — todo satisfeito, muito curvado, com as veias das fontes inchadas p'lo esfôrço.

— Vem agora aqui, prantar o chavelhão a pino.

A *Solidade*, muito pronta, sacudindo as saias, levantou o chavelhão a modo de escora — e o João deixou cair sôbre êle, muito devagarinho, a volta da cabeçalha.

— E vamos lá, a ver se tua madrinha nos dá de jantar.

Mas antes de partir, ainda relanceou a vista p'los ares. Má raios! . . . O negrume, que vinha da serra de Nagôsa, já se tinha ajuntado à caruge, que andava na de Castelo. P'los pinheirais da Costa, terras centiúdas da Fôlha, lameiros da Ribeira, Beira-Valente . . . até p'r'âlêm do Alto do Sarzedo — impossível diferenciar a escuridão da terra da negrura do céu! Só na Pelada havia uma aberta. Mas quê?! . . . lá estava poisada, no Penedo da Pena, uma nuvem medonha, que se alargava p'r'ós lados, a fechar o Escuro, ainda mais negra que todos os corvos da Nave, juntos num monte, im riba dos calhaus de Crapito! E aquele sossêgo. . . aquela paz. . . aquele silêncio de nada se ouvir com perfeição, que, como uma cobertura de trovões quási a rebentar, caía, por cima de tudo, mais pesado e abafadiço de instante para instante! Aquele silêncio que êle conhecia tão bem como os seus dedos. . . Má raios! . . . Ia ser o dia de Juízo! . . .

Nem uma aragem fazia bulir as fôlhas dos plátanos — que o sr. Manelzinho Gamela mandara plantar ao derredor do Largo, quando, ao cabo de muito ateimar, sempre conseguira ser tamêdos da *Cambra*. Os fidalgos tinham largado todos da porta do Carqueja. O Zé Portêlo deixara sem ninguém a venda do Marinheiro. Do grande bando da senhora D. Amália, só uma meia dúzia de pombas continuava a debicar no Largo. P'la estrada abaixo, o Cuco, muito embrulhado no gabão preto, muito enco-

lhido, farto d'esgrilar, ia-se chegando até casa. O miserável Castanheta, sentado nas escadas do eirado donde os filhos do Rolando haviam desaparecido, coberto p'los seus buréis grossos e sarrabulhentos com'à pele duma ovelha tostiada em Janeiro, metia as mãos ambas por dentro da jaqueta, e amarfanhava, aos puxões, a roupa im cima do peito, agatanhando e atenazando, com fúria, a grande camada de piolhos ladros, que, sempre ferrados nêle, lhe não deixavam livre uma guedelha do corpo. E andava em tudo uma tal moleza, uma tal preguiça, que até êle, João Peva, abria a bôca e desejava estender-se . . . Mas — pouca sorte! . . . — p'r'à Régua é qu'era o caminho . . .

— Vamos lá, Solidade.

— Que forte alagadela o padrinho vai agarrar! Está tudo tão escuro!

— Como se portará o Cabano, fraquito como é?!

— Deixe passar êste dia.

— Isso sim! . . . Escangalhava a nau de toda a semana. Será o que Deus quiser. Anda d'aí.

E meteram p'la Rua dos Fornos, Largo de Santo Antônio, direitos ao Cancelo.

A Teresa ainda falava co'a da Leonardã, à porta da quintã, p'r'amor das galinhas que num punham há mais de quanto.

— Então o jantar?

— A Solidade que vá esbulhando as batatas, enquanto eu não vou p'ra cima. — E ficou-se, muito sonsa, com as mãos im riba da pança.

Ele respondeu de selha descida à salvação da outra; entrou de repelão a *porta p'ra dentro*; e, com ganas d'esborrachar a cara d'*ambas as duas*, agarrou num cesto de nabos que atopou a geito im cima dum côrso velho — e foi ferrar com êle na manja-doirá dos bois — que ainda num estavam junguidos.

— O seu João parece que não yem bô.

— Aquilo é do tempo . . . Como estão os ares cobertos . . . Há-de-lhe passar, se lhe fizer conta. O que faltava era a gente ralar-se co'a carranca qu'êles fazem por lhe num correrem todas as coisas a seu gôsto. Que se governem.

— O meu ont'à noite, quando chegou a casa co'a cabrada, tamêm vinha bravo que nem um lôbo. Só por eu lhe num ter o caldo quente e lhe dizer mais alto que ia a casa duma vizinha pedir um têsto de lume p'r'ò requentar — desandou duas bolachas, que inda me ardem desta banda da cara! Deve-se conhecer . . .

— Carago! Até as cabeças dos dedos! São todos assim — uns brutos.

— Mas o meu não costuma. Ao que por i oiço, num tenho muito que relatar. Já futurei que foi qualquer mau passo que lh'aconteceu por lá.

— Qual histórias . . . são todos uma súcia de bêstas.

Entrementes, o João Peva tornava à quintã. Acravelhou a porta, sentindo os bois a tasquinhar nos nabos; e trepou as escaleiras, batendo nelas os sócos, p'ra lhes fazer caír, das testeiras de ferro e das ferraduras dos tacões apionados, os rodilhos de estrume que tinham agarrado no mato da quintã e na loja dos bois, sobretudo.

No balcão deteve-se um pouco, deitando ainda os olhos à roda de si.

O negrume fechara de todas as bandas. P'la Gamela arriba, com a fôrça do escuro, já nem o caminho da Nossa Senhora da Lapa se divisava bem. Nas terras alagadas da Ponte e da Veiga nem faixa de água brilhava. E os pinheirais da Costa e do Nicho pareciam feitos de fumo muito negro — fumo de barrela feita com tocos verdes.

Temível! Temível p'r'à gente se meter à estrada, numa jornada daquelas, com um boi tão fraquito do quarto do meio!

E a primeira baga d'água, grossa, fria, pesada como chumbo, caíu-lhe na mão cabeluda e gretada, que êle estendera no ar, fora da cobertura do balcão.

A falaça que a mulher fazia co'a outra, à porta da quintã, ali a dois passos dêle, chegava-lhe aos ouvidos como uma granizada confusa e meio amortecida no nevoento sossêgo do dia. Muito tinham aquelas candongas que dizer!

— Vê se me vens arranjar a merenda.

— Já lá vou.

Não lhe deu *reposta*; e, p'ra num abrir a ambas a cabeça com um dos seixos que estavam sôbre a pedra única do para-peito do balcão e que serviam para segurar qualquer peça de roupa que ali pusessem a enxugar — foi-se indo até à cozinha, puxando as calças pelos coses, muito do seu vagar.

Dentro da cozinha mal se enxergava. Entrou às apalpadelas — e só passado um pouco diferençou a Solidade, sentada no degrau da lareira funda, ao pé do lume, a esbulhar as últimas batatas, do pannelo de barro preto, p'ra um dos grandes pratos de

loiça branca e amarela, que vinham de Coimbra e que serviam p'ra fazer os untos, quando se matava o réco pelos Reis. Na frente dela, im cima do cortiço do sal e ao lado do caneco da água, na velha cobertura duma cesta teiga, estavam, umas dentro das outras, três malgas de loiça da mesma casta dos pratos, com três garfos de ferro falhos de dentes, a faca de segar nabiças e um pão centiúdo ainda por incertar. Arrumados contra a pedra da pilheira, entre os dois grandes potes da barrela e da lavadura, ardiam dois tições d'urgueira, sem s'ria quási nenhuma. Por cima, no caniço negro e encortiçado p'lo fumo, espreitavam as castanhas já piladas.

Ele atirou consigo p'ra cima das alimpaduras duns castanheiros do vale, que enchiam o *canto* todo e que êle, na véspera, tinha cartado, do palheiro, mesmo às costas.

— Quer que lhe bote o caldo?

— Será melhor... E vai lá baixo prèguntar a tua madrinha se quer qu'eu a traga c'um arrôcho. — E, enquanto a rapariga foi buscar a gadanha — que estava espetada num buraco da taipa — e lhe encheu a malga de caldo — ficou-se a olhar p'r'òs tições do lume, muito sério, sem dar fé de nada, co'as mãos cruzadas a meio das coixas. Havia uma temporada que, de vez em quando, se achava naquele ser, como que enfareado de tudo, sem querer pôr o sentido senão im coisas passadas há um ror de anos. Talvez já fôsse a velhice!

Quando a Solidade lh'apresentou a tigela, tirou do bôlso da jaqueta a navalha da poda; alimpou-lhe a fôlha ao burel das calças — e meteu-a no pão centiúdo, levando-o ao meio.

— Sempre vou chamar a madrinha?

— Pois já se vê... — E começou a comer o caldo, atestado de pão, a grandes garfadas muito mesuradas, curvado para diante, com a malga apoiada na palma da mão esquerda.

Mas nesse comenos entrou p'lo janelo da cozinha a rápida claridade dum relâmpago; um trovão medonho — que fez dar um «ai, Nossa Senhora!» à rapariga que ia a saír — rebentou com fúria, rolando demorado; e a chuva, desencadeada, caíu de chofre, batendo nas telhas c'um tal estrelóiço, que parecia o fim do mundo.

Benzeu-se com muita devoção e temor, encomendou a Deus a sua pessoa e os seus bois — e continuou a engavelar, às garfadas, as berças do caldo verde.

Levava a malga à bôca, p'ra engulir as derradeiras migas do

fundo, quando a Teresa entrou na cozinha, pouco menos que num pinto.

— Que pancada d'água! Safa! . . .

— A minha pena é que te não tivesse esmigalhado os ossos. Sempre a badalar, sempre a badalar! . . . Forte campainha das almas! . . .

Ela olhou p'ra êle muito têsã; mas achou-lhe tal catadura, que desândou direita à arca, sem mais uma nem duas, a buscar outra roupa com que se mudasse.

Vendo-a acomodar-se, o João amaciou um cácelamente. Aquilo acontecia tão raras vezes! . . .

— Então tu num jantas?

— Dá-t'isso cuidado? — retrucou-lhe, de dentro, muito desenganada.

— P'ra mim. . . é com'ó oitro. . . — E sentia-se acobardado, ensovalhado, capaz de, co'aquela navalha da poda, se retalhar, a si, e ao coirão da mulher. E, enquanto a Solidade fazia, num pratinho à parte, o môlho p'r'às batatas — êle dava à cabeça e bufava como um boi ao carro, picado na focinheira.

— É melhor passar p'r'âqui, padrinho. Dêsse lado, co'a lenha, não há lugar p'ra nada.

Ergueu-se, muito ronçeiro, pondo as mãos nos galhos de lenha e espècando-se nos braços; atravessou dum passo as lajes da lareira; e sentou-se no escalão da outra banda, no sítio que a Solidade lh'ageitou.

— Tu tamêm num queres comer?

— Eu quero, sim senhor.

E, virados um p'r'ó oitro — o prato das batatas e do môlho, no meio, o cortiço do sal com o pão centiúdo na cobertura da teiga, ao lado — começaram a comer as batatas — batatas farinhentas, legítimas, criadas na Lameira Cova — tirando-as, aos bocados, do grande prato que servia aos untos, e molhando-as, ora êle ora ela, no azeite e vinagre do môlho do outro prato.

Na cozinha cada vez havia menos luz. Só de quando em quando entrava p'lo janelo a claridade dos relâmpagos, que logo deixava tudo ainda mais escuro. No lume apenas duas brasas continuavam acesas, no meio da cinza e do carvão dos tições. Os bois em baixo iam tosando nos nabos. A chuva não despegava d'estreloçar nas telhas vãs. E os trovões rolavam, desiguais e medonhos, mesmo por cima da cabeça dêles.

Depois de muito se anedear ao espelhinho de moldura de fôlha, a Teresa apareceu, entre as fumadas ombreiras da porta da cozinha, de roupa mudada, agasalhada num grande chaile de borlas, côm de castanha, com barra de ramagens pretas — que o homem lhe mercara, havia muito, ao Galego de Moimenta, na véspera duma das festas do Mártir. Trazia na mão um queijo sêco, de leite de cabra, que o homem levaria na merenda se calhasse.

— Deixa ver uma pinga — disse-lhe o João, metendo à bôca a última batata, espetada na ponta da navalha da poda.

— Inda é preciso que a haja.

— Mas devia haver.

— Sabia lá se a querias?!

— Um homem que vai p'ra uma jornada destas sustenta-se a água da fonte. . .

— O que tu queres é pegar. Pois pega, pega p'r'ai, que já lá vai o tempo em qu'eu me ralava.

— Ralares-te!? Quando é que tu tiveste raça de vergonha?

— Se me conhecias tão bem largasses-me da mão. Bastas vezes t'ô pedi. Quem te mandou casar comigo?

O João ficou pensativo.

— Bem parvo fui! . . .

— Que direi eu?! . . .

Aquela mondonga nem agradecida era! Que lhe faltaria p'ra falar daquela maneira?! Ele nunca fizera questão p'las rasas de batata gastas nem p'los alqueires que iam p'r'ò moínho. Sempre porcos no cortelho. . . a horta cheia de couves. . . a salgadeira fornecida. . . feijos a rôdo. . . cebolas p'r'òs gastos da casa. . . boas alfaces, abóboras e *beijinhas*, no seu tempo. . . cabras p'r'ò leite. . . galinhas. . . a arca cheia. . . Que raio lhe faltaria?! . . .

— Cuidas talvez que fizeste algum favor em casar comigo? — continuava ela. — Nunca me faltaram pretendentes. Parva fui eu, eu é que fui parva. Alguns, até mesmo casada me requeriam. . . Pois que te parece? . . .

Passava das marcas! Já nem a via.

Sem mais tir-te nem guar-te, foi-se a ela; co'um rôr de latadas virou-a de cravelas, p'ra cima do canto da lenha; e, agarrando na palhoça e nos polainos — que estavam num tórno da taipa — saíu a *porta p'ra fora*, ressaibiado de todo.

No balcão cobriu-se com a palhoça e abrochou os polainos — uns altos polainos de joelheiras dobradas que tinham ercado na

feira atrás. Bem acondicionado, com muito modo, p'ra não escorregar, desceu o rio das escaleiras em que as beiradas pulavam. . . e entrou na loja dos bois — onde era quasi noite e onde apenas mal se viam os cornos dos bois à manjadoura — falando ao Cabano com muita amizade. . .

Os trovões rolavam mais abafados, mais distantes, ecoando, ao longe, nas serras. . .

E a chuva continuava a cair, cerrada, sombria, em cordas grossas — espalrinhando e saltando nos seixos da calçada, como uma manada de cabeças de pregos; tornando num choque-choque a estrumeira da quintã; e enchendo, sempre a transbordar, a grande pia de pedra, onde os récos, em dias, comiam a lavadura. . .

Lisboa, Fevereiro, 1916.

(De um livro de contos regionais.)

SEVES D'OLIVEIRA.



Rubayet para Nur-Bi de Amèdabad

A' Sr.ª D. Cármen de Burgos (Colombina).

*Vens do banho nocturno como a palma
Ondulando ao luar. A noite é calma,
Calmo o teu seio do frescor da água.
Cheiras a sândalo e a jasmins, doce alma!*

*Canta na sombra a fonte do vergel.
As axorcas luzindo na tua pele
Tinem como o prateado jorro de água.
Fonte argentina, ó flor de âmbar e mel!*

*Sorris, e ao luar da alâmpada anielada
Tinges de alfena as unhas. Na alvorada
Hás-de imitar a linda romanzeira
Pintadinha de fruta, na orvalhada.*

*Na bôca rósea e violeta
Têm um brilho de laca preta
Teus pintados dentes iguais.
O' flor negra, rósea, e violeta!*

*Nur-Bi! e o teu sorriso é mais
Suave que o brilho dos corais
Negros, que a luz da laca preta,
E que os rubís dos teus rocais.
O' flor negra, rósea, e violeta!*

*Não inebria o vinho de Xiras
Mais que os beijos tão longos que me dás.
Não tem um vinho assim, minha Sultana,
O que na Terra de Repoiso jaz.*

*Meu bulbul do rosal, ó meu cipreste
Esvolto! O brilho doce que tiveste
Nos teus olhos de amor como de morta,
Em que olhar de Pèrí, diz, o aprendeste?*

*São tão fundos teus olhos surpreendentes
Sombreados a alcofor! Negros e ardentes.
A noite é azul como as tuas tatuagens.
Vela, bulbul, nas sombras transparentes.*

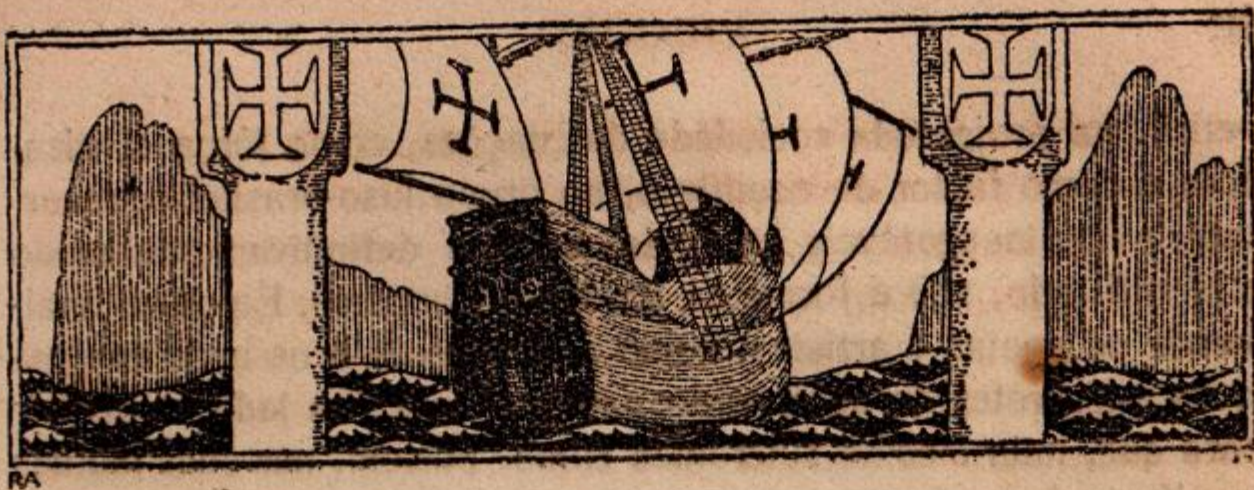
*De vetivér e pênas de pavão,
O teu leque desenha um coração
Picado de élitros de insectos verdes.
Vê, já te cai da moreninha mão.*

*O' meu Vaso do estíbio! meu perfume
Do nardo! graça das Hurís implume!
O' grão de mirra fino e bruno, ardendo
Eternamente num suave lume!*

*Vida, nuvem que passa colorida
Por um raio de sol! E, desflorida,
Em breve se dissolve ou cai na terra.
Embebe-te na luz, ó vida, ó vida!*

Do livro a publicar *O sinal da Sombra*.

ALBERTO OSORIO DE CASTRO.



O INQUÉRITO DA «ATLANTIDA»

Confederação luso-brasileira

Meu . . . amigo

Para que a ideia de uma confederação luso-brasileira entre de vez no terreno das realizações práticas é, mais que tudo, indispensável que sôbre ela se pronuncie a *élite* intelectual dos dois países.

É êste certamente o intuito a que obedece o inquérito, de cujo êxito já não é lícito duvidar, e que o meu caro amigo em tão boa hora iniciou, na sua interessantíssima Revista.

Que os internacionalistas nos digam, da confederação luso-brasileira, quais as suas possíveis condições de viabilidade, perante as outras nações do mundo; que os constitucionalistas nos dêem a trama e a estrutura jurídica da sua unificação política; que os economistas ponham em claro relêvo as muitas vantagens de ordem comercial e económica que para os dois povos resultariam da sua completa unificação, quando, porventura, não baste a êste respeito lembrar que, sendo, numa das margens do Atlântico, uma grande parte do território brasileiro, e, quasi em face, na costa africana, toda a colónia portuguesa de Angola, duas zonas vastas iso-climáticas de produção idêntica, Portugal e Brasil, unidos, teriam de futuro, no mercado mundial, o indisputável monopólio de todos os variadíssimos produtos dessas duas imensas e fertilíssimas regiões. Podem, por sua vez, os sociólogos, pondo em equação todos êsses dados do problema, esclarecer-nos sôbre a preponderante acção que de futuro com-

petirá, na projectada sociedade das nações, como força civilizadora e como factor de equilibrio, ao grupo luso-brasileiro, reservatório de inesgotáveis energias, quando definitivamente unido e identificado, sob a forma de um grande império. E podem finalmente os poetas e artistas, como os melhores e os mais expressivos intérpretes do sentimento nacional, por seu lado contribuir para que, num mesmo sincrónico ritmo, pulsem, nas suas mútuas manifestações afectivas, o coração dos dois povos, povos amigos e irmãos em cujas veias o mesmo sangue lateja, e que, a mais, possuem, como património comum, para bem se compreenderem e amarem, a mesma língua que falam.

E, para que nada se omita, que ponha em valor a parte com que cada um dos dois povos intervêm para a sua completa unificação, exprimir em cifras, com a sua capacidade de povoamento, toda a enorme extensão dos seus respectivos domínios. E assim veremos que, se vastíssimo é o território brasileiro, não menos vastos, nem menos férteis e povoáveis são as nossas possessões de além-mar, e tão vastas e numerosas que, entre todas as demais nações, farão de Portugal, depois da guerra, a terceira potência colonial do mundo. E que em suma — permitam que assim me exprima — não há disparidade nos bens dotais que entram no consórcio, não se levando, bem entendido, em linha de conta as respectivas bemfeitorias, para só atendermos à avaliação territorial e à sua referente capacidade de povoamento e produção.

E que mais? Lembrar que os portos do Rio de Janeiro e Santos seriam os verdadeiros centros de atracção e embarque da quasi totalidade dos produtos da Sul-América, para ali drenados por múltiplas vias de penetração — Central do Brasil, Mogyana, Sorocabana, Paulista, e Noroeste do Brasil (Itajuba-Corumbá), ainda por concluir, mas que não tardará a penetrar em pleno coração da Bolívia. E, ao mesmo tempo que cais de embarque, seriam Santos e Rio os dois grandes entrepostos comerciais de todos os produtos europeus a essas regiões destinados. Isto no Brasil. E em Portugal? Em Portugal, seria o bellissimo, o amplo e abrigado pôrto de Lisboa — parafraseando o que dêle disse em tempos, nos seus *Salões*, o saúdoso visconde de Ouguela — o entreposto ou feitoria de todos os produtos brasileiros e do Portugal ultramarino e onde, «como numa Veneza ou Génova, dêste século, granjeando a prosperidade das antigas cidades hanseáticas, viria a Europa fazer a troca das suas mercadorias». «Seria

Lisboa, em nossos dias, com os armazens e tercenas, que competem a um pôrto franco, a Malaca e Ormuz do Ocidente europeu».

Belíssimo sonho! Portugal e Brasil unidos; Confederação luso-brasileira; uma nova e grande Lusitânia! E porque se não transformará em breve, êsse bellissimo sonho, numa grandiosa realidade? Porque não será esta uma das magnas questões a debater, no próximo congresso da paz? E, preparando o terreno, e a exemplo de Henrique Lopes de Mendonça que, no último número da *Atlantida*, tão brilhantemente encarou o assunto pelo seu aspecto internacional, que cada um de nós — portugueses e brasileiros — aqui traga a sua parte de contribuição, tendo em vista aplanar todas as dificuldades do problema.

Foi acudindo a êste meu apêlo que Magalhães Lima me dirigiu há dias a bellissima carta que eu agora, por êle autorizado, envio ao meu illustre amigo, na certeza em que estou que o prazer que ela me deu, ao recebê-la, será o mesmo que terá o meu caro amigo em dá-la à publicidade, na sua interessantíssima Revista, como um elemento a mais a juntar ao inquérito sôbre *Confederação luso-brasileira*.

E já agora, que a ocasião se me oferece, não concluirei esta minha carta sem lhe dar conhecimento de um brilhante artigo — *Ibéria e Lusitania* —, publicado a 27 de Junho, em editorial do *Paiz*, do Rio de Janeiro, pelo nosso cônsul geral no Brasil, e tão notável poeta como prosador, o Sr. Dr. Alberto de Oliveira. Acabo de o receber nêste mesmo instante, e não lhe oculto a grande satisfação que experimentei ao ler, firmadas por um tão conceituado nome, e, connosco de perfeitíssimo acôrdo, as mais belas, as mais justas e as mais sensatas considerações. Refiro-me ainda à ideia de uma confederação luso-brasileira de que o Sr. Dr. Alberto de Oliveira é já há alguns anos, como verá no referido artigo, que lhe envio, um dos mais eloquentes e um dos mais convictos partidários.

Creia-me sempre, com sincera estima e o mais alto aprêço,
Seu amigo e m.^{to} admirador

DR. BETTENCOURT RODRIGUES.

CARTA AO DR. BETTENCOURT RODRIGUES

Meu velho, querido e bravo amigo : — Acorro ao teu apêlo. E com que imenso prazer o faço ! A tua iniciativa, referente à realização de uma *Confederação Luso-Brasileira*, não podia ser mais sugestiva. E a ocasião, para lançar a ideia e para provocar uma manifestação em seu favor, não podia ser também mais oportuna. Se é certo que hoje não pode haver outra preocupação que não seja a guerra, também não é menos certo que a preparação para a paz se impõe como um objectivo supremo. Os povos que não souberem preparar-se para a paz não tirarão da guerra os benefícios a que a sua participação lhes dá direito. O problema da paz é tão importante como o problema da guerra. Viver no presente com a previsão do futuro — tal deve ser a nossa divisa.

A política externa da República está ainda por fazer. A nossa velha aliança com a Inglaterra não exclui uma aproximação íntima com o Brasil. Antes a completa, dada a actual situação internacional. E hoje, que todos os povos procuram orientar a sua política externa segundo as afinidades espirituais que os estreitam e vinculam, a nova e grande Lusitânia aparece-me como uma solução necessária, impreterível e redentora.

Podes pois, imaginar o alvoroço com que acolhi o teu patriótico alvitre, que, para mais, se tornou um pretexto agradável para recordar a nossa velha e nunca interrompida camaradagem de Coimbra.

Chamavam-nos idealistas. Quem me dera, porém, que os moços de hoje fôsem tão idealistas como nós o fomos. O que falta efectivamente à geração actual é um ideal que constitua energia moral, tão necessária nos tempos de egoísmo feroz que vão correndo. E eis aí está o motivo, repito, porque o teu excelente projecto veio no momento próprio, na sua hora. Nada há mais real do que o ideal na vida dos indivíduos e das sociedades. Por isso me coloco incondicionalmente ao teu lado, como mensageiro fiel de tão generoso pensamento, que assinalará, para os dois povos gémeos, uma ressurreição das grandezas passadas, uma continuação honrosíssima da sua tradição e da sua história e uma afirmação eloquente da vitalidade de raças.

Poucos poderão, como eu, advogar, com o mesmo interesse e o mesmo entusiasmo, a realização de uma Confederação entre Portugal e Brasil. A razões de ordem filosófica acrescem ra-

zões de ordem moral e pessoal. O eminente sociólogo e meu magnífico amigo, Novicow, que, com tamanha lucidez, previu a actual conflagração, resumiu, no seguinte dilema, a política dos povos: *Ou a anarquia internacional ou a federação*. O espectáculo, ao mesmo tempo sublime e trágico, a que estamos assistindo, não é outra coisa senão o grito supremo da democracia contra o despotismo, da harmonia contra a hegemonia, a livre unidade do espírito humano e a livre federação dos povos.

Nascido no Rio de Janeiro, herdei de minha mãe a sentimentalidade que caracteriza o génio brasileiro. O Brasil e Portugal são para mim uma e a mesma pátria. E quantos outros portugueses existem nas mesmas condições? E quantos brasileiros participam desta dupla qualidade, por haverem nascido em Portugal e serem descendentes de famílias portuguesas?

São vários e complexos os aspectos pelos quais devemos apreciar o assunto, que reputo de capital importância para o futuro das duas nações: o aspecto pessoal ou étnico; o aspecto político; o aspecto económico e comercial; o aspecto geográfico e o aspecto, considerado sob o ponto de vista da democracia moderna.

Pessoalmente, sinto-me tão intimamente ligado ao Brasil como a Portugal. Não posso falar da terra onde tive o meu berço, sem um verdadeiro estremecimento da alma. Sendo ainda estudante da Universidade, mantive as relações mais afectuosas com Rangel Pestana, o austero livre-pensador que, então, dirigia a *Provincia de S. Paulo*, com Saldanha Marinho cuja admirável campanha, em favor do registo civil, me serviu muitas vezes de estímulo e de guia para uma propaganda idêntica em que estava empenhado, com Quintino Bocayuva, o príncipe dos jornalistas fluminenses, com Benjamim Constant, o mestre eminente e amado, com Silva Jardim, o audaz batalhador, com José do Patrocínio, o vibrante jornalista *doublé* de um delicado artista, que fez do abolicionismo uma grande arma emancipadora, como Joaquim Nabuco, outro primoroso artista. E dos vivos, não posso deixar de recordar, com saudade, o patriarca da democracia americana, universalmente respeitado, Rui Barbosa, e outros, com iguais direitos adquiridos à minha admiração e ao meu enternecimento, como Assis Brasil, Lauro Sodré, Irineu Machado, Olavo Bilac, Lopes Trovão, e toda essa pléiade de famosos combatentes que ilustram o jornalismo, a literatura, as sciências e as artes.

Todos se recordam ainda do projecto de *acôrdo luso-brasileiro*, logo aprovado por aclamação, e, como dizes, prontamente acolhido, na imprensa portuguesa e pouco depois na imprensa brasileira, com o mais caloroso entusiasmo. Ninguém esqueceu, por certo, a iniciativa da *Repartição de Turismo*, em virtude da qual foi eleita uma comissão, no intuito de promover um mais íntimo estreitamento de relações entre o Brasil e Portugal. Eu mesmo, tendo-me encontrado, há anos, em Paris, com o actual ministro das relações externas, Dr. Nilo Peçanha, tive ocasião de discutir com aquele insigne homem de Estado, a possibilidade de uma aliança ofensiva e defensiva entre os dois Estados. — Se o govêrno portugês assim o entender, replicou-me o notável brasileiro, eu tornar-me-hei o campeão caloroso e decidido de tão alevantada ideia.

Com razão acentuaste, meu querido amigo, que a solidarização de Portugal com o Brasil é hoje, mais do que nunca, uma questão de ordem do dia. Dos países que conheço, em nenhuns, como nos dois em questão, se assinalam tão intensamente as afinidades de raça, de costumes, de recordações, àlêm da língua que constitui já de si uma pátria espiritual. Ernesto Renan o disse: «Uma nação representa primeiro que tudo uma história — a posse de um rico legado de recordações, um passado heróico, a glória, e, mais ainda, o sacrificio e as provações».

Não há dúvida que a ideia vem de longe. As tentativas teem-se repetido. E para surpreender é, sem dúvida, a pouca persistência dos successivos ensaios. O espírito, porém, a tendência existiam. Era o principal. E chegou hoje ao seu ponto culminante. Nunca será de mais repetir a frase do Dr. João de Menezes, pronunciada no parlamento: O Brasil é um povo irmão de Portugal, e brasileiros e portugueses teem de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar as suas relações políticas, podendo ir muito àlêm de uma aliança.

Também eu, antes da guerra, pensara numa aliança. Mas os factos ocorridos, nêstes últimos anos, trouxeram-me a convicção de que a solução para o problema do futuro há-de residir na forma federativa. O *Atlântico* será o continuador do *Mediterrâneo*. É para êle que devemos voltar as nossas vistas. *Mare nostrum* chamavam os latinos ao Mediterrâneo. *Mare nostrum*, chamaremos nós, brasileiros e portugueses, ao Atlântico.

As dificuldades que alguns prevêem, para a realização da

admirável empresa, são insignificantes ao lado das imensas vantagens que a futura Confederação há-de acarretar a ambas as partes interessadas. Um plebiscito, aberto na imprensa dos dois países, tornará a questão palpitante, de uma flagrante actualidade. E creio bem, tenho disso a certeza antecipada, que ela há-de interessar por igual o mundo civilizado. Será um factor a mais, e dos mais seguros, para fortalecer a Sociedade das Nações que resultará da *Entente* dos povos aliados.

Os continentes fraternizam. A Europa é a América, e a América é a Europa. O Pan-lusitanismo! A Confederação entre povos afins será uma resultante lógica da evolução que se desenha já no horizonte, como a única solução racional que os acontecimentos hão-de impor.

Para todos os efeitos, torno meu o teu pensamento. Propagá-lo-hei, com a maior devoção e o zêlo mais enternecido, em todos os centros e colectividades, onde a minha modesta influência puder exercer-se. Não será demais dizer te que te pertenço, ou, antes, que fico pertencendo à ideia que nos une numa solidariedade indestrutível.

Deixa-me pois, como *mot de la fin*, afirmar-te, com toda a veemência da minha alma :

A nova e grande Lusitânia, não só é possível, senão também se transmutará numa luminosa realidade, imposta pelas circunstâncias da nova era que a guerra nos há-de trazer.

Um abraço carinhoso e fraterno, do teu velho companheiro e muito amigo

Lisboa, 15-VII-917.

MAGALHÃES LIMA.



O autor oculto do “Chrisfal”

(Continuação)

Porém, a ilustre investigadora da nossa história literária, D. Carolina Michaëlis, na sua preciosíssima obra sobre a infanta «*sempre noiva*», nega esta lenda acrescentando, no entanto, que havia por êsse tempo mais três Jorges da Silva, sendo um dêstes o segundo filho do conde de Portalegre, sobrinho do bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, morador na côrte, que esteve preso meses seguidos na Torre de Belém, por delitos graves que D. João III lhe não queria perdoar, e que morreu desterrado em África, concluindo da seguinte forma: «Nos caminhos arriscados, e sempre tortuosos da hipothese é raro acertarmos. Mas desta vez, o tempo, o nome, o infortunio concorda tão perfeitamente que é justo perguntar, se as relações ilícitas com D. Miguel da Silva não seriam mero pretexto, sob o qual se escondem loucuras de paixão desse Jorge da Silva (Portalegre)?»

Foi a leitura atenta destas linhas que fez germinar, em mim, a profunda convicção da duplicidade que apontei no começo dêste artigo, isto é: — o autor oculto das *Trovas de Chrisfal* não fala de si, refere-se a personagem determinada de quem canta a odisseia, e essa personagem é, muito simplesmente, D. Jorge da Silva, filho do conde de Portalegre, conforme o resultado das minhas ilações que, de maneira detalhada, vou expôr em seguida.

D. Jorge da Silva foi neto de D. Diogo da Silva de Menezes, 1.º conde de Portalegre — que fôra aio, escrivão da puridade e veador da fazenda de el-rei D. Manuel — e de D. Maria de

Ayala; e filho de D. João da Silva de Menezes, 2.º conde de Portalegre, mordomo-mór da casa de D. João III, e de sua mulher D. Maria de Menezes, irmã do Sr. D. Álvaro de Portugal, conde de Tentúgal ⁽¹⁾. Foi seu irmão mais velho D. Álvaro da Silva, herdeiro da casa e 3.º conde de Portalegre, que casou com D. Filipa de Vilhena, filha do marquês de Ferreira, e em segundas núpcias com D. Maria da Silva, filha de D. Nuno da Cunha, governador da Índia.

Teve por irmãos mais novos :

D. ANTÓNIO DA SILVA — Clérigo. Abade de Santo Tirso e comendatário do mosteiro de Landim, em Riba de Ave, bem como de outras igrejas. Morreu em Sevilha, em casa da duquesa de Bejar, sua tia, indo ali curar-se de «*achaque de pedra com hum eminente homem que havia enttão,*» segundo diz um nobiliário.

D. MARIA DE VILHENA — Casou com seu primo D. Álvaro de Melo, marquês de Ferreira e conde de Tentúgal.

D. MARGARIDA DE VILHENA — Casou com D. Sancho de Noronha, conde de Faro, Odemira, Mortágua, e alcaide-mór de Estremoz.

D. CATARINA DE VILHENA — Dama muito estimada, da rainha D. Catarina, mulher de D. João III. Morreu no Paço, sem casar.

SÓROR ANTÓNIA DOS ANJOS — Freira, da Ordem de S. Do-

⁽¹⁾ «D. João da Silva de Menezes, 2.º conde de Portalegre, depois de 20 de fevereiro de 1504, mas só teve carta de confirmação do título em 23 de dezembro de 1506. Por carta de 1 de janeiro de 1522 foi feito mordomo-mor da casa de D. João III. Deve ter morrido em fins de 1550 princípios de 1551. Casou com D. Maria de Menezes, irmã do 1.º conde de Tentugal. Teve lugar o matrimonio depois de 11 de julho de 1505 em que se firmou o contracto do casamento e antes de 28 do mesmo mez do anno seguinte. Foi D. Maria condessa de Portalegre.» V. «*Brazões da Sala de Cintra,*» por Braamcamp Freire.

No «*Liuro das Tenças del Rey,*» de 1523, reinando D. João III, havia o seguinte assentamento respeitante ao mesmo indivíduo : «It (*na Guoarda*) Ao Comde de Portalegre dom Joam da Silva em cumprimento dos 230.000 rs. que el Rey que Deos aja sendo Duque deu ao Comde seu pay, 132.050 rs. — E (nas herdades) a elle mais em quanto for merce del Rey cimquenta miill rs. 50.000 rs. — E (na Guoarda) a elle mais de juro nas geraes pola judaria de Celorico dez miill rs. 10.000 rs. — E (em Portalegre) mais a elle de temça de juro nas geraes pola judaria de Portalegre, 61.067 rs. — It (*não diz onde*) e a elle mais de seu assentamento cadanno çemto e dous miill 864 rs. 102.864 rs.» V. *Arch. Hist. Port.*, vol. 2.º, pág. 121.

mingos, no mosteiro de S. João de Setúbal. «*Viveu em muita observancia e não a puderam nunca persuadir a que fosse prelada*», refere Caetano de Sousa.

SÓROR ANA DA CONCEIÇÃO — Freira no mesmo convento, do qual foi 16 anos priora. Mereceu o nome de «*Mãe dos pobres, e acabou santamente.*»

SÓROR JOANA DA CRUZ — Freira no mesmo mosteiro. Foi 12 anos priora. Sofreu, com grande paciência, uma grave enfermidade e «*acabou com morte preciosa.*» ⁽¹⁾

Foram seus tios, por parte de seu pai, entre outros:

D. JOANA DA SILVA — Foi casada com o 1.º conde de Linhares D. António de Noronha, senhor e alcaide-mór de várias terras, escrivão da puridade de D. Manuel e de D. João III, comendador da Ordem de Cristo, e governador de Ceuta. Faleceu em Outubro de 1554, e seu marido em 1 de Março de 1551.

D. MIGUEL DA SILVA — Em uma carta régia de 22 de Maio de 1528, feita em Lisboa, é chamado bispo eleito de Viseu. Foi como embaixador ao papa Paulo III e estando já em Portugal de regresso, exercendo o cargo de escrivão da puridade de D. João III, o criou cardinal o mesmo pontífice, em Setembro de 1539, mas como o monarca não o autorizasse a aceitar o capêlo — segundo a versão dos cronistas — partiu, secretamente, para Roma, em 1541, sem ter feito entrega ao rei dos papéis e chancela à sua responsabilidade. D. João III ficou exaltadíssimo com esta fuga e escreveu, imediatamente, a seu cunhado Carlos V para que mandasse prender o bispo tendo, entretanto, encarregado um tal capitão Correia, acompanhado de soldados e espias, da missão secreta de o assassinar onde o encontrassem; porém o prelado conseguiu chegar incólume a Roma onde, em 11 de Dezembro

⁽¹⁾ V. «*Genealogias*» por Rangel de Macedo, e «*Famílias*» por Carvalho Athayde, na secção dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa. V. também, «*Hist. Geneal. da Casa Real*», por Caetano de Sousa, tomo X, pág. 134 onde, sobre estas freiras, o autor acrescenta ainda: «Entraram as tres no mesmo dia no mosteiro que foi em 24 de junho de 1529, juntamente com tres primas co-irmãs suas, filha de sua tia a duquesa de Coimbra D. Brites de Vilhena, sendo este o primeiro dia que aquelle mosteiro se habitou e havia fundado com seu marido o senhor D. Jorge, duque de Coimbra, como refere Frey Luiz de Sousa, com estas palavras: «*Foi dia este de grande triunfo da Religião, por serem as tres netas del Rey D. João II pelo pay, e todas seis descendentes de Reys a poucos passos, pelas mães, que erão filhas do Senhor D. Alvaro, irmão do Duque de Bragança.*»

de 1541, foi confirmada pelo papa a sua nomeação a cardinal. Logo que D. João III soube isto publicou contra êle uma carta de sentença impondo-lhe várias penas graves e desnaturalizando-o (23 de Janeiro de 1542). Não voltou mais à pátria, e faleceu em 1556.

São estes alguns dos parentes mais chegados de D. Jorge da Silva, dos quaes deixo consignados alguns traços biográficos para se ver a linhagem nobre e ajuizar da preponderância que essa família desfrutaria na Côrte e no Paço.

Do desventurado D. Jorge da Silva pouco se sabe; só quem dá sôbre êle mais amplas informações é Francisco de Andrada, na sua «*Chronica de D. João III*» (Coimbra, 1796) 3.^a parte, pág. 377, cuja interessantíssima passagem vou transcrever na íntegra :

«Alguns dias depois disto (*a publicação da carta de sentença contra o bispo D. Miguel da Silva*) sendo Sua Alteza informado que D. Jorge da Silva, irmão (*aliás sobrinho*) de D. Miguel era culpado em fazer os negocios de seu irmão (*aliás tio*), e tomar cartas e recados seus, e lhos mandar elle tambem de sua parte, se ouve nisso por tão desservido delle, e tomou tão mal o pouco respeito que tivera a seu mandado, que o mandou prender na torre de Belem, onde esteve debaixo de boa guarda, até que a princeza D. Maria, quando se partiu para Castella, que foi em outubro de 1543, pediu por mercê a el rei seu pae que quizesse, que não se procedesse contra D. Jorge com todas as penas, que eram postas aos comprehendidos no caso porque estava preso, o que S. A. pola comprazer no tempo daquella despedida lhe concedeo, mas porque de todo não ficasse sem um castigo, que puzesse terror aos outros, mandou passar um alvará em que lhe mandou que fosse estar a servir na villa de Mazagão todo o tempo que S. A. ouvesse por bem, donde não sairia em seus pés nem alheios sem seu especial mandado, salvo quando fosse com o capitão do dito lugar, ou sem elle por seu mandado ao campo, sob pena de incorrer em todas as penas contidas na carta que mandára passar contra D. Miguel seu irmão (*aliás tio*) no mez de janeiro de 1542, e assim avia por bem avendo respeito a suas culpas, que vindo caso que D. Alvaro da Silva seu irmão, filho mais velho do conde seu pae, a quem pertencia a sucessão dos bens e rendas da coroa, que o dito seu pae tinha de juro, falecesse em vida do dito seu pae, ficando ao tempo da morte do

dito conde seu pae o dito D. Jorge, que era o filho segundo, após o dito D. Alvaro, e ficando filho, ou neto, ou qualquer outro descendente de D. Alvaro ao dito tempo, que posto que se achasse por direito que em tal caso devia de suceder os ditos bens e rendas da corôa o dito D. Jorge, e não o filho ou descendente do dito D. Alvaro, que elle D. Jorge não pudesse suceder os ditos bens e rendas da corôa, e os ouvesse e sucedesse o filho ou descendente do dito D. Alvaro, a que ouveriam de vir por morte do conde, se ao tempo do falecimento do conde o dito D. Jorge não fôra vivo, o que assim avia por bem, determinava, e mandava que se cumprisse inteiramente, sem embargo de quaesquer leis e direitos, e de suas ordenações, e sem embargo da lei mental, e o alvará, que se disto passou, mandou S. A. que se tresladasse nos autos que se fizeram contra o dito D. Jorge, e queria que valesse e tivesse força e vigor como se fôra carta assinada por elle, e selada com seu selo, e passada pela sua chancelaria, sem embargo de quaesquer ordenações que ouvesse em contrario: o qual foi feito em Almeirim a 23 do mez de abril de 1544. E logo que este alvará foi assinado por S. A. o mandou elle ao licenciado Manuel Alvares, corregedor da Corte dos feitos crimes, com uma provisão sua em que lhe mandava, que fosse á torre de Belem, notificá-lo a D. Jorge com o escrivão dos seus autos, ou com outro se aquelle estivesse ausente, e lhe tomasse a menagem, que logo directamente se fosse a casa de seu pae onde poderia estar, sem della se sair para parte alguma por tempo de um mez, para se poder aperceber para sua ida a Mazagão, e assim lhe daria sua menagem, que acabado o dito mez se iria assim preso sob ella sua via direita ao dito logar de Mazagão, com aquellas condições que no alvará ficam declaradas, sob pena de incorrer em todas as penas contidas na sua carta, como se continha no dito alvará, e que dentro de tres mezes do dia que avia de partir, lhe mandaria certidão de como ficava na dita villa de Mazagão, e juntamente com esta provisão, que S. A. mandou ao corregedor Manuel Alvares, lhe mandou uma carta sua para Lançarote de Freitas, em cujo poder D. Jorge estava, em que mandou que lho entregasse. O corregedor se entregou delle, e fez com elle todas as diligencias que lhe foram mandadas na mesma forma que lhe fôra mandado, a que D. Jorge obedeceu inteiramente, porem S. A. ouve por bem fazer-lhe mercê de lhe comutar a ida de Mazagão para Arzilla, com as mesmas clausu-

las e condições que lhe tinha posto na ida para Mazagão, de que lhe mandou passar um alvará feito em Evora 23 dias de junho de 1544, e o D. Jorge se foi a Arzilla, onde servio S. A. muito honradamente, sendo capitão della D. Manuel Mascarenhas.»

Todos os nobiliários manuscritos e algumas obras impressas de vários autores, que consultei, dizem, simplesmente, que D. Jorge foi morto pelos mouros no ano de 1544, em Mazagão ⁽¹⁾. Mas se, de facto, assim aconteceu morreria, sómente, depois de 7 de Novembro dêsse ano. Por mais que pesquisasse não consegui saber, ao certo, quando foi transferido de Arzila para Mazagão — o que talvez se não desse — nem a data exacta da sua morte ⁽²⁾.

Há, no *Chrisfal*, pontos simbólicos duma importância extrema, duma evidência capital e significativa, que é necessario não perder de vista: refiro-me ao sonho acordado e a êsse extraordinário vôo de Ícaro desde o Alentejo às margens do Mondego! Ao longo da pitoresca composição, na sua essência componente, a fantasia fecunda do poeta vai baralhando os factos, mascarando episódios, aludindo de maneira vaga a personagens e scenas históricas, todavia dêsses versos, pouco diáfanos por vezes, ressalta, soberanamente indestrutível, isto: o enamorado herói subiu muito alto, chegou às nuvens, amou uma mulher de categoria muito superior, e por êsses malfadados amo-

(1) — «... batalhou nos campos africanos e morreu em Mazagão. Isto no ano de 1544.» V. C. M. de Vasconcelos, obra citada.

Um dos nobiliários manuscritos, que consultei na Biblioteca Nacional, não indica o ano da morte mas é dos mais explícitos em detalhes: «D. Jorge da Silva, que os mouros matárao em Mazagão. Pelos desgostos do cardeal seu tio com el rey foi preso em ferros na Torre de Belem. Matarão-no os mouros em huma cavalgada por se querer meter em hum lamarento (*lameiro, paúl, terra alagadiça*), onde o cavallo se atolou, com desejo de se chegar aos mouros para com elles se combater».

(2) — Segundo diz Francisco de Andrada — «*Chr. de D. João III*», parte 3.^a, pag. 438 e seguintes — em 11 de Setembro de 1544 ainda D. Jorge se encontrava em Arzila, pois o menciona, também, como combatente descrevendo uma escaramuça que os nossos tiveram nos arredores daquela praça. E, em 7 de Novembro do referido ano, tendo os mouros atacado a mesma povoação, foi D. Jorge desmontado, no combate, sem consequências de maior: «...na qual revolta foy tambem derrubado dom Jorge da Silva, que com muyto animo e acordo, e sem nenhum dano, se tornou logo a pôr a cavallo».

res vieram-lhe decepções, contrariedades, infortúnios, pesares. De aí o seu pungente despertar :

Por sonho, ante vós ponho
o que sem dormir eu vi;
por meu mal foi tudo assi;
mas seja para vós sonho
pois sonho foi para mi.

Como já vimos, segundo diz o autor na introdução das suas *Trovas*, os amores entre *Chrisfal* e Maria, decorridos em Lisboa, foram revelados à família da infanta (talvez ao próprio D. João III) por Joana, *que queria bem* a D. Jorge da Silva, tendo-se por êste facto dado uma repressão violenta: a separação imediata dos dois namorados ⁽¹⁾. Eu creio, porém, que Maria continuou vivendo onde vivia, como até ali, se bem que o autor diga que os parentes a «*esconderam.*»

..... entre serras
onde o sol nunca era visto

Ora onde o sol nunca era visto, era, de certo, nas casamatas da torre de Belém, onde foi *escondido* o infeliz D. Jorge, sob a vigilância severa de Lançarote de Freitas.

De resto, estes versos subtis deixam transparecer qualquer coisa da situação deplorável do pseudo pastor :

*Ali, sôbre uma ribeira
de mui alta penedia,
donde a agua d'alto corria
dizendo desta maneira
estava noite e dia.*

Chrisfal, sob os ferros de el-rei, encarcerado, «*estava ali noite e dia*»; «*de mui alta penedia sôbre uma ribeira* alude-se, de certo, à torre de Belém que é toda de pedra (*penedia*) e se *alteava*, então, *sôbre* o rio Tejo (*sôbre uma ribeira*); e essa *água que d'alto corria* tanto se pôde subentender a água do rio, cujo

(1) Além das Joanas que já indiquei na devida altura, poderiam, também, ter revelado os amores, por negligência, qualquer destas duas: D. *Joana* da Silva, tia de D. Jorge, ou sua irmã sóror *Joana* da Cruz, que, de certo, *queriam bem a Chrisfal*. Inclino-me mais, porém, para D. Joana de Blasfeldt que conseguiu, talvez, arrancar o segrêdo à sua pupila por influências da família (D. João III?),

nível era superior à masmorra onde D. Jorge fôra encerrado, pois a tôrre por êsse tempo era toda cercada de água, como à sua queda lenta, em gotas, devido à infiltração. ⁽¹⁾

Chrisfal não era então
dos bens do mundo abastado.

Sim, é positivo e histórico, D. Jorge da Siiva não era «*abastado então dos bens do mundo*», porque seu irmão mais velho era quem, legalmente, devia herdar a casa e todos os bens de seu pai.

Até aqui o que revela o autor falando, no prólogo; vejamos agora o que nos diz *Chrisfal* referente à sua própria personalidade. ⁽²⁾

Numa longa jeremiada de 16 décimas, antes que inicie a narrativa propriamente dita, êle lamenta-se dos seus infortúnios com a amargura e o pesar intenso dum namorado pouco ditoso nos seus amores; dessa jeremiada, porém, pouco se pode colhêr porque, historicamente, nada se sabe de positivo dêsse drama de paixão, dêsse drama de família que com tão meticoloso cuidado se ocultou de todos para evitar indiscrições molestas e obstar ao escândalo. É, pois, difícilimo reconstituir a história integral dêsses amores; todavia, mesmo assim fragmentados, baseando-me na teoria das hipóteses, tentarei trazê-los para a luz da crítica racional, servindo-me para isso dos poucos documentos de que disponho. Irei, pois, anotando as passagens das *Trovas* cuja leitura me fôr sugerindo analogias com o drama amoroso que imagino ter-se desenrolado nos primeiros anos da vida — depois tão pacata e tão plácida — da infanta D. Maria. Assim, êsse ódio contínuo, êsse rancor inveterado, essa hostilidade persistente, de D. João III contra o bispo de Viseu não teria, talvez,

(1)

Companheiras de meu mal,
águas que de alto correis
onde caís, desigual,
parece que me dizeis
— Porque não choras, *Chrisfal*?

(2) É conveniente ter-se em vista que é sempre o autor que fala, pon-do, porém, na bôca do herói, atribuindo-lhe por liberdade poética, tudo o que o seu estro lhe vai sugerindo de apropriado ao episódio que descreve, ao trecho das *Trovas*, como já fiz notar,

a sua causa primordial no facto exclusivo de êle querer aceitar o capêlo que o rei reservava para seu irmão D. Henrique — como referem os historiógrafos — mas sim, muito coerentemente, num facto mais grave para a boa ordem e harmonia social da família do monarca: o bispo D. Miguel da Silva casara, secretamente, seu sobrinho com a infanta, e quando isto se soube — da confissão arrancada pela autoridade moral de D. Joana de Blasfeldt — êle procurou evitar a ira de D. João III fugindo, a ocultas, para Roma. De aí o ódio terrível do irmão coroado contra ambos: D. Jorge encarcerado e deserdado com todo o rigor, indo morrer no destêrro e D. Miguel condenado, desnaturalizado e perseguido até mesmo à ideia do assassínio! Por isso o pastor *Chrisfal* (D. Jorge da Silva) diz com orgulho:

Levaram-me toda a glória
com quanto bem desejei,
desejei e alcancei;

Efectivamente, não é pequena glória *desejar e alcançar* o amor duma princesa. ⁽¹⁾

(1) «... o casamento a furto ou clandestino a que se considerava obrigado pelas condições exigidas para a sua validade pelas Constituições do Arcebispado de Lisboa. Ahi se lê, no título VIII, constituição 1.ª, que *para o casamento a furto ser válido bastava ter o noivo quatorze annos e a noiva doze*: «Porem se o homem fôr de quatorze e a mulher menos de doze; ou a mulher de doze e o homem menos de quatorze, aquelle que he em edade perfeita não se deve arrepender, e deve esperar até que o outro venha á sua edade perfeita; e se ho contradisser, poderá cada hum fazer de si o que lhe bem vier.»

T. Braga — «Hist. Lit. Port. (Renascença)»
Pôrto, 1914, pág. 218-219.

«... D. Guiomar Coutinho, filha do conde de Marialva, *casada a furto* com o Marquez de Torres Novas, primogénito do Duque de Aveiro. D. Manoel antes de morrer encarregára D. João III de fazer o casamento de D. Guiomar Coutinho com seu filho o infante D. Fernando; ao cumprir este encargo o Marquez de Torres Novas *fez público o seu casamento*, seguindo-se ruidosos processos canonicos... *Na primeira metade do seculo XVI foram frequentes os casamentos clandestinos na sociedade portugueza*. O poeta Luiz Pereira Brandão, autor da «*Elegiada*» *casou a furto* em Lisboa com D. Laureça de Almeida. O casamento do Marquez de Torres Novas, filho do Duque de Aveiro, em cuja casa se guardava o «*Amadis de Gaula em Portuguez*», deve attribuir-se a uma sugestão romanesca. No livro III, cap. 9 do «*Amadis de Gaula*» vem contado o *casamento a furto* de Oriana com Amadis por uma forma impressionante; era o caso lido com sabor entre os corte-

Se por isto *desmereço*,
dê-se-me a culpa assim,
 e seja já *com a fim*;

Mas a *culpa* que lhe atribuíam, e o fizera *desmerecer* no conceito do soberano, era por ter comunicação com o cardial exilado, aparentemente, por isso êle alude com altivez à sua falta sem mesmo temer a condenação à morte (*a fim*) contanto que lhe dêem *a culpa assim* como foi, *a culpa* do casamento efectuado em segrêdo, *a culpa do seu pecado*. (1)

Necessário é que vamos
 algum *remédio buscar*
para se a vida acabar;

Êsse *remédio* (êsse meio) *para acabar* com *a vida*, pois era horrível e insuportável viver, perpétuamente, nas trevas do cárcere, *longe da liberdade*, isolado na sua prisão, sòzinho consigo próprio,

Mas o que poderá ver
 quem já da vista cegou ?
 porque quem me a mim levou
 meu alongado prazer
 nenhum bem ver me deixou !
 Deixou-me *em escuridade*,
 — um mal sôbre outro sobejo,
pelo que, triste, *me vejo*
tão longe da liberdade
 como do bem que desejo.

zãos. . . D. Maria Manoel por quem se apaixonou o Duque de Aveiro (1481-1550) roçando pelos setenta annos ; a dama da rainha D. Catherina tinha apenas dezeses annos, e D. Jorge de Lencastre dizia aos filhos que *era casado com ella em segredo*.»

T. Braga — «*Hist. Lit. Port. (Renascença)*»
 Pôrto, 1914, pág. 246 e seguintes.

(1)

Todos os contentamentos
 da minha vida passaram,
 e em fim não me ficaram
 senão descontentamentos
 que de mim se contentaram.
 Estes, *pelo meu pecado*,
inda que nunca pequei,
 a quem amo e amarei
 nunca *desacompanhado*
 me vejo nem me verei.

assaz me foi inimigo
quem se vingou de mim mesmo
com me só deixar comigo.

veio, a final, pelo alvará de 23 de Abril de 1544, desterrando-o para a África onde, em qualquer combate com os mouros, o prisioneiro procuraria o suicídio heróico na peleja, a morte libertadora que a autoridade coroada não podia decretar-lhe como uma punição, já para abafar um escândalo que lhe tocava pela porta já por não ter base jurídica na Lei, porque o casamento a furto, clandestino, tinha o beneplácito da Igreja e assim o degrêdo era uma libertação, uma solução mais airosa, e quem lho impunha bem sabia que a D. Jorge da Silva, sem espôsa e sem esperanças,

Nada, *se não fôr a morte,*
 me dará contentamento.

Há, no poemeto, uma evocação interessante de factos prétéritos que *Chrisfal* vê através dum grande sonho :

não ficou cousa passada
 que me não fôsse presente.

E é então que avista um pastor seu conhecido, António; de certo, outro náufrago do amor, outro mártir da paixão, como êle:

Em um vale, descontente,
 estar António vi,
 êste assás diferente,
 que quási o não conheci,
 sendo bem meu conhecente.
 Aqueste é o pastor
 que aqui veio buscar-me,
 não mais senão consolar-me,
 e veio com tanta dor,
 que me dá dor o lembrar-me.

Chorando lágrimas mil,
 estava consigo só,
 de modo de pastoril,
 de dó, bem para haver dó,
 tinto o hábito vil.

Com uma frauta tangendo
 ao pé de uma árvore estava ;
 dêz que da bôca a tirava,
 de dentro da alma, gemendo,
 em vez de cantar, chorava.

Quisera-o consolar,
mas em cujo poder ia,
não me deu a mais logar
que ouvir-lhe que dizia :
— «Ó Guiomar, Guiomar !
em ti pus minha esperança,
emquanto ela se encobre
agora em dor se descobre !
perigos, desconfiança,
fizeram do rico pobre.»

Assim, por êle passando :
— «António, tenhas prazer !»
lhe disse, gran brado dando,
até da vista o perder,
os olhos nêle deixando.
Deus lhe dê contentamento,
pois que nos fez a ventura
companheiros na tristura,
e que seu e meu tormento
cada vez tem menos cura.

Quem vem a ser êste António bem conhecido de *Chrisfal*, «*sendo bem meu conhecente*» — que êle evoca vê-lo tão transformado nas suas mágoas, tão alterado pelo seu pesar, que quasi o não conheceu ? Quem será êste António que visitou D. Jorge da Silva pretendendo consolá-lo, dar-lhe confôrto, dar-lhe ânimo, indo porêsm esmagado por uma dor tão intensa, debaixo da opressão duma tristeza tão debilitante, que até se torna doloroso recordar ? Quem é êste pastor António cujo *hábito vil* (grosso, pobre, mísero), *tinto de dó* (de desalento, de luto), indica, simbólicamente, a tortura da sua alma, as amarguras do seu coração sangrante ?

Como já vimos, D. Jorge teve um irmão mais novo chamado António, que foi clérigo e abade de vários mosteiros. Neste António das *Trovas* alude o poeta a um indivíduo que se fez frade, que vestiu o hábito modesto de religioso, por causas íntimas, por desgostos de amor, de certo. Não sei quais foram os motivos que impeliram D. António da Silva a abraçar a vida retirada e contemplativa do claustro ; se foram amores contrariados, alguma paixão infeliz, é muito possível que esta passagem se lhe refira, mas emquanto isso se não souber, de maneira positiva, que êste ponto fique de remissa até se apurar a verdade histórica. Sei, porêsm, que por êsse tempo vivia um outro Antó-

nio que foi pagem da infanta D. Maria, e tendo-se apaixonado por uma dama, que entrou num convento, por êste motivo êle fez-se também frade, vestindo o *hábito vil* dos franciscanos. De resto, os versos

*Em um vale, descontente,
estar António vi,*

parecem referir-se, realmente, a frei *António* de Mendouça, que talvez fizesse o seu noviciado no convento de Santa Maria de Jesus, situado no *Vale* de Enxobregas, em cujo mosteiro, mais tarde, foi eleito provincial. Não consegui saber o nome da mulher por quem se apaixonara com tanto ardor — a qual foi freira também — mas se aquela *Guiomar*, a quem se dirige o pastor, fôr, de facto, a bem amada, não se trata, evidentemente, de *Guiomar* de Blasfeldt, de qualquer das *Guiomares* de Castro, filhas de António Pereira e de Mateus da Cunha, nem de *Guiomar* da Silveira, que foram damas da Infanta, e casaram. ⁽¹⁾

Arrastado pelo vento do infortúnio, a que o poeta alude, sob a impressão máscula do seu sonho, adejando num simbólico vôo de Ícaro, *Chrisfal* descansa um pouco no «*alto cume*» da «*grande serra da Estrela*» sendo, de novo, arrebatado para o norte até «*passar o Mondego*», pousando, afinal, junto duma fonte:

Junto de uma fonte era
o lugar onde fui posto,
onde, certo, não quisera,
e em bem lugar de gôsto
para quem gôsto tivera ;

⁽¹⁾ João de Mendouça Furtado, por alcunha «*o cação*», foi veador e mordomo-mór da casa da infanta D. Maria. Teve três filhos: Manuel de Mendouça, *António de Mendouça*, e Agostinho de Mendouça, que foram pagens da infanta; e duas filhas: D. Mariana de Mendouça, e D. Mayor Manuel, damas da mesma. Frei Miguel Pacheco, na «*Vida de la Serenissima Infanta D. Maria*» (Lisboa, 1675) depois de dizer que frei António de Mendouça foi «*hijo segundo*» de João de Mendouça Furtado, «*cação*», acrescenta: «*Galanteando una Dama, y entrando ella Monja, el se hizo Fraile Francisco, fué Predicador de grande nombre y de no menor virtud, y Provincial de su Orden*». Na «*Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*», parte 1.^a introd. Lisboa, MDCCCL, diz-se que frei António era natural de Lisboa, e «*sendo Moço Fidalgo da dita Princeza D. Maria, fugindo de Palacio, veyo buscar desenganado o porto seguro da Relegião nesta Provincia, onde no bom procedimento de virtuoso, e exemplar observante, fez realçar mais o illustre de seu nascimento. Professou no humilde estado de Frade Leygo*», etc.

Aludir-se-há aqui à *Fonte dos Amores*? Não tenho elementos para poder afirmar a estada em Coimbra — entre 23 de Abril e 23 de Junho de 1544 — de D. Jorge da Silva, mas não os possuo, igualmente, para negar o facto. Não acho, porém, impossível que tendo D. João III concedido mais um mês a D. Jorge para permanecer no reino e haver-lhe, também, comutado a pena, lhe permitisse sair de casa de seu pai para ir despedir-se de seu tio, o velho duque D. Jorge de Lencastre, ao seu solar de Coimbra. No entanto, foi nesse *lugar de gosto*, para quem o tivesse, que *Chrisfal* ouviu cantar o rouxinol, os pavões, e a sua Maria. Quando D. Jorge saíu da Tôrre de Belêm já o rouxinol cantava, no nosso país, os seus requebros de amor: «Os bons (*rouxinóis*) são os que se tomam no fim de março até 10 de abril, porque tomados depois de andarem em seus requebros, morrem com saudades da sua femea,» diz Bluteau. E a alusão ao grito agudo do pavão, a ave nobre por excelência consagrada a Juno,

E então porque tudo fale,
contando minhas paixões,
que razão é que não cale,
ouvi gritar uns pavões
lá no mais baixo do vale,

perece referir-se, por subtileza poética, à permanência ali duma casa de gente de elevada estirpe, de grande categoria social, pois o pavão cantaria, evidentemente, nas proximidades dum palácio esplêndido e não pousado numa choupana rude, segundo o convencionalismo simbólico dos poetas líricos. De resto, a maneira como a décima conclui não deixa de ser significativa:

trás disto, pouco tardando,
um doce cantar ouvia,
que na minha alma caía,
o que eu, bem escutando,
entendi que assim dizia:

E Maria canta, então, umas *Voltas* lamentosas, expondo todos os escaninhos torturados da sua alma apaixonada. ⁽¹⁾ Depois trava-se um diálogo entre *Chrisfal* e a heroína, que é a passagem mais interessante das *Trovas*. Como acentuei já, não se sa-

(1) Estas *Voltas* que o autor faz cantar a Maria, intercalando-as na sequência uniforme das décimas do poemeto, são significativas. A infanta parece que foi poetisa, também; e entre as suas damas mais estimadas algumas hou-

be hoje se D. Jorge da Silva teria ido a Coimbra antes de partir para o degrêdo, como se não sabe, também, se a infanta residiu naquela cidade, ou suas proximidades, durante alguns mêzes do ano de 1544.

Eu, pelo menos, não encontrei, historicamente, a realidade dêstes factos que não são de todo impossíveis. . . isto é: a residência eventual, no ano referido, da infanta em Coimbra. Mas o autor relata um encontro dos dois namorados, nas margens do Mondego, após algum tempo de separação. Será mera fantasia do poeta ou ter-se-iam avistado ainda os dois pela ultima vez? Confesso que é difficil apreender o pensamento do autor e dar resposta satisfatória porque se *Chrisfal* segue na direcção do Mondego, arrebatado pelo vento do infortúnio, onde, afinal, pou-sa na sua margem, é conveniente ter em vista que é na margem esquerda do mesmo rio, a 14 quilómetros da Lusa Atenas, que fica a pequena povoação de *Arzila*, couto antigo, cujo nome su-

ve que faziam versos até em latim! D. Francisco de Portugal, na sua «*Arte de Galanteria*», atribui-lhe estes três versos:

*Se soubera fazer trovas
de que me satisfazera . . .
inda assim as não fizera.*

Em cancioneros manuscritos andavam cópias de poesias suas, e entre elas esta quadra:

*Já não posso ser contente
tenho a esperança perdida.
Ando perdida entre a gente,
nem morro nem tenho vida.*

D. Carolina Michaëlis — *Inf.^a D. Maria*, pág. 57—diz, sôbre esta quadra, o seguinte: «Emquanto não se descobrir um nome de autor, anterior á Infanta, não é illicito todavia propagar a quadra como da sua lavra, tendo em conta de obra de D. Maria tambem a Volta seguinte, que é anonyma e fala em nome de uma mulher:

VOLTA

*Nem descanso, nem repouso
Meu mal cada vez sobeja;
O que a minha alma deseja
Não posso dizer nem ousar.
Assim vivo descontente,
De assaz dôr entristecida.
Ando perdida entre a gente:
Nem morro nem tenho vida.*

gere, imediatamente, a ideia da outra Arzila, em Marrocos, para onde D. Jorge foi cumprir o destêrro e procurar a morte.

É do diálogo, entre *Chrisfal* e Maria, que se tira a conclusão do casamento secreto. O poeta alude ao facto com subtiliza, duma maneira muito velada, fazendo dizer ao herói dos seus versos:

*Quando vos dei a vontade
inda vós éreis menina,
e eu de pouca idade*

*Mas que fôsse assim, e mais,
que remédio vos dão,
com quem conselho tomais,
á grande obrigação
em que a Deus me estais?
Que não são casos pequenos
para que a alma não dôa.*

E a heroína responde, com ligeireza:

*Essa é boa!
dizem que isso é o menos,
que Deus que tudo perdôa.*

*E dizem que moça era
no tempo que isso foi ser;
como tempo de crescer
tinha, cousa justa me era
tê-lo de me arrepender.
Isto, e mais, se me diz,
—crê que te falo verdade,—
que não tinha liberdade
para fazer o que fiz,
por minha pouca idade.*

*e, se prazeres passamos,
os dissimule e esqueçaⁱ;*

Mas, Maria ainda, diz mais isto perante o assombro de *Chrisfal*, atónito:

*e que, então, me buscarão
um mui grande casamento,
tão de meu contentamento
quanto meus olhos verão,
e que o mais, creia, que é vento.*

*Muitos pastores buscaram ;
mas um pastor, por ser-te amigo,
e outro, por ser-te inimigo,
um e outro, se escusaram ;
e dão-lhe logo, comigo,
gados que farão mil queijos.
Mas o com que se despediram
é já mostrar que temiam
que o sabor dos teus beijos
na minha bôca achariam.*

(Continua)

PATROCÍNIO RIBEIRO.

No man's land

*Perto a linha alemã já se adivinha agora . . .
E atrás de nós, na vaga luz morrente,
Os parapeitos onde vela a nossa gente
Recortam-se no céu como se fôsse a aurora,*

*E a hora enerva, doma, excita, tanto é calma.
Erausta, dorme, emfim, receosa a natureza.
Sente-se a Morte sobre nós fitando a presa . . .
O silêncio do céu esmaga-nos a alma!*

*E eis que eu ouço cantar . . . Donde virá, quem canta
Nessa imprevista, lenta voz? — Mal se levanta,
Põe no silêncio irreal sombras de comoção! . . .*

*De que linha virá esta voz, de que boca?
Que mundo lembra, que outras almas ela invoca?
— E o meu pranto calu sóbre o meu coração!*



(Com ilustrações que Saavedra Machado fez)

No poupar é que vai o ganho, — reza o nosso anexim, como Avè-Maria de economias caseiras.

Quantas vezes os *boni-homines*, impados no brio da sua magistratura e das regalias demóticas, houvessem clamado essa máxima de administração doméstica, — ou quantas a tivessem elevado aos ouvidos hieráticos de El-Rei os procuradores às Côrtes Gerais, — pode-se lá saber! Certo porê m a voz rude e forte do povo a lembrou e impôs por norma. Que ela é velha como a necessidade da poupança, como os pobres do regime do ganha-e-gasta, como o povo dos *malados*, irmãos falecidos dos nossos *malteses*.

Ainda hoje a economia é, e será, a riqueza do pobre. Trabalha; padece; leva, como um Cristo, a vida ao sacrificio do seu Calvário; e, do ganho da fèria ou do negòcio vencido, guarda as magras economias que lhe escò a. Um dia um filho a nascer, uma promessa no altar da Virgem, um fatinho de ver a Deus e ir à cidade, — são, nas rubricas orçamentais dêle, as previsões do dinheiro arrecadado no *pé-de-meia* ao cantinho da arca do *fato* e da *còpa*, e no *mealheiro* ou *migalheiro*.

Diz uma cantiga de Vila Rial, da minha cavaleira província de Trá-los-Montes⁽¹⁾:

Tenho cinco-réis de meu,
guardados há tanto tempo;
p'ra mercar de sardinhas,
no dia do meu casamento.

⁽¹⁾ Antonio Gomes Pereira, «Tradições populares e linguagem de Villa Real», in *Revista Lusitana*, vol. IX, pag. 252 (n.º 188).

Extraia-se dela o ar galhofeiro, característico dos nossos cantares do Norte, e ficará bem à vista o conceito da tradicional poupança.

O *mealheiro* é o cofre. *Migalheiro* lhe chamou o povo, confundindo a *mealha*, de nobre tradição perdida, com a *migalha* de conhecimento seu. O *mealheiro* é *pé-de-meia*, esmola do pobre, dinheiro de Deus. Ovário de moedas, de que se entranha, cabem-lhe os dois versos do poeta da Tradição, António Sardinha (1):

Ricas receitas as tuas,
receitas como nenhuma.

Esmola de mendigos, foi para êles o receptáculo das dádivas. Na província se encontrava ainda, e não há muito tempo, nas mãos dos que esmolavam. Em Lisboa, usam os cegos caixas mealheiras. Usam-se em Itália (2).

Dinheiro de Deus, vêde nos templos, pelas paredes, visíveis uns, ocultos outros, ou nas mãos de sacristães, *mealheiros* com inscrições e pinturas para a *mealha* religiosa, oferenda dos fiéis.

* * *

Bluteau, no *Vocabulário*, define o *mealheiro*.

«He a modo de alcanzia com huma abertura estreita, por «onde se metem as esmolas em algũs tribunaes donde se distribue o dinheiro». E noutra acepção, que é a correspondente, em especial, a êste estudo: «o dinheiro que tem junto em algum «lugar particular», como sinónimo de *peculium* (3).

Mas *alcanzia* que é? Responda o mesmo padre-mestre: «bola «de barro sêco ao sol, do tamanho de laranja; enchese de cinzas, ou de flores, & com ella se faz tiro em jogo de cavalo, & «dando no cavalleiro se quebra (4)». É a forma do *mealheiro* o que melhor chama a atenção: uma bola.

«De ser metade do *Dinheiro* se disse *Mealha*, de *Mealha* se disse *Mealheiro*», precisa em termos Viterbo (5).

Em Trás-los-Montes, pelo menos, se chama *pêto* ao *mea-*

(1) Ant.º Sardinha, *A epopeia da planície*, 1915, p. 196, «O louvor da casa».

(2) Rich, *Diction. des Antiquités Romaines et Grecques*, s. v. «cista».

(3) Bluteau, *Vocabulario*, s. v. «mealheiro».

(4) Id. *op. cit.*, id.

(5) Viterbo, *Elucidario*, s. v. «mealheiro».

lheiro. Faria, no Dicionário, dá ao adjectivo *pêto* a significação de «vesgo», correspondente ao vocábulo popular «zarolho». Ora, sendo o *mealheiro* rasgado superiormente com um traço único, para meter as moedas, e raro horizontal, quási sempre oblíquo, arqueado pelo bôjo, parecerá na «bola», que é o *mealheiro*, o olho «vesgo» da cara dessa cabeça *pêta*.

Jão não é nosso exclusivo o uso, nem a invenção do *mealheiro*. E se as formas pre-portuguesas diferem, e em parte as italianas, não tenho informações precisas das actuais de outros povos, nem isso tanto importa.

* * *

Os Romanos tiveram *mealheiros*, recipientes monetários, portáteis, — *loculi*. Eram de madeira, de barro, ou de marfim. Tal qual os nossos, os *mealheiros* romanos de barro, para se reaver as economias, era necessário abri-los, partindo-os (*escalando-os*).

A forma, que mais se vulgarizava, era de um corpo cilíndrico, encimado de um chapéu cónico de vértice arredondado. A parte cilíndrica adornavam-na de figuras pintadas⁽¹⁾; em um de que fala Séraux d'Agincourt, encontrado em Roma, no Aventino, há a figura de um cocheiro, em relêvo⁽²⁾. Algumas dessas imagens eram da deusa *Fortuna*, alegórica do uso do *loculus*.

Nos museus de Nápoles e Pompeios há exemplares de barro; alguns imitam cofres com a ferragem simulada em relêvo.

As *cistae*, representadas nas pinturas dos vasos gregos, são cilíndricas e eram feitas de vime, com tampa chata ou abaulada, ou de madeira; destinavam-se à guarda de jóias e objectos do *mundus muliebris*, e não à de dinheiro. Também as primeiras *cistae* romanas são de junco, giesta, ou caniço⁽³⁾, por terem sido applicadas de recipientes de campo, cilíndricos ou quadrados; e o nome applicou-se a caixas e cofrezinhos.

(1) Fea, *Osservazioni intorno alla celebre statua di Pompeo*, 1812, p. 12, n.º 5. Ver em Pierre Gusman, *Pompei*, dois «mealheiros» romanos de Pompeios semelhantes aos nossos, um esférico sem pé, outro com êle, — p. 233 (1906), existentes no museu de Pompeios.

(2) Ser. d'Aginc., *Recueil de fragments de sculptures antiques en terre cuite*, p. 51, estampa XX, n.º 9.

(3) Plínio, *Hist. Naturalis*, XVI, 77 (10-12): «levissimae ex his [vitis, vitex, salix, tilia, betulla, sabucus, populus] vitex, salix ideoque utilissimae: omnes autem ad cistas quaeque flexili crate constant».

Cistae e *loculi* são nomes gerais dos *mealheiros*; foram móveis ou portáteis, e fixas, como caixas de oferendas. Estas caixas tinham tampa ou opérculo para se abrirem; eram de madeira, de barro, ou de mármore. Às vezes foram cavadas na pedra: uma encontrada em Vertault (departamento francês da Côte-d'Or) tem a forma de cadeira, de mármore, com a abertura ao centro, ladeada de duas figuras sentadas; uma delas mostra na mão direita uma bolsa, o que talvez, como conjectura o Sr. Daguin, a identifique com *Aerecura*, guarda do dinheiro em depósito⁽¹⁾.

* * *

Os nossos *mealheiros* eram, pelo que fica exposto, da forma de *alcanzia*, ou seja esférica, e guardavam a *mealha*.

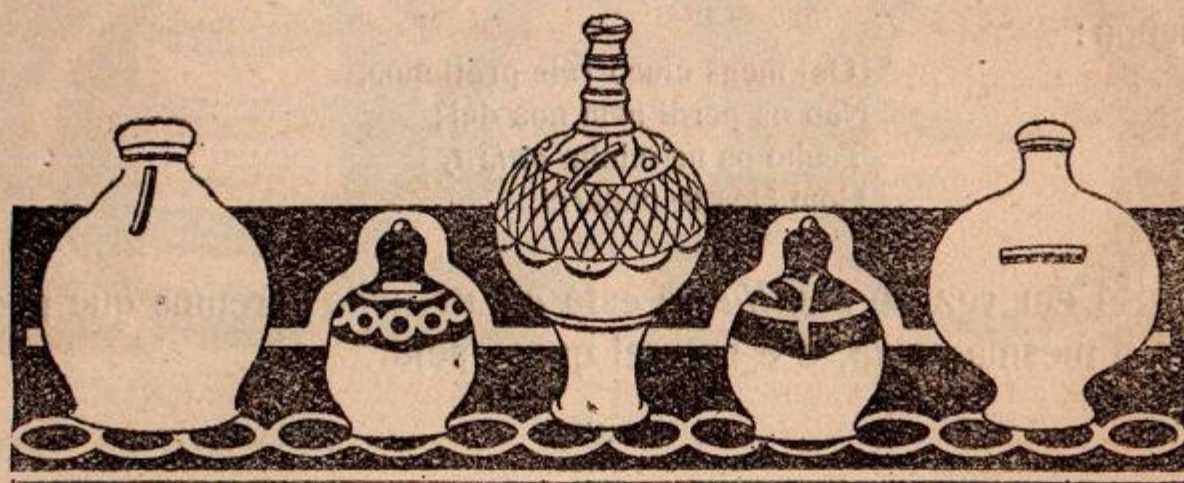


Fig. 1

Fig. 2

Fig. 3

Fig. 4

Fig. 5

As *mealhas* sob o nome de *mealias*, *menalias* e *medalias*, aparecem já mencionadas em documentos dos séculos XI e XII⁽²⁾. Fernão Lopes, na *Chronica d'ElRey D. Fernando* (cap. 56), dá a perceber que a *mealha* não teve cunho próprio, mas Teixeira de Aragão afirma que teve⁽³⁾. Era moeda de bolhão e valia metade do *dinheiro*, também de bolhão; Fernão Lopes e, na peugada, Severim de Faria, dizem que, para fazer moeda pequena, menor que o *dinheiro*, se cortava êste «pela ametade com huma

⁽¹⁾ *Mémoires de la Société des Antiquaires de France*, vol. LVII (1896) p. 334 e ss.

⁽²⁾ A. Herculano, *Portugaliae Monumenta Histor.* «*Leges et Consuet.*» I, 361 (1123), 393 (1166), 743 (1145), etc.

⁽³⁾ Teix. de Aragão, *Descrição Geral e Histor. das Moedas*. I, 146.

thesoura, ou com qualquer outro instrumento», o que dava o efeito desejado, por valer o *dinheiro* duas *mealhas*, ou *pogejas* (1).

Comprava-se com essa moeda «humã mealha de mostarda ou dalfelloa, ou de tramoços, e semelhantes coisas», na informação dos *Ineditos da Academia das Sciencias de Lisboa* (tomo IV, pg. 238).

No reinado de D. Manuel I, legalizou-se que duas *mealhas* valessem um *çecil* (2), moeda de cobre de D. João I, em honra da cidade de *Ceita* (Ceuta) (3), que o Rei cunhou talvez no fim do seu reinado (4). Deixou de haver cunho de *dinheiros* e *mealhas*, no tempo de D. Fernando (5), e acabaram-se estas no reinado de D. Manuel (6), como os *ceitis* no de D. Sebastião provavelmente (7).

É esta moeda a que deixou o nome aos *mealheiros*. Não é a *mealha* que os enche hoje. Canta uma quadra, ouvida em Lisboa:

[Os] meus cinco-réis pretinhos,
Não os perdi nem nos dei;
Tenho-os na minha *caixa*,
Com êles te pagarei.

Só em vez de *mealheiro* está *caixa*, mas veremos que pode ser a mesma caixa, e é natural que o seja.

* * *

Os *mealheiros* ordinariamente são de barro, mas há-os de madeira, de fôlha, e de pedra, pelo menos em parte. Teem a forma de *alcanzia*, já citada, ou prismática em caixas. São fechados, e o dinheiro apenas se tira, partindo o *mealheiro* que é de barro, ou com o auxílio de uma lâmina, de faca por exemplo, que entre na ranhura e dê direcção às moedas. Ou são abertos, isto é, munidos de tampa e fecho de segurar.

(1) M. Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, t. II, p. 102-103, § XXXXV (1791).

(2) *Ordenações d'elrei D. Manuel*, liv. IV, tit. I (lei de 12-VI-1499).

(3) Severim de Faria, *op. cit.* II, p. 59, § XXVII; Viterbo, *Elucidario*, s. v. «cecil».

(4) T. Aragão, *op. cit.* I, 214.

(5) *Id.* I, 213.

(6) Viterbo, *loc. cit.*

(7) T. Aragão, *op. cit.* I, 287.

A forma esquemática dos *mealheiros* esféricos é de uma *alcanzia*, ou bola de barro, afeiçoada superiormente em pega, inferiormente em pé ou base. «Nenhuma arte é mais popular», disse Joaquim de Vasconcelos (1), «nenhuma se insinua mais hábilmente na habitação humana, nenhuma anda mais ligada à *vida íntima da família*; também nenhuma faz mais, com menos recursos». Por isso os *mealheiros* de barro entram em todas as casas, saem de todas as olarias, aparecem em todas as feiras, — uns grandes para uso real, outros pequenos para as crianças fazerem, nas suas casinhas de brincar, o arremêdo e ensáio do que as mães fazem na vida doméstica.

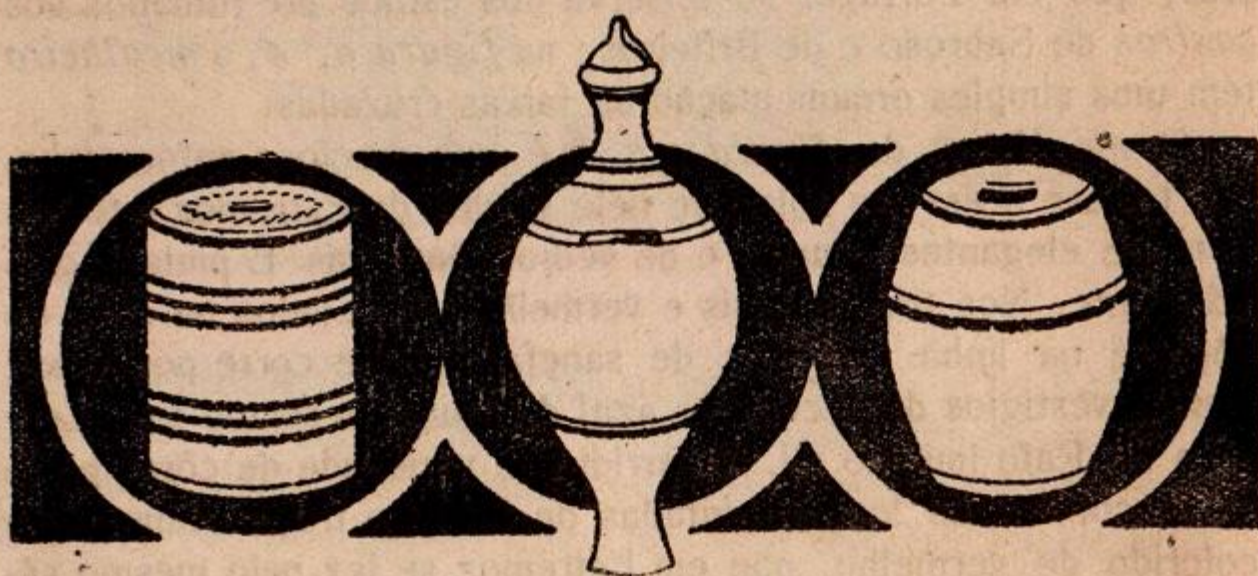


Fig. 6

Fig. 7

Fig. 8

«A eurythmia, a graça, a esvelteza do vasilhame nacional», que, no testemunho de Ramalho (2), manifestam no povo um «considerável poder de visão plastica e uma característica aptidão espontanea, para fazer palpitar em expressivas formas materiaes a sua especial maneira de sentir e interpretar a vida», — aparecem no *mealheiro*. Se os há lisos, em geral a elegância lembra a de minúsculas ânforas, e são a miúde esmaltados com decorações a côr, ou pintados.

Os mais toscos, mas em que surgem tipos modificados ou diferentes do cânon, são os de Loulé. Na *figura 1* o barro é grosso, ondulado, afirma que nêle imitassem a forma velha; na *n.º 8*, a forma é diferente: o corpo do *mealheiro*, em vez de se

(1) Joaq. de Vasconcelos, in *Revista da Socied. de Instrução do Porto*, III, 382.

(2) Ramalho Ortigão, in *Serões*, 2.ª Série, I, p. 8.

alçar, abate-se, e no fundo da depressão está a fenda. Mas dos do Prado⁽¹⁾ até os oleiros de Loulé, nascem dos barrocais êsses cofrezinhos. Na *figura n.º 5* vê-se o protótipo dos de Lisboa, por ordem geral lisos, do barro pálido ou levemente rubro dos terrenos da capital. Se nos de Loulé a base dos *mealheiros* é o achatamento da *alcanzia*, no de Lisboa há um pé que liga logicamente o bôjo com a base. As *figuras n.ºs 2 e 4* representam *mealheiros* de Mafra; se a forma condiz com a dos outros de Lisboa, a base é como nos de Loulé; os desenhos sobressaem do seu branco, mercê do vidrado que os esmalta; na *figura n.º 2*, vê-se uma cadeia de anéis, decoração inconsciente de outras eras, que em Portugal se observa nos estilos pre-romanos dos *castros* de Sabroso e de Briteiros; na *figura n.º 4*, o *mealheiro* tem uma simples ornamentação de faixas cruzadas.

O *mealheiro* da *figura n.º 3* é uma graciosa anforazinha, que tivesse o esvelto colo que nêle se vê: de Estremoz o tenho, terra de elegantes infusas, e de velhos barristas. É pintado garridamente. Nos traços azuis e vermelhos, aspejados na cinta do bôjo, e na linha vermelha de sanefa que lhe corre por baixo, lembra vestígios da decoração azul da louça do século XVIII, género do Rato imitado ali. A garridice e variedade de côres prende-se com essas louças pintadas de flores e traços, num barro colorido de vermelho, que em Estremoz se fez pelo mesmo século, com as faianças policrómicas, e as mobílias da região até Évora, ou tendo talvez, como hoje, Évora por centro. As mãos, de que saíram *mealheiros* como êste, souberam plasticizar e colorir «bonecos» de *presépio*; e até, pelas tintas empregadas, diria terem sido as da velha Gertrudes Rosa Marques, dos comoventes «bonecos» de hoje em dia. Entre a base do «colo» e o friso do bôjo, branco sob os traços em rede losângica, vê-se o desenho de três pontas de uma estrêla de seis, com o traçado certo do *signo-saimão* (*Signum Salomonis*) contra «maus olhados». O pé, acaba, com um sulco de união, no talho mais helénicamente correcto.

Na *figura n.º 7* está outro *mealheiro* de Estremoz, émulo na elegância simples, do seu conterrâneo aperaltado. É curioso observar o efeito decorativo dos dois sulcos no corpo ovoidal.

A *figura n.º 6* mostra um tipo comum em Lisboa. Cilíndrico,

(1) Rocha Peixoto, «As olarias do Prado», in *Portugalia*, I, 258.

de lata, não é despido de enfeites; tem duas faixas de três rugas, distanciadas com simetria, e a base superior, como se vê no cabeçalho ilustrado dêste estudo, adornou-se de uma corôa de arcozinhos virguliformes em relêvo, à roda da ranhura para entrar a moeda.

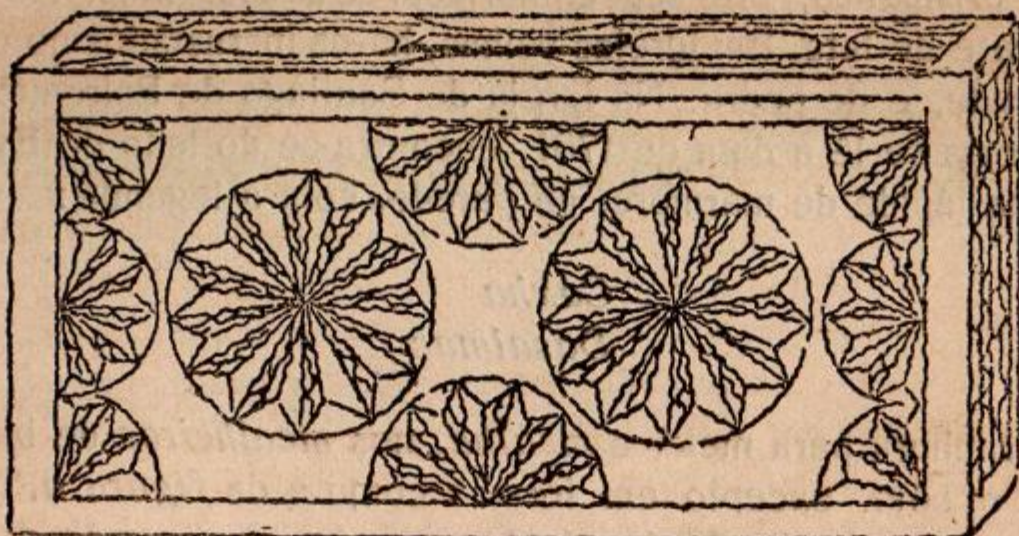


Fig. 9

Caixas-mealheiros há muitas e, como vimos, já os Romanos as tiveram. Ou são fechadas, ou teem tampa. Na *figura n.º 9* está um *mealheiro* de madeira com decorações tradicionais, feito em Lisboa pelos presos do Limoeiro, e de que pode examinar-se um exemplar igual na colecção etnográfica do Museu Etnológico Português. Da face superior para a inferior respectiva, e entre as laterais concorrentes, a meio do ângulo diedro que formam, bi-partem-se rosetas de braços cavados. Nos vértices dividem-se pelas quatro faces rosetas semelhantes. No campo da face superior e das laterais há outras, de fólhos salientes, octogónicas. Esta decoração ⁽¹⁾, que os alegoristas atribuem a símbolo solar, e bem podem ser estilizações florais, mais simples, decorativas, compreensivas e apreensivas, figurou nas civilizações etrusca, egiense, micénica, aparece nos nossos castros, que os Romanos destruíram ou fizeram abandonar, mas não desregionalizaram no fundo étnico. Hoje vêmo-la por toda a parte, em comovente continuidade tradicional.

(1) Martins Sarmiento, in *Portugalia*, I, p. 8, fig. 9. Ver n' *O Archeologo Português*, I, p. 166 (Art.º de Felix Alves Pereira), XV p. 2, 3 (de Francisco M.º Alves) e 45 (de Tavares Proença J.º) etc. e Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, 607.

No fecho dêste meu estudo, acaba a série de ilustrações com o *mealheiro* religioso, de esmola para as *Alminhas*, que tem no espaldar; outros são para o óbulo do Santíssimo Sacramento, representado, concordantemente, pela Custódia, ou para a Virgem. Ou são portáteis para o peditório ambulante, e ora teem a forma prismática, ora são cilíndricos. Ou são fixos. Há-os de madeira e de lata. Em igrejas velhas, há-os incrustados no grosso da parede, e de pedra. Na igreja de Santiago de Estremoz, sob cuja porta se lê a data de 1701, encontra-se do lado do Evangelho uma lápide de mármore, na parede, com a legenda:

*Caxha
Dasalmas*

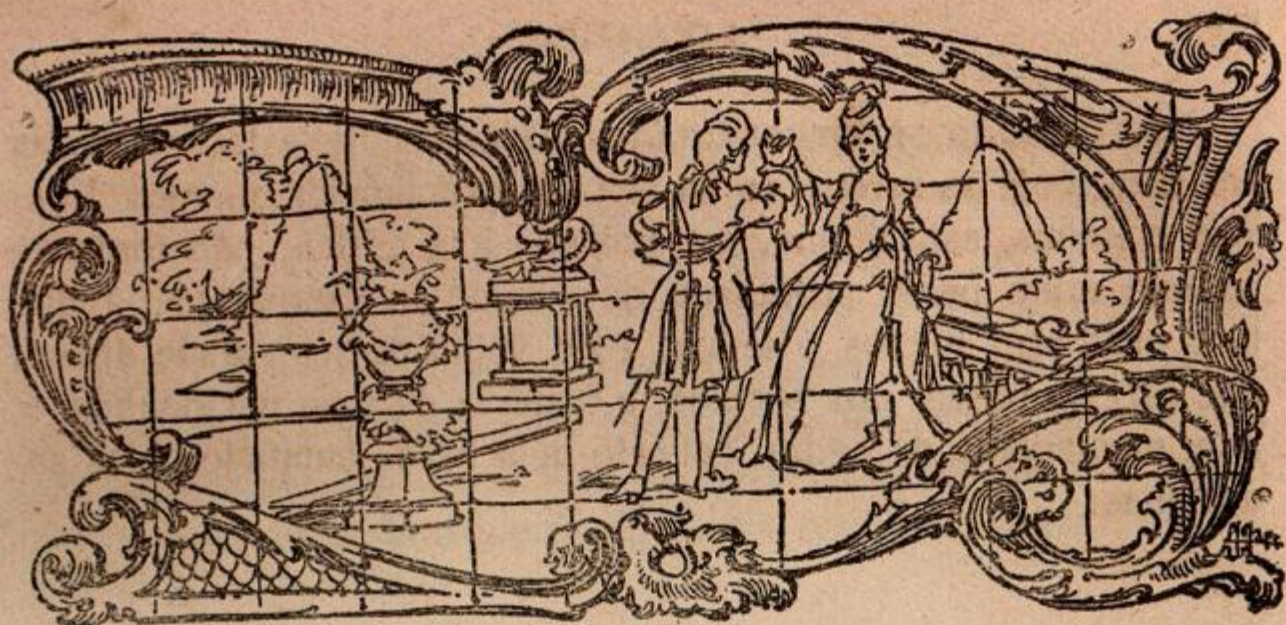
A ranhura para meter a *mealha*, nos *mealheiros* de barro, é sôbre o bôjo, excepto em formas como a da *figura n.º 8*, em que está no fundo da depressão superior. A direcção do córte varia: — horizontal em as *figuras n.ºs 2, 4, 5, 7*; — vertical na *n.º 1*; oblíqua, *pêta*, na *n.º 3*. Nas caixas é por via de regra na parte superior (*figuras 6, 9, e última*), a não ser que o *mealheiro*, já de luxo, tenha na tampa desenhos e composições sem alegoria; porque nesse caso a ranhura é horizontal na tampa, mas na frente dela ou espelho, por cima da fechadura.

E são assim os *mealheiros* ou *pêtos* da boa terra e da boa gente de Portugal.

Lisboa, 9 de Maio de 1917.

LUÍS CHAVES.





Aproximação artística entre Portugal e Brasil

*Para João Baptista da Costa, eminente Mestre
digno Director da Escola Nacional de Belas Ar-
tes do Rio de Janeiro.*

Os acontecimentos da hora presente não devem levar-nos a só julgar matéria digna de discussão, àquela que tenha directo interêsse com o problema bélico da actual conflagração. Esta, a meu ver, tem sido um estimulante para as nossas energias adormecidas, provocando um benéfico fenómeno de reacção contra o inimigo comum, o brutal destruidor de obras de arte, os modernos e sacrílegos hunos, que em plena floração dos ideais altruísticos de liberdade e civilização, incendeiaram, devastaram, escravizaram os infelizes povos, que não se sujeitaram aos seus desígnios desonestos e infames, ficando em face da humanidade como uma ameaça viva aos mais generosos e nobres sentimentos. Não é só, repito, nos campos de batalha que se vão resolver as questões que ora nos interessam. Do mais humilde obreiro ao mais alto espírito de político, de cientista ou de artista, incumbe um trabalho maravilhoso. Este é o de preparar as nações para, uma vez chegada a paz, fazer a guerra em toda a linha à invasão germânica, com a sua *Kultur* e respectiva côrte de filósofos incoerentes e pessimistas.

Não poderão ser reconstruídas todas as devastações feitas por êles, com as invenções da sua tão proclamada química. Louvain e Reims, esta última, maravilhosa jóia gótica, não tornarão ao que eram pelos processos do «made in Germany», a que tudo sucumbe, menos o tempo, êste velho de majestade divina, que faz, ao passar dos séculos, a história de uma nacionalidade, num monumento de pedra, coberto pela hera, habitado pelas ândorinhas.

*
* *

Tratar de uma maior aproximação entre Portugal e Brasil, é pois, dentro do que acabo de expôr, uma necessidade absoluta, que não só se impõe como um meio de defesa do património comum, mas, e isto seguramente, pelas ilações que vamos tirando dos acontecimentos imprevistos que esta guerra nos vai apresentando ao estudo.

Tudo faz crer que, após esta terrível devastação, as nacionalidades serão separadas pelas suas razões étnicas, isto é, pelas raças de origem.

Ainda agora, a velha e gloriosa Albion fez içar nas tôrres do «Westminster» o estrelado pendão da Confederação Americana. Este facto, que à primeira vista parece simples gesto de cavalheirismo, importa no orgulho de que se acha possuída aquela grande Nação, por ver que o colosso que ora surge na liça é bem o filho amado que no momento das reivindicações se vem colocar ao lado da sua imortal progenitora. Isto só por si significaria muito; mas não é tudo: Esta mesma Inglaterra que está preparando todos os seus domínios para uma vida em comum, isto é, para uma vida vivida dentro da órbita dos seus interesses, do seu sangue e de sua raça, indentificados numa aliança moral, intelectual e material, apresenta a meu ver, além de muitos mais exemplos, um caminho a seguir. — Os motivos são perfeitamente iguais e não é matéria nova a cuidar. Não me abalançaria a apresentar, aos leitores da *Atlantida*, estas frouxas reflexões de minhas horas de estudo, se não fôra um assunto já soberanamente ventilado nas páginas dêste *magazine* e algures, por individualidades nas letras, na política e na sciência, de cá e da minha Terra.

Confortado, esta é a verdadeira expressão, pelas opiniões já aqui nestas páginas expendidas pelos dois grandes vultos de Bet-

tencourt Rodrigues e Lopes de Mendonça, nada mais deveria ousar o autor destas linhas, se não fôra a necessidade de trazer à publicidade uma boa notícia, nesta bela revista que Pedro Bordalo edita, e que o espírito eminentemente de artista que é João de Barros, ilumina com o seu grande talento, êste seu belo sonho de patriota (o que neste caso importa em dizer Portugal e Brasil, pois igualmente êle ama ambas as pátrias irmãs) seja, num futuro não remoto, em toda a plenitude, o que ora é já — uma absoluta, uma tangível realidade.

*
* *

Desde D. João V, nos diz o eminente Dr. Coelho de Carvalho, se cuida em uma aproximação com o Brasil; e, no entanto, é triste dizer, nada, absolutamente nada, praticamente havemos realizado.

Os dois povos irmãos vivem quási que se desconhecendo reciprocamente.

Este mal tende a desaparecer pelo desejo que se patenteia de toda a parte em um melhor entendimento entre os dois países que falam a mesma língua, que pensam da mesma forma, que cantam as suas dores e as suas alegrias nas mesmas estrofes enternecidas e nos mesmos poemas de doloridos acordes, como foram os nossos avós — os navegadores — por êsses «mares nunca dantes navegados», levando nos mastarêus e no bôjo alvadio do velame de suas caravelas, o símbolo da Cruz, testemunho mudo mas eloquente das descobertas, dos anseios, dos sofrimentos e da glória que êles trouxeram para êste abençoado torrão, com a incorporação da minha amada terra, à sua grande obra benemérita e civilizadora.

Estes bravos que hoje, na grande peleja, fremem, palpitam, arremetem valorosamente levando o lábaro da Pátria de vitória em vitória, são bem os mesmos de que viemos nós, os brasileiros, tendo a arder nos nossos corações, todas as virtudes e nas nossas almas os mesmos sentimentos de nobreza e valentia da grande raça Portuguesa.

*
* *

A Sociedade Nacional de Belas Artes, convocou os seus sócios para uma assembléa geral, onde fôsse discutida — uma maior aproximação entre os artistas das pátrias irmãs.

Assim, na noite de 12 do mês findo, tivemos ocasião de aclamar a seguinte proposta da sua illustre Direcção: — «Persuadida esta Direcção de que uma maior confraternização entre os artistas portuguezes e brasileiros contribuirá para o desenvolvimento da arte dos dois países irmãos, propõe: 1.º Que os artistas brasileiros possam ser sócios da Sociedade Nacional de Belas Artes em igualdade de direitos e deveres dos artistas portuguezes; 2.º Que a assembléa nomeie as individualidades que julgar convenientes para que, com os corpos gerentes da Sociedade, consigam do govêrno o auxílio necessário para que os artistas portuguezes possam concorrer às exposições de arte no Brasil e do govêrno brasileiro o mesmo auxílio para os seus artistas.»

Estava dado o primeiro passo. Os artistas, modestos obreiros do ideal, lançavam a primeira pedra para a construção do ciclópico edifício imaginado por Coelho de Carvalho e Bettencourt Rodrigues. Serão estes os bandeirantes do século XX. Não terão mais de lutar com o gentio nem com as feras bravias; não sofrerão as agruras das intempéries. A êsses bandeirantes não lhes incumbe hoje a descoberta do solo da pátria nem das riquezas que nêle jaziam; resta-lhes esta maior e mais dignificante descoberta: a dos nossos corações e das nossas almas, separados apenas pelas muitas léguas oceânicas, mas ligados pelos mesmos ideais, laços de sangue e de parentesco. Abençoada sejas tu oh! Arte!... Nas roupagens com que te engalanas para festejares esta nova era que já nos bate à porta, a ti incumbe a nobre missão de levar ao Brasil, nas telas ou nos mármores dos artistas, esta luz, êste puríssimo azul ou esta forma doce e meiga de mulher, de cujo flanco nascemos para amar e para viver. Os de lá, os que nasceram ao sopé das grandes montanhas ouvindo o murmúrio dos seus caudalosos rios, embriagados pela luz tropical do seu divino sol, trarão para as exposições portuguezas, também um pouco de todo êste espectáculo maravilhoso, diluído nas suas almas de artistas. Foram os primeiros estrangeiros — ainda persiste esta frase! — para cujo único convívio nasceu o gesto magnífico da Sociedade de Belas Artes de Lisboa.

* * *

Agora é preciso não desfalecer e caminhar, porque há muito ainda a fazer. A Sociedade de Belas Artes fará o que lhe fôr possível; mas, sem o prestígio oficial para cujo patrocínio apelo,

nada se poderá resolver praticamente. São questões de mera fórmula burocrática e de detalhe. Uma grande comissão de homens ilustres será incumbida, junto dos poderes públicos de cá e do Brasil, de levar a bom termo o assunto.

Estou seguro dos bons resultados a que chegará: uma permuta de exposições dará logar a novas correntes de ensinamentos, que serão de utilidade para a Arte e novos motivos, e incentivos maiores para os artistas.

Lisboa, 1 de Agosto de 1917.

NAVARRO DA COSTA.





Morte florida

*Cobre o meu corpo de rosas
Quando estiver no caixão;
E as mais lindas e viçosas
Põe-m'as sobre o coração!...*

*E àqueles que me chorarem
Hão-de elas, por fim, dizer
Que só depois de murçarem
É que deixou de bater!...*

JOÃO SARAIVA



Mal o luaceiro se esgarça nas frondes dos abetos e bisalhos de diamantes caem no relêvo das angras, eis pelas tôrres prelu-diada a epifania do som ante lucilações violeta da manhã alborescente. A princípio brando, muito brando, chuva fina que se quedasse extática no azul cobalto, depois em torrentes que as quebradas percutissem com fragor, a harmonia dos sinos é inebriante sacudindo a nossa torporência sonolenta. Cabeleira de virgem que as monções do sul alevantassem de espaldas alvas de marfim, ronda de arómatas que a frescura da terra conturbasse em nectárias de mistério, feixe de luz rútila que a Via-Láctea haurisse na tremulina de estrêlas efémeras, a glória do bronze descende das tôrres em séquitos jactitantes, no espaço pairando como maravilha de timbres adolescentes.

Nem uma núvem no céu, nem uma ruga na onda, nem um arrepio nas boscagens, a assunção dos sinos é dominadora, entoando numa cúpula taciturna de cristal infinito. De cada uma das tôrres, sejam elas as das góticas catedrais, sejam elas as das cartuchas humildes, uma teoria imaterial desfere asas harmoniosas e, num instante hesitante, vá logo entre si prender véus inconsútis, no vácuo alastrando a sua fina rêde melódica. Para lá das brumas da realidade ondeiam cabeças de santas que imploram, há murmúrios de prece que confortam, vibram hinos de glória que redimem e sempre, sempre, ao cimo de beatitude tamanha as coreias do som espiralam da garganta dos sinos pelas tôrres àlêm, debandando no empíreo.

Madonas timoratas a nos húmeros de alabastro enlearam

clamides imponderáveis, a harmonia dos sinos, ora mergulha em vagas de anil que a submerge, ora vai de foz em fora dissipando-se nos longes que dealbam juvenis. Todavia, se o azul a impele, o azul a protraí, e então, ah! dêsse êxtasis que a imobiliza, a súbito lhe desprender em torrente os longos cabelos por onde a melodia desce, por onde a melodia se escoá, cachoeiras tintinantes esmorecendo. O ar vibra como abóbada unida sôbre o milagre do metal sonoro, vão no espaço nevoeiros lentos de sons adamantinos, longe, muito longe, por alcantis evanescentes, erguem-se ressonâncias. Uma alma tocada de claridades sobrenaturais eleva-se numa escarpa de rosas místicas, eucarísticas, acolhendo ao seio pedaços de melodia e, eis que à sua roda estremecem como se fôsem pálidas rendas, as teorias que uma vez se ergueram do bronze mergulhado em veludo, mergulhado em oiro, mergulhado em cristal...

Ah! a magia da alvorada no instante supremo em que o som embarca em galeras de crisólitos e singra glorioso na planura clemente! Desfile de ritmos que o aroma, o timbre, o perfume vincassem, cada sino é nota suspensa no carrilhão asceta que as distâncias repercutem ante o vago luminoso. Há estrofes delineadas a lilás numa graça que enternece, os compassos medem-se no hausto de ondinas cujo peito é côr de âmbar líquido, as fugas são maré de estrêlas a mirar-se em superfícies lacustres. Entretanto, ora mole ora lesto, a escapada melodica é ainda a coreia de virgens librando-se no éter tranqüilo, irrompendo das tôrres, umas vezes tombando pluviais e outras foragindo-se em rajadas...

Mas uma pausa inopinada, arrebatada a orquestração suspensa. Dos retábulos de mestre que as capelas votivas afogam em penumbra jacente, dos arcos cruzeiros que o palor dos vidrais ilaqueia em fulgores de nimbo, dos córos que o rumor das ladaí-nhas alteia sôbre a fé viva, anjos soprando longas argêntas soltam-se pelos silhares das tôrres e clamando acordes pungem o espaço em apóstrofes de aleluias... Meio-dia, meio-dia... Na sinfonia inefável o clamor é agora constante, a par que os unísonos se smorzam e a luz como um pedal abafa as notas eternas da prece unânime. Um sino, entretanto, longemente, remotamente persiste sonando inda. Que coração de criança se haverá acolhido nas mãos de Deus!?

Em asas de flama o sol escalou o éter, depois como um disco de oiro estacou no zenith e agora como um elmo resvala frente

à água. Da gùela hiante dos sinos o mito sonoro alastra rolando em catapultas onde se enovelam serpentes de harmonia. O arcanjo S. Miguel, cavalgando o seu frisão indómito, avança aos roldões e faz no espaço estrugir as iras da coorte blasfema...

A peleja é rude, mas o imaginário escuta no artifício melódico os clangores da lança celeste rasgando através as hostes possessas. Sons vermelhos de trombeta assinalam a alegria frenética dos assaltos, halális de pânico marcam o prélio de extermínio que se trava no empíreo, o desepêro leva a que escabugem ante o arcanjo temerário as filas rebeladas. Do oriente o sangue borbulha rubescendo os plainos da batalha, cerra-se em nuvens alvacentas a poeira que o estridor dos pelouros joeira, a luz vela a face e humilhada declina merencória... Então, de novo, brando, muito brando, evola-se das tórres até ao infinito um fio argênteo da anunciação vespéral, hora de lausperene acordando no silêncio para o qual as mãos se alevantam. Ao remanso da tarde embalsama-se o vergel paradisíaco e lírios e açucenas, e miosotis e balsaminas, ah! da vegetação mística propulsando santíssima ante o hálito do Eterno! Liberto o horizonte em claridades de novenas, ao longo dos jardins encantados desfilam almas maravilhosas, ondeiam na corrente redolente perfís atónitos de santa, umas entoando cânticos, outras tangendo cítaras. Sinos, seios de unção espiritual... Um bronze arcaico, voz inspirada de cantor, desprende nas esferas crepusculares a sua ode sacra e logo uma aranha harmoniosa lavra sôbre a laguna inerte prelúdios de canto gregoriano.

Trindades, trindades... Almas de mártires, de santos, de virgens, de poetas, oh! vós todos que muito amásteis, dar-se-há que a noute vos não guie ao céu com a sua asa de penumbra!?

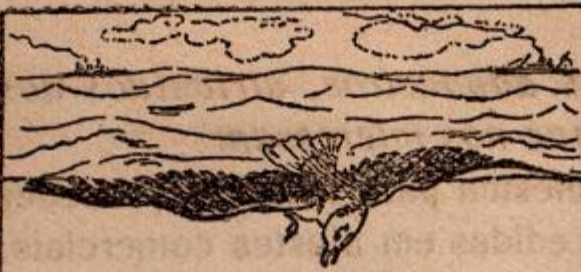
Posse

*Amor! Quando recebo carta tua,
Rasgando o sobescrito apetecido,
Tenho a impressão que te tiro o vestido,
E que tu me apareces toda nua!*

*Os meus olhos a tua carta lendo,
Tanto palpam os teus seios meninos,
Que o teu porte de virgem vais perdendo,
Aguçando os teus lábios assassinos...*

*Beijas-me todo; até que enfim num grito,
Dás-me o teu corpo no perfil inglês
Da tua assinatura estirada...*

*E quando a folha volta ao sobescrito,
Tenho a impressão que te visto outra vez,
Mas já depois da posse consumada...*



Relatório

do Cônsul de Portugal no Maranhão

(Continuação do n.º 15)

IV. — *Indicações possíveis sôbre os preços em grosso e a retalho.*

Nos vinhos, vinagre, conservas, batatas, cebolas, alhos, frutas, a percentagem do lucro, nas vendas duma e doutra espécie, varia entre 10 e 30 0/0, conforme o *stock* existente na praça. Os preços equiparam-se aos dos demais países. Nas ferragens, em geral, as portuguesas custam menos. A percentagem dos ganhos, no retalho, é de 10 0/0. As roupas feitas são mais caras do que as dos nossos competidores, mas melhores. A percentagem regula 10 0/0.

V. — *Principais casas, absolutamente respeitáveis, importadoras dos artigos que constituem o grosso da nossa exportação.*

Em ferragens: — Cunha Santos & C.^a, succs., Meireles & C.^a, Casa Lisboa Machado, Mendes Guimarães & C.^a

Em conservas de peixe e fruta, cebolas, batatas: — Jorge & Santos, Casa Lisboa Machado, Fernandes, Pinto & C.^a, succs., Alves Junior & C.^a, Joaquim Júlio Corrêa & C.^a, Ferreira & Irmão, Oliveira Neves & C.^a

Em roupas feitas, camisas, colarinhos e ceroulas: — Casa Lisboa Machado, J. Fontes & C.^a, Jaime Martins da Mota, Filomeno Tavares & C.^a

Em frutas verdes e alhos: — António Moreira & Irmão, Jorge & Santos, Alves Júnior & C.^a, Fernandes Pinto & C.^a, succs.

VI. — *Direitos aduaneiros, atribuídos aos produtos das diversas origens que nos interessam.*

A tarifa é a mesma para todas as procedencias, salvo o caso de franquias concedidas em ajustes comerciais. Essas limitam-se, de resto, a uns tantos géneros dos Estados-Unidos, compensando a isenção de direitos de que ali goza o café brasileiro.

VII. — *Vias de comunicação marítima.*

Antes da guerra, a «Hamburg Sudamerikanische» fazia, em média, onze viagens anuais ao pôrto de S. Luís, indo também ao da Tutoia, que pertence ao Maranhão, mas demora perto do vizinho Estado de Piauí. Desde que se iniciou o conflito, deixaram de aparecer aqui os navios alemães. A «Booth Line», que sustenta, há muitos anos, uma carreira para o Pará e Amazonas, instalou nesta capital uma agência. Mas, devido a um acôrdo com os rivais, nunca levou carga para Portugal. Agora, como a companhia hamburguesa suspendeu as viagens, a «Booth» conduz apenas as mercadorias que se destinam ao Pôrto. É bastante irregular, pois sómente enviou três vapores desde setembro até esta data. O último, teutónico, partira de aqui em 27 de Junho. Quanto não aproveitaríamos, se a nossa linha fôsse uma realidade!

VIII. — *Fretes marítimos, pagos pelos outros países, pelo transporte de produtos similares aos da nossa exportação.*

O agente da «Booth Line», única emprêsa que mantêm paquetes entre a Europa e êste Estado, informou-me de que não possui a tabela dos fretes respeitantes às cargas vindas para cá. E, sôbre as que seguem de aqui, o preço do transporte é o mesmo para todos os volumes, quer embarquem para Lisboa, quer para Liverpool.

IX. — *Facilidades bancárias, condições de venda e créditos, que dão os exportadores dos países concorrentes.*

Em regra, os negócios efectuam-se contra saque, estendendo-se o prazo de 90 a 130 dias de vista. Fazem-se também por meio de conta corrente, nos tempos normais, quando há confiança. Os alemães costumavam alongar o prazo acima referido, o que lhes valeu uma crescida clientela.

X. — *Indicação de produtos dêsse país, com os quais se possa estabelecer o intercâmbio.*

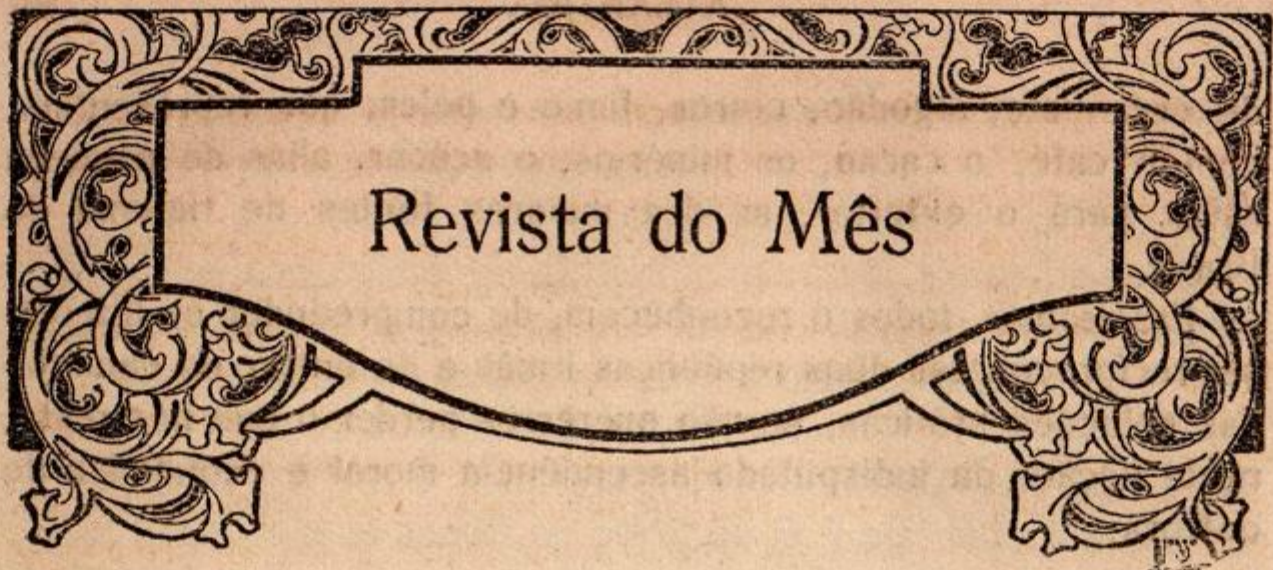
Julgo que, sem o menor prejuízo para o nosso ultramar, o govêrno e o comércio podem oferecer vantagens à borracha, chá:

de erva-mate, algodão, coiros, fumo e peles, que representam, com o café, o cacau, os minérios, o açúcar, aliás de pequena saída para o exterior, as dez maiores fontes de riqueza do Brasil.

Precisamos, todos o reconhecem, de compreender os interesses recíprocos das duas repúblicas irmãs e de entrar no caminho das soluções práticas, se não queremos perder o que nos resta, nesta nação, da indisputada ascendência moral e económica de outrora.

S. Luís, 9 de Fevereiro de 1915.

M. FRAN PACHECO,
Cónsul.



Revista do Mês

CONFERÊNCIA G. DUMAS

O Dr. Georges Dumas, professor de psicologia experimental na Sorbonne, médico principal do Exército Francês, encarregado duma missão científica nos E. U. do Brasil, fez, em 2 do mês passado, na sala da Sociedade de Geografia de Lisboa e sob os auspícios do Comité Franco-Português, ao qual pertence, uma interessantíssima conferência sôbre as perturbações mentais e nervosas provocadas pela guerra.

O auditório, muito numeroso, compunha-se principalmente de professores e médicos. Presidiu o Sr. ministro de França secretariado pelos Srs. Braamcamp Freire e Ernesto de Vasconcelos.

O Dr. Bettencourt Rodrigues, numa breve alocução, apresentou o conferente :

Sucessor de Pierre Janet e de Theodule Ribot no ensino de psicologia experimental, o Dr. Dumas é hoje um dos grandes nomes da ciência francesa, um dos mais ilustres cultores dos estudos psicológicos. Para tratar o assunto da conferência tem o Dr. Dumas uma particular competência e autoridade, pois que desde o início da guerra, transferindo-se da Sorbonne para as zonas da batalha, aí tem feito numerosas e atentas observações, surpreendendo os casos clínicos na sua eclosão. Razões de sobra para que a sua conferência seja, a todos os respeito, uma verdadeira lição de mestre, e ao mesmo tempo sirva, por si mesma, a afirmar os sentimentos de muita estima que o Dr. Dumas tem por Portugal.

A assembleia acolheu a apresentação do Dr. Bettencourt Rodrigues e o conferente com calorosos e prolongados aplausos.

O Dr. G. Dumas começou por agradecer ao seu velho amigo Bettencourt Rodrigues, que conhecera em Paris na clínica de Charcot, e que mais

BEBAM AGUA DO ALARDO

tarde encontrou na de Benjamin Ball, tendo agora o prazer de o ver em Portugal, depois de várias vezes o ter encontrado no belo país do Brasil, onde todos sentem a sua falta.

Depois, numa forma muito simples e clara, começou por classificar as perturbações mentais e nervosas provocadas nos combatentes pelas comoções e sobressaltos resultantes da explosão, a pouca distância, dos obuses de grande calibre.

Grande número destas perturbações são perturbações mentais, que perfeitamente se ajustam ao quadro clínico da *confusão mental*, tal como a descreveram Séglas e Régis. Simples confusão mental ou confusão mental delirante. No primeiro caso, há a *obtusão* intelectual, a dismnésia de evocação e todos os sinais físicos da confusão mental; no segundo caso, há a mais o delírio onírico, ora intermitente, ora contínuo, desenvolvendo-se geralmente num fundo de emotividade ansiosa ou de angústia caracterizada.

Segundo o Dr. Dumas, essas perturbações confusionais asténicas ou delirantes seriam quasi constantes, sob uma forma mais ou menos disfarçada, em todos os indivíduos sujeitos a acidentes histéricos nos primeiros dias, nas primeiras semanas, e mesmo nas primeiras horas que se seguem à comoção.

Os alienistas explicam em geral a confusão mental por uma auto-intoxicação subjacente, algumas vezes bem manifesta, mas muitas vezes de difícil averiguação. Segundo todas as probabilidades, os acidentes confusionais, que se dão tão frequentemente nos *emocionados* e nos *comocionados* das batalhas, derivam da acção tóxica exercida pela emoção e pelo abalo nervoso sobre o organismo. A emoção é acompanhada de modificações profundas em todas as funções orgânicas; faz variar a pressão do líquido céfalo-raquidiano, como o Dr. G. Dumas e Laignel-Lavastine o demonstraram; exerce uma acção enérgica sobre a secreção das glândulas internas e externas como êle o prova com Malloizel; pode, por êsse motivo, provocar fenómenos generalizados de auto-intoxicação, ao mesmo tempo que provoca muito provavelmente uma intoxicação especial dos centros nervosos pelo esgotamento e perturbações sensitivas que nêles determina. O choque nervoso, a perturbação física do sistema cérebro-espinal actua no mesmo sentido e, sem dúvida, por um mecanismo muito análogo, se nos reportarmos às recentes experiências de Crile sobre o esgotamento.

Um certo número de perturbações nervosas, provocadas pela explosão próxima de obuses, são perturbações físicas. Os explosivos que atiram os homens ao chão, que os projectam a muitos metros de distância e que por vezes os soterram nas escavações que abrem no solo, podem determinar lesões nervosas, ora graves e duradoiras, ora ligeiras e passageiras; e estas últimas são particularmente interessantes pelas perturbações sensitivas e motoras que condicionam e que a uma observação muito rápida ou superficial se poderiam afigurar como perturbações histéricas. De uma maneira geral, quando um *comocionado* sofre de acidentes nervosos de ordem sensitivo-motora, é indispensável fazer-se-lhe uma punção lombar e examinar o líquido céfalo-raquidiano; mas, mesmo quando o exame desse líquido é negativo, mesmo quando a análise não indica lesões cérebro-meningíticas ou medulares, é preciso examinar com cuidado os reflexos e os esfíncteres e seguir a evolução clínica dos acidentes antes de falar com excessiva ligeireza de acidentes histéricos.

O Dr. Dumas lembra os trabalhos que Paul Ravault, Georges Guillem e êle próprio publicaram nêsse sentido já durante a guerra, e dos quais resulta que, em muitos *comocionados* que poderíamos ser tentados a qualificar como histéricos, se tratava, de facto, ou de pequenas hemorragias ou de lesões das células ou dos feixes nervosos, que não se traduzem nem por modificações do líquido céfalo-raquíano, nem mesmo por sinais clínicos imediatos, mas cuja realidade a evolução mórbida dos acidentes vem depois confirmar.

Entre as lesões nervosas produzidas na intimidade dos tecidos, sem ferimentos exteriores, pelo rebentar próximo de projecteis de grande calibre, convêm dar lugar a lesões muito características e que sobreveem muito provavelmente durante o segundo tempo da explosão, no momento em que uma súbita decompressão sucede à compressão brusca do ar. É um facto bem conhecido que em todos os aparelhos onde o homem sofre pressões atmosféricas consideráveis (como o dos mergulhadores, *caissons*, escafandros) se pode ser vítima de acidentes paráliticos no momento da compressão, se esta fôr brusca. Os fisiologistas, que teem podido reproduzir estes acidentes em animais por meio de decompressões experimentais, concordam em explicá-las pela libertação dos gases que estão dissolvidos no sangue, os quais geram embolias gasosas que obturam os pequenos vasos ou lhes determinam a ruptura; ora no segundo tempo da explosão a pressão atmosférica pode cair súbitamente a uma $\frac{1}{2}$ atmosfera, realizando-se assim as condições favoráveis às embolias gasosas e às rupturas dos pequenos vasos. É um exemplo preciso dos processos mecânicos pelos quais uma explosão pode exercer uma acção traumática sobre a intimidade dos tecidos nervosos, sem ferimento exterior.

Com observações e explicações dêste género um grande número de neurologistas franceses chegaram, durante a guerra, à conclusão de que a maior parte dos acidentes nervosos observados na clínica — anestésias, tremôres, hemiplegias, paraplegias, etc., etc. — podem realizar-se, sem ferida exterior, pela deflagração dos obuses modernos; e é preciso reconhecer que êste é um capítulo de patologia nervosa, inteiramente novo e conquistado sobre o antigo domínio da histeria. Mas, mesmo concedendo a maior latitude às explicações *orgânicas*, mesmo abandonando-lhe os casos duvidosos, não poderão elas abranger a totalidade dos casos, e nunca os seus partidários mais autorizados pensaram em dar-lhes uma tamanha extensão por isso que ela estaria em desacôrdo com factos bem estabelecidos.

Quando se faz o desconto das explicações orgânicas fica-se em presença dum grande número de factos — paralisias, mutismo, anestesia dos sentidos especiais e da sensibilidade geral — que já não parecem estar sob a alçada desta ordem de explicações.

O conferente pensa que êsses acidentes são pitiáticos, isto é, que resultam de auto-sugestões e podem ser curados pela persuasão ou por sugestões contrárias. E, com efeito, quasi todos teem sido curados e os outros sempre melhorados por meio de simples conselhos, de ordens apoiadas de excitações

BEBAM AGUA DO ALARDO

eléctricas bastante violentas, excitações que teem por fim impressionar o doente e coadjuvá-lo nos seus esforços. Todos os mudos, por exemplo, teem sido curados em menos de cinco minutos, todos os paralíticos também, e em uma ou duas semanas; e só as anestésias da sensibilidade geral ofereceram uma resistência mais longa à terapêutica sugestiva, acabando no entanto por ceder ou por se atenuar muito. Mas, observa o Dr. Georges Dumas, se a cura dum acidente pela sugestão demonstra que êsse acidente é pitiático no momento em que se cura, esta cura não demonstra que êle tivesse sido pitiático desde a origem. Muito pelo contrário, é provável em muitos casos e certo em muitos outros que o acidente pitiático é consequência de um acidente que começou por ser orgânico e passageiro. O Dr. Dumas observou e curou acidentes dêste género, especialmente paraplegias de incontestável carácter orgânico durante as primeiras 24 horas e que, tornados pitiáticos, foram curados por sugestão ao oitavo dia. O doente curado da sua lesão ligeira guarda assim por auto-sugestão a *atitude conforme* ao seu acidente, e a sugestão não faz mais do que desembaraçá-lo dessa atitude.

Em muitos casos, também, os accidentes que nós curamos pela sugestão foram pitiáticos desde o princípio neste sentido que o doente teve-os todos ao mesmo tempo, não como herança de uma perturbação orgânica, mas tomando para ponto de partida das suas auto-sugestões a dificuldade ligeira e real que êle encontrou no exercício desta ou daquela função.

Os mudos curados contam que não falavam porque sentiam um espasmo na garganta, que os incomodava e que os incomoda ainda depois da cura; ou queixam-se duma dificuldade respiratória real que, dizem, «lhes cortava a palavra». Os surdos teem, como os mudos, razões para não ouvir, mas exageram-nas:—uns têm perfuração do tímpano, outros comoções labirínticas resultantes da compressão do ar, outros teem otites anteriores à sua comoção, mas basta para êles que a função auditiva apresente qualquer dificuldade para que não façam o esforço necessário para ouvir, e auto-sugestionam-se negativamente. Em todos os casos de paralisia, de hemiplegia, de paraplegia, de astasia-abasia, que se curam por sugestão e excitação eléctrica, pode-se constatar também que se o doente não herdou uma lesão nervosa passageira e real, encontrou no exercício da sua motilidade voluntária, da estação de pé, da marcha, uma dificuldade cuja importância exagerou e que foi o ponto de partida da sua sugestão.

Na última parte, a que o conferente ligou uma importância particular, insistiu muito sôbre as condições orgânicas da sugestibilidade em que se originam os accidentes pitiáticos. Esta sugestibilidade proviria, segundo Dumas, do facto de assentarem sôbre um fundo de confusão mental todos os accidentes pitiáticos que se produzem no *front*.

Verificou-se sempre nos confusos a sugestibilidade, a curiosa *flexibilidade cirosa* que deriva da paralisia das funções superiores de *contrôle*, e que lhes faz aceitar tão facilmente a influência alheia, conservar muito tempo as mesmas atitudes, e mesmo repetir em eco as palavras e os gestos das pessoas que os cercam.

Nêles se verificaram igualmente as dificuldades do esforço voluntário, quer êste esforço seja de ordem mental, como a evocação de uma lembrança, ou de ordem física, como a marcha. Se a confusão é profunda, a docilidade do sis-

tema nervoso e a dificuldade do esforço não geram nenhuma auto-sugestão, porque a auto-sugestão supõe a possibilidade de uma reflexão ou de uma análise, pelo menos rudimentar; mas, desde que a confusão se atenua ou quando é ligeira, a dificuldade do esforço sugere o *sujet* e as paralisias e o mutismo, a surdez e a cegueira pitiática aparecem. Os acidentes pitiáticos dos *comocionados* tem, pois, como condição essencial a confusão ligeira ou atenuada e, por conseguinte, um certo grau de intoxicação, e assim, é que a psicologia do *comocionado* nos esclarece sobre as condições cerebrais da sugestibilidade.

Compreende-se, depois destas explicações sumárias, porque é que os *comocionados da frente* não sofrem senão sugestões negativas. Sugestionados pela dificuldade do esforço, eles sofrem de anestésias ou paralisias, mas nunca de contracturas e nunca também desses acidentes histéricos complicados, para os quais a fantasia do doente e por vezes a colaboração inconsciente do médico de igual modo concorrem.

A psicologia dos doentes do *front* que saem duma crise *confusional*, ou que tem sofrido pelo menos duma ligeira confusão, antes da aparição de acidentes nervosos, é uma psicologia relativamente simples. Os doentes quando não são recedivistas da comoção são *sujets* muito sinceros, muito espontâneos e não apresentam senão acidentes nervosos elementares e facilmente curáveis por causa da sua sinceridade. É aparentemente a grande diferença que distingue os doentes dos centros neuro-psiquiátricos da *frente* dos doentes dos centros neuro-psiquiátricos da *rétaguarda*.

Com projecções cinematográficas que muito interessaram o auditório, illustrou o Dr. Dumas esta bela conferência; apresentou *sujets* com todas as perturbações nervosas descritas no decurso da conferência e fez assistir o auditório à cura dessas perturbações pela sugestão auxiliada por excitações eléctricas.

Ao terminar foi o Dr. Dumas saúdo com uma vibrante salva de palmas e vivamente felicitado pelos muitos médicos presentes.

DE RELANCE

JORNAIS E JORNALISTAS

Fácil e condescendente degrau da ambição de muitos, a maioria, a quasi totalidade dos servidos nem sequer olha para trás, para reparar no que pisou, realizado o movimento ascensional. Instrumento precioso na mão hábil dos que os aproveitam — quantas vezes sem escrúpulo! — depressa os desdenham, quando não os quebram e os destroem. Alavanca poderosíssima, a imprensa, a mais forte e possante das de ordem intelectual e moral, deixa-se dominar com a caprichosa indecisão de uma criança, curva-se à mercê das veleidades com frequência inconfessáveis. Devendo ser um inteiriço bloco de bronze, transforma-se a miude em terra cêra que qualquer astucioso, bem ou mal intencionado, modela e afeiçoa a seu bel-prazer.

BEBAM AGUA DO ALARDO

Quando dos jornais ou dos jornalistas se precisa, as louvaminhas multiplicam-se, as promessas acumulam-se. Quando incomodam, infligem-lhes represões, vexames, represálias. Submetem-nos a um regímen quasi penitenciário, impõem-lhes uma disciplina severa, tratam-nos como suspeitos, coartam-lhes o direito de crítica, mantem-lhes sôbre a cabeça uma permanente e ameaçadora espada de Damocles. Pretendem morigerá-la e desmoralizam-na, arrançam-lhe ora um dente, ora uma unha, ora um pedaço de carne. No presente momento, na imprensa dos beligerantes, com excepção da britânica e norte-americana, a censura, como escreve um articulista francês, ora a escalpela, ora lhe tira um olho, ora a suspende, ora a suprime de todo. Em França, ainda mais que entre nós, circulam em Paris jornais que são quasi uma irrisão, sem epiderme, cortados, repletos de brancas cicatrizes, uma espécie de alvaiade, prova indiscutível da violência dos golpes recebidos.

Apontam-se-lhe defeitos. Não há dúvida.

Acreditam em tudo e quasi tudo publicam. Aceitam lendas como verdades, inserem anedotas apócrifas como se fôsem dogmas autênticos e, a informações sem base sólida, outorgam foros de narrativa histórica. Evangelizam ilusões nem sempre inocentes, espalham opiniões falazmente optimistas ou disseminam pareceres carregadamente pessimistas. Contradizem-se e adoram o paradoxo. Tagarelam e descompõem-se. Erram, insistem e teimam. Sofrem de revoadas como as aves e as mulheres. Na política, exaltam o partidário e deprimem o contendor. Na arte, apreciam os artistas e não as suas obras. Na literatura, lêem com ansiedade o frontispício com o nome do autor e pouco ou mesmo nada o texto, produto da sua labuta. Meridionais ou oriundos do norte, exuberantes ou fleumáticos, cedem ao nervosismo, curvam-se à tirania do temperamento. Não sabem, em geral, calar-se a tempo nem desconfiar quando é mister.

Uma parte destas considerações apresentou-as na Câmara e ante o público um consagrado jornalista parisiense.

Que seria da liberdade de pensar em Portugal se Rodrigues Sampaio, com uma intrepidez e um espírito de sacrificio inexcedível, não tivesse sabido e conseguido imprimir clandestinamente o *Espectro*?

Todos sabem qual é o regímen que a Alemanha faz suportar à Bélgica. Nos jornais londrinos de 17 de Julho lê-se que só em Antuérpia foram condenadas à morte cincoenta e oito pessoas. Destas, foram fuziladas, a 5 do mesmo mês, quinze. Não mencionaremos aqui, por demasiado conhecida, a tirania das deportações em massa. Pois apesar da extraordinária opressão que pesa agora sôbre aquele país, que em nada se pode comparar com a exercida pelo espanhol duque de Alba no século xv, a imprensa clandestina continua a publicar-se com uma regularidade que desesperou von Goltz, von Bissing, e desespera o presente governador.

Por exemplo a *Libre Belgique* distribuiu o seu primeiro número nos fins de Janeiro de 1915, declarando que seria «regularmente irregular», e redigida, composta e impressa numa «cave automobile». Êsse jornal torna-se absolutamente intangível. Os alemães prendem numerosas pessoas como supostos co-

laboradores, não alcançam nunca nem impedir sequer o seu aparecimento. Altos prêmios aos delatores, ameaças de castigos excepcionais, perseguição aos distribuidores, processos aos leitores, nada abala o audacioso empreendimento. Todas as semanas o governador geral, seja quem fôr, encontra a pequenina fôlha na sua correspondência. É talvez mesmo o único, se é coleccionador, que possua a colecção completa.

O êxito da *Libre Belgique* faz surgir outros competidores. É a *Revue hebdomadaire de la presse française*, a *Patrie* e dez outros.

Imagine-se agora as dificuldades a superar para compor, imprimir, clicar desenhos e o resto, obter o papel necessário para a tiragem, recrutar os vendedores e entregar o jornal ao comprador. Isto no meio de milhares de espões, com todas as casas vigiadas, sem se poder transitar de uma terra para outra sem uma licença especial. Pois tudo isto se realiza com regularidade. Centenas de pessoas arriscam-se todas as semanas a ser presas, deportadas, fuziladas, mas vão para diante. É a sua maneira de combater o inimigo num país em que os alemães se supõem senhores absolutos.

Na Bélgica não entra nem sai uma carta sem que a censura dos invasores a leia detidamente. No entanto a imprensa clandestina opera milagres. Por dois ou três francos assegura-se a leitura regular de não importa que jornal durante meia hora, ou então obtem-se, por um pouco mais, duas ou três fôlhas dactilografadas, que resumem as notícias e reproduzem os trechos essenciais dos artigos dos diários de Paris, Londres, etc. Ninguém sabe como se organiza êsse serviço. Nem os próprios belgas. Lêem as fôlhas e queimam-nas em seguida.

São jornais fantasmas, gazetas de contos de fadas, distribuídos por espíritos misteriosos, impressos por invisíveis duendes e transportados por gênios benévolos das Flandres mártires com a intenção de desesperar os implacáveis invasores, argumenta um entusiasta.

Estes e outros rasgos absolvem os jornais e jornalistas de muitos peccados que lhes assacam os seus acusadores de ocasião, servidos ontem, inexoráveis hoje; suplicantes humildes da véspera, juizes austeros de agora; lisonjeadores subservientes de um momento, ingratos censores de sempre.

Ah! se todos os jornais e jornalistas tivessem a nítida e serena consciência da sua fôrça! . . .

EDUARDO DE NORONHA.

MÊS LITERÁRIO

«SONETOS», por MARQUES ROSA, — Livraria Académica.

Merece êste livro uma referência especial, porque se trata dum poeta que pouco se deixou influenciar pelas mais recentes tendências dos nossos líricos. De 1890 para cá, o movimento poético orientou-se noutras correntes de inspiração, criou ritmos numa evolução formal esplêndida, acabando por procu-

BEBAM AGUA DO ALARDO

rar, nas fontes populares e no melhor veio clássico, os moldes de cristal em que vasasse anseios e emoções.

O Sr. Marques Rosa, a quem já devemos os alexandrinos encantadores do *Dueto de Amor* e do *Minuete* (além das belas e vigorosas páginas do seu romance histórico *D. Mécia*) é um temperamento peninsular, que prefere o esplendor dos eloendros granadinos ao roixo das olaias, e o aroma vivo dos cravos ao meigo perfume das violetas. A sua forma tinha, naturalmente, de optar pelas cristalizações parnasianas, onde houvesse scintilações de abelhas sobre corolas claras, e que o seu coração salpicasse de sangue vivo. É um homem que, nascido no século XVIII, não faltaria nos salões elegantes e letrados, e correria aos «outeiros», glosando os motes das freiras mais travêssas — e mais bonitas. Há quadros nos *Sonetos* que lembram a galanteria picante e deliciosa dum Fragonard.

Transparece-lhe nos versos um temperamento entre sensual e irónico, e os *Sonetos* reflectem à maravilha o seu feitio de amoroso, para quem a mulher tem o encanto das flores que se aspiram na variedade inebriante dos seus perfumes, e a quem os olhos vão seguindo na variedade sempre divina da sua beleza.

Não se trata dum poeta que, como o grande namorado de Arezzo, viva divinizando uma mulher, cantando uma eleita, criando sobre uma beleza e uma graça frágeis, a única Beleza e a Graça incorruptível. O Sr. Marques Rosa é muito peninsular para fazer girar o mundo em torno dum vasto amor que encha a vida e a alumie como a lua as florestas e o mar. Nem divinizações, nem abstracções; nem Laura, nem aquela visão de que nos fala outro poeta, feita de sonho e nuvens:

*Est-elle brune, blonde ou rousse? — Je l'ignore.
Son nom? Je me souviens qu'il est doux et sonore
Comme ceux des aimées que la Vie exila...*

Para o Sr. Marques Rosa, o amor vem coroado de rosas, ridente e belo como Eros. Quando sofre, vai ao carcaz das ironias e desfere uma flexa dourada e leve, que ao cravar-se na carne palpitante se transforma logo em flor de madrigal, e por sua vez se esfolha em beijos e carícias. Duma voluptuosidade ovidiana, beijaria com o mesmo ardor as tranças negras de Cleópatra, ou os feixes de sol nascente que eram as de Mimi Pinson...

«Jupiter ex alto per jura ridet amantum.»

O certo é que nos *Sonetos* abundam páginas de antologia, formosíssimas. Cremos firmemente que as mulheres hão-de gostar de os ler. A grande receita para que a obra poética não envelheça, é que a alma e o coração do poeta não envelheçam jámais. O Sr. Marques Rosa enche os seus versos de mocidade e de entusiasmo; é sempre moço, o que dantes acontecia aos deuses, e agora apenas aos verdadeiros poetas.

POESIA DOS FRUTOS, por M. VIEIRA NATIVIDADE.

Em Setembro de 1915 realizou-se no claustro de D. Denis, em Alcobaça, uma surpreendente «Festa dos Frutos,» promovida pelo Sr. M. Vieira Natividade

e por seus filhos — com a assistência do Sr. Dr. Teófilo Braga, então presidente da República, e do Sr. Dr. Manuel Monteiro, ministro do Fomento. Nessa festa leu o Sr. Vieira Natividade as palavras cheias de erudição e tam impregnadas de poesia e de beleza, que vem de publicar numa edição elegantíssima.

O autor é uma nobilíssima individualidade de escritor e de erudito, para cujos trabalhos é preciso chamar a atenção de todos os que amem a sua pátria e prezem o talento superior e modesto. Basta que citeamos, entre tantos, esse volume que se chama «*Inês de Castro e Pedro Cru, perante a iconografia dos seus túmulos*» e os escritos acerca do mosteiro e dos coutos de Alcobaça. Esta vila deve-lhe serviços inolvidáveis. Deve-lhos igualmente o país. Devem-lhos todos os que lêem e estudam. Afigura-se-nos que o ilustre publicista incarna uma das formas mais belas de se ser patriota — tendo ainda o condão de tocar sempre de sugestão e encanto os assuntos aparentemente mais áridos — para as almas áridas. Ao erudito aliança-se deliciosamente o artista e o poeta. Ensina, despertando emoções; derrama luz e calor affectuoso.

É ver como trata as árvores, os frutos, as flores . . . As publicações «O culto da Árvore», a conferência «As Rosas», agora a «Poesia dos Frutos», são documentos vivos de saber e de verdadeira poesia. Esse amor pela Natureza reflecte-se, a final, em toda a sua obra. Nós não sabemos de mais adorável panteísta.

Há uma forma de erudição impassível, que não educa nada e instrui muito pouco, uma coisa que tornou celebrados alguns sensaborões, em grande parte esquecidos e empalhados. Hoje, mais do que nunca sentimos, nesta hora amarga e tórva, que para interpretar a Vida nas suas formas mais rudes ou nos seus aspectos mais belos, é necessário amá-la. Mas são raros os semeadores que perscrutam o coração das cousas. O autor da «Poesia dos Frutos» faz parte do grupo ilustre e ainda raro daqueles que conciliam a acção benéfica da sua existência com o raio de lume poético e fecundo, a que se aquecem as mais generosas aspirações dos homens, e em volta do qual sempre vão girando os mundos . . .

JÚLIO BRANDÃO

*
* *

Por ter chegado tarde já não nos é possível publicar o conto de Júlio Dantas, na sua secção habitual. Saírá no próximo número. Da demora, pedimos desculpa ao nosso ilustre colaborador e aos seus leitores, que são numerosíssimos.

*
* *

No próximo número:
Évora, por Teixeira Gomes.

BEBAM AGUA DO ALARDO

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MEMÓRIO ARTÍSTICO
LITERÁRIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I, II, III, IV E V)

Cada capa \$45 Cada encadernação \$65
Pelo correio \$47 Pelo correio \$71

CADA VOLUME ENCADERNADO 1\$65
PELO CORREIO 1\$71

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Rua Gonçalves Dias, 78 — RIO DE JANEIRO

NOTA: — A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniência de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importância.

SUMÁRIO DO NÚMERO 21

<i>Portugal et France</i>	Philéas Lebesgue
<i>O autor oculto do Crisfal</i>	Patrocínio Ribeiro
<i>Sonetos humildes</i>	Costa Santos
<i>A ama do Rei D. Manuel</i>	Santos Farinha
<i>Mare Nostrum</i>	António Patricio
<i>Uma instituição que nos afirma: a Escola</i> <i>Oficina n.º 1</i>	Luís Cardim
<i>Museus de mobiliário</i>	Guedes de Oliveira
<i>O Carreiro</i>	Séves de Oliveira
<i>O inquérito da «Atlantida», Confederação</i> <i>Luso-brasileira</i>	Henrique Lopes de Mendonça
<i>Contos a uma rapariga loira</i>	Júlio Dantas

REVISTA DO MÊS

<i>Nilo Peçanha</i>	{	Júlio Brandão
<i>A Conferência do Prof. George Dumas</i>		
<i>Mês literário</i>	{	Joaquim Manso
<i>Crónica musical</i>		Humberto de Avelar
<i>Mês artístico</i>		Aquilino Ribeiro
<i>Revista das Revistas</i>		Avelino de Almeida
<i>Cruzada das Mulheres Portuguesas</i>		

NOTÍCIAS & COMENTARIOS

Desenhos de: Alberto de Souza, Raul Lino, Santos Silva e Morais.

AGÊNCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 numeros) 12\$000
Semestre 7\$000

Número avulso 1\$500

